

**SUÉLEN MARTINS MELEU**

**O PORTUGUÊS DA ESCRAVIDÃO**

**PORTO ALEGRE  
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM  
LINHA DE PESQUISA: SOCIOLINGUÍSTICA**

## **O PORTUGUÊS DA ESCRAVIDÃO**

**SUÉLEN MARTINS MELEU**

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. FLORENCE CARBONI**

Dissertação de Mestrado em Estudos da linguagem, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE  
2018**

CIP - Catalogação na Publicação

Meleu, Suélen Martins  
O português da escravidão / Suélen Martins Meleu.  
-- 2018.  
101 f.  
Orientadora: Florence Carboni.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Escravidão. 2. Português do Brasil. 3. Sócio-história do português brasileiro. I. Carboni, Florence, orient. II. Título.

Aos meus pais,  
que contribuíram para o que eu sou  
com seu exemplo de caráter e luta.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que passaram por mim e/ou acompanharam esta aventura que foi fazer um mestrado em linguística, área que eu só conheci há dois anos e, que de alguma maneira, seja com conselhos ou mesmo um carinho, me fortaleceram para que eu não desistisse.

Em especial, agradeço às minhas amigas Julia, Raíssa, Letícia, Edilaine, amigas que moram longe, mas que são muito mais presentes que muitas pessoas do meu convívio. Sem vocês, certamente eu não teria chegado até aqui, vocês sabem o espaço que ocupam na minha vida.

Aos amigos queridos Yesa, Maribel, Gonzalo, Patrick, Rogerio, Cassiel, Thaísa, por todas as vezes que me incentivaram a seguir em frente e puxaram minha orelha quando eu precisava de um empurrãozinho. Vocês são sempre motivo de alegria e conforto. Um beijo no coração de cada um.

Aos meu pais, que aceitaram o fato de eu não ir visitá-los com mais frequência durante este período, e que sempre, mesmo quando eu notava que para eles era difícil aceitar a decisão de eu morar longe, em uma cidade grande, estiveram ao meu lado, me apoiando e me fazendo correr pelos meus objetivos, e que eu tenho certeza, têm orgulho de mim tanto quanto eu tenho deles.

Aos colegas e amigos que a pós-graduação me trouxe, pessoas que hoje têm lugar especial no meu coração, e eu não poderia deixar de citar as minhas queridas Camila e Débora, que acompanharam mais de perto esta façanha e, não raro, sofrimento (sejam sinceras) na confecção desse trabalho. Ajudamos umas às outras, e eu espero que ao longo da vida, nos encontremos e voltemos a trabalhar juntas. Foi uma honra estar com vocês.

Aos professores queridos com quem eu tive prazer em aprender, e que jamais mediram esforços, paciência e boa vontade para ensinar uma aluna vinda da Administração, e não da Letras, como a maioria dos outros colegas. Muito obrigada!

À professora Elisa Battisti e aos professores Mario Maestri e Rodrigo Oliveira Fonseca por terem aceitado participar dessa banca, muito obrigada!

À CAPES, que através de seu auxílio, tornou possível que eu me dedicasse a este trabalho.

E por último, e muito importante, o meu muito obrigada à minha orientadora, Florence Carboni. Nenhuma palavra vai ser suficiente para agradecer tudo o que fizeste por mim, Flo. Obrigada pela paciência. Obrigada pela atenção. Obrigada pelo carinho. Obrigada pelo abraço e pelas palavras de mãe. Ao teu lado eu cresci, e eu espero te ter por perto pelo resto da vida. Des gros bisous, ma chère. Merci infiniment!

## RESUMO

A história linguística do Brasil sempre foi marcada por contatos linguísticos, mesclas linguísticas, situações de plurilinguismo e repressão às línguas minoritárias. O que tornou essas situações possíveis foi a existência, em um mesmo espaço, de indivíduos de diferentes origens, falantes de diversas línguas, que compuseram a sociedade brasileira ao longo de toda a sua história. O principal objetivo deste trabalho é mostrar o caráter fundamental da escravidão para a formação social, ideológica e linguística do Brasil. Acreditando que a organização do trabalho na sociedade e a luta de classes são determinantes para o desenvolvimento da linguagem e que o mundo das ideias é reflexo das relações sociais e de produção, buscamos evidenciar de que maneira se davam as dinâmicas linguístico/languageiras dos trabalhadores escravizados, demonstrando como essas dinâmicas contribuíram para história sociolinguística do português brasileiro. A dura vida que os escravizados no Brasil levavam, a impossibilidade de formarem famílias, sua baixa expectativa de vida, dentre outros fatores, certamente contribuíram para a não-existência de línguas africanas no Brasil. As esferas de trabalho e espaços sociais nos quais os cativos conviviam determinavam sua comunicação verbal, e dependendo do espaço social no qual se inseriam, sua proximidade com a língua portuguesa poderia ser mais ou menos estreita, permitindo que sua fala de nuances africanas influenciasse a linguagem dos senhores, até formar o português popular falado hoje no Brasil. Ainda que essas línguas africanas não tenham sobrevivido, suas contribuições podem ser sentidas no léxico, na morfossintaxe e na pronúncia do português brasileiro. Apesar de o africano escravizado no Brasil e seus descendentes terem contribuído para a construção do país como um todo, sua história ainda é negada e a raça negra discriminada.

**PALAVRAS-CHAVE:** escravidão; português do Brasil; sócio-história do português brasileiro.

## RÉSUMÉ

L'histoire linguistique du Brésil s'est toujours caractérisée par les contacts et les mélanges linguistiques, par des situations de plurilinguisme et de répression des langues minoritaires. L'existence de ces situations se doit à la présence, sur un même territoire, d'individus d'origines différentes, locuteurs de langues différentes, qui ont composé la société brésilienne au cours de son histoire. Le principal objectif de ce travail est de montrer le caractère essentiel de l'esclavage colonial dans la formation sociale, idéologique et linguistique du Brésil. Partant de la conviction que l'organisation du travail dans la société et la lutte des classes sont déterminantes dans le développement du langage, et que le monde des idées est un reflet des relations sociales et de production, nous tentons de mettre en évidence la manière dont se produisaient les dynamiques linguistico-langagières des travailleurs asservis, afin de comprendre comment ces dynamiques ont contribué à l'histoire sociolinguistique du portugais brésilien. Les terribles conditions de vie que les travailleurs asservis ont connues au Brésil, l'impossibilité pour eux de former des familles stables, leur faible espérance de vie constituent, entre autres, des facteurs qui, selon nous, ont contribué à la non-existence de langues africaines au Brésil. Les sphères sociales et de travail dans lesquelles les captifs vivaient ont également déterminé leur communication verbale et, en fonction de l'espace social dans lequel ils étaient insérés, leur proximité de la langue portugaise pouvait être plus ou moins étroite, permettant que leurs parlers aux nuances africaines influencent la langue de leurs contremaîtres et maîtres, jusqu'à ce que se forme le portugais populaire tel qu'il est parlé aujourd'hui au Brésil. Bien qu'elles n'aient pas survécu, l'influence de ces langues africaines est toujours sentie dans le lexique, la morphosyntaxe et l'accent brésiliens. Cependant, malgré la contribution fondamentale des africains asservis et de leurs descendants à la construction de la nation brésilienne comme un tout, leur histoire continue d'être niée et la race noire d'être objet de discrimination.

**MOTS-CLÉS :** esclavage; portugais du Brésil; socio-histoire du portugais brésilien.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> A África no século XVI.....	37
<b>Figura 2:</b> Estimativa de embarque e desembarque de africanos no Brasil.....	41
<b>Figura 3:</b> Engenho de açúcar – Sobrado Neoclássico no Rio de Janeiro.....	43
<b>Figura 4:</b> Habitação de negros.....	45
<b>Figura 5:</b> Loja de barbeiros.....	46
<b>Figura 6:</b> Uma senhora de algumas posses em sua casa.....	47
<b>Figura 7:</b> Execução da punição de açoitamento.....	49
<b>Figura 8:</b> Castigo de Escravos.....	50
<b>Figura 9:</b> Negras novas indo à Igreja para serem batizadas.....	53
<b>Figura 10:</b> Repartição das línguas da África.....	58
<b>Figura 11:</b> Navio negreiro.....	61
<b>Figura 12:</b> Escravizados sendo transportados na África, séc. XIX .....	62
<b>Figura 13:</b> Ama-de-leite Mônica.....	84

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. O ESTUDO DE FENÔMENOS SOCIOLINGÜÍSTICOS DO PASSADO</b> .....	15
<b>1.1 SL histórica e interdisciplinaridade</b> .....	16
<b>1.2 Abordagem materialista dos fenômenos linguageiros</b> .....	19
<b>1.3 Questões terminológicas</b> .....	20
<b>2. A ESCRAVIDÃO NO BRASIL</b> .....	32
<b>2.1 Os antecedentes</b> .....	33
<b>2.2 Escravização de nativos</b> .....	33
<b>2.3 Escravização de africanos</b> .....	35
2.3.1 <i>A complexidade do continente africano</i> .....	37
2.3.2 <i>Dados numéricos</i> .....	41
2.3.3 <i>Ciclos de produção</i> .....	43
2.3.4 <i>As esferas de trabalho</i> .....	45
2.3.5 <i>Resistência dos trabalhadores escravizados</i> .....	49
2.3.6 <i>Sem família e com baixa expectativa de vida</i> .....	53
<b>3. SOCIO-HISTÓRIA LINGÜÍSTICA DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA</b> .....	57
<b>3.1 As línguas de origens</b> .....	58
<b>3.2 Portos de embarque e navios negreiros: primeiros caldeirões linguísticos.</b> .....	61
<b>3.3 As línguas dos cativos: crioulos, crioulição e “português tosco”</b> .....	65
<b>3.4 O português do Brasil e as línguas africanas</b> .....	70
3.4.1 <i>As contribuições das línguas africanas no português do Brasil</i> .....	71
3.4.2 <i>A influência africana na estrutura do português do Brasil, segundo Renato Mendonça e Jacques Raimundo</i> .....	74
<b>3.5 O português brasileiro e a escravidão</b> .....	77
3.5.1 <i>O trabalho escravizado e as práticas linguageiras</i> .....	80
3.5.2 <i>Senhores, ladinos, boçais e mães-pretas</i> .....	83
3.5.3 <i>Fuga e aquilombamento</i> .....	86
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	88
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	91
<b>PUBLICAÇÕES ACERCA DA ESCRAVIDÃO</b> .....	96
<i>Descrições linguísticas, gramáticas e dicionários</i> .....	96
<i>Literatura</i> .....	97
<b>CRONOLOGIA HISTÓRICA DO BRASIL</b> .....	99

## INTRODUÇÃO

Do século XVI até o fim do século XIX, a escravidão reinou incontestemente no Brasil. Durante este longo período, milhões<sup>1</sup> de africanos foram arrancados de sua terra para serem escravizados em solo luso-brasileiro. Ao longo de mais de três séculos, esses homens, mulheres e crianças deram vida ao Brasil. Os africanos e seus descendentes trabalharam em todos os setores da sociedade escravista, sustentando, através de seu duro trabalho, toda a economia e a sociedade colonial e, a seguir, imperial.

Durante os mais de trezentos anos de escravidão, a chegada de africanos no Brasil se manteve constante, até a proibição definitiva do tráfico negreiro em 1850. Com a chegada incessante de africanos, vindos de diferentes partes do continente africano e falantes de línguas diversas, é natural esperar que essas línguas tenham contribuído para a formação do português brasileiro.

O forte poder econômico e político que a escravidão proporcionou para os escravizadores, por um lado, e as duríssimas e desumanas condições de trabalho e de vida reservadas aos trabalhadores escravizados constituíram poderosos fatores que moldaram, em cada um dos membros dessas duas grandes categorias sociais, aquilo que Volochinov chamou de ideologia do cotidiano – isto é, o conjunto das experiências vividas, na vida de todos os dias, que refletem e refratam a vida social – e determinaram o que o mesmo autor apelidou de sistemas ideológicos – do direito, da justiça, da ciência, da arte, da filosofia, da política, etc. – dominantes no Brasil. De uma maneira ou de outra, ainda carregamos as sequelas dessa situação histórica.

O presente trabalho se utiliza de uma visão materialista, segundo a qual o mundo das ideias tende a ser determinado pelas relações de produção e, portanto, em última instância pelo modo de produção dominante em uma determinada sociedade. Karl Marx e Friedrich Engels, em *Manifesto Comunista*, assinalaram que a história de todas as sociedades que já existiram tem sido a história da luta de classes, luta entre patrício e plebeu, mestre de corporação e companheiro, homem livre e homem escravizado, opressores e oprimidos, todos em oposição ininterrupta, em uma guerra “que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária,

---

<sup>1</sup> Em torno de quatro milhões.

da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta” (MARX & ENGELS, 2005 [1848], p.7).

Acreditamos igualmente que “as forças motoras que determinaram as origens e o desenvolvimento da linguagem” são “a organização do trabalho na sociedade e a luta de classes” (VOLOCHINOV, 2013, p. 157).

Buscaremos enxergar a formação do português brasileiro através da lente da história econômica e social do Brasil escravista, tendo como modelo teórico-metodológico a Sociolinguística. Questionando a qualidade e a natureza do contato de falantes do português com falantes de línguas africanas, examinaremos as mesclas de línguas e de práticas languageiras possíveis no contexto específico da escravidão. Nosso objetivo principal é contribuir para uma discussão mais ampla sobre o caráter fundamental do modo de produção escravista no Brasil para a sócio-história do português brasileiro. Dentro desse grande objetivo, foram estabelecidas as seguintes metas específicas:

- Mostrar como a escravidão, enquanto modo de produção, pode ter moldado as práticas languageiras dos trabalhadores escravizados.
- Encontrar indícios quanto ao possível destino das línguas africanas trazidas ao Brasil.
- Mostrar a influência dessas línguas no português falado no Brasil.
- Fazer uma revisão da produção bibliográfica luso-brasileira e, sobretudo, brasileira, sobre a contribuição do modo de produção escravista na formação do português brasileiro.

Mais do que fazer uma descrição linguística, tentaremos fazer uma reconstrução da sócio-história do português falado no Brasil, levando em consideração os contextos histórico-sociais em que as mudanças linguísticas ocorreram (SILVA, 2004, p. 29).

No primeiro capítulo, será definido o quadro teórico-metodológico que guiará esta pesquisa, explicitando o modo como enxergamos a relação entre a língua e a sociedade e discutindo, portanto, a Sociolinguística enquanto ciência e sobretudo as razões pelas quais optamos por nos filiar às bases epistemológicas da Sociolinguística Histórica, essencial para o desenvolvimento desse trabalho.

No intuito de demonstrar o meio no qual se inseriam os falantes, será apresentada, no segundo capítulo, uma revisão histórica da escravidão no Brasil que vai desde meados de 1500,

início da escravidão africana como prática comercial e, sobretudo, como modo de produção dominante no Brasil, até sua abolição, em 1888. O tráfico negreiro, as condições de vida dos escravizados, os ciclos de produção que sustentaram a economia escravista, as esferas de trabalho nas quais se inseriram os cativos, suas vidas privadas, bem como sua resistência ao cativo, serão também comentados nesse segundo capítulo.

O terceiro capítulo se debruçará sobre as possíveis dinâmicas linguísticas dos trabalhadores escravizados, levando, por exemplo, em consideração os espaços onde os discursos ocorriam ou podiam ocorrer, assim como as prováveis contribuições dos hábitos linguísticos dos trabalhadores escravizados e dos libertos africanos na formação do português do Brasil e das práticas languageiras dos brasileiros.

A escravidão deixou marcas sentidas ainda hoje em toda a sociedade brasileira. Para Mário Maestri<sup>2</sup>, as principais heranças escravistas da nossa sociedade são o desprezo pelo trabalho manual, o racismo e o desrespeito aos direitos dos cidadãos das camadas populares. A relação entre raças precisa ser reavaliada na sociedade brasileira. Na fala do autor “a própria história do Brasil contemporâneo é profundamente influenciada pelo passado escravista. A história do escravo constitui a pré-história do trabalhador brasileiro”<sup>3</sup>.

Em pleno século XXI, ainda há distinções entre o que se acredita ser negros, brancos e pardos, como se a cor da pele determinasse caráter, inteligência, status social. São também difusas visões preconceituosas ligadas à raça, como, por exemplo, a preguiça natural do negro, apesar de ter sido o trabalho incessante de trabalhadores negros que sustentou o país por mais de três séculos.

Infelizmente, a sociedade atual ainda sofre resquícios do seu longo passado escravista. Entre essas sequelas, há as dificuldades escolares de meninos e meninas predominantemente pobres, sobretudo afrodescendentes, mas também “brancos” e “índios”, que, segundo Eglê Franchi, “devem adequar seu dialeto à bela linguagem que normalmente não é a sua, nem a de seus pais, nem a de sua comunidade, mas a única oficial da escola, a única certa. Tudo o que na linguagem corrente do aluno não corresponda às normas é corrigido e estigmatizado [...]”<sup>4</sup>. Stella Maris Bortoni-Ricardo<sup>5</sup> comenta que o processo social de integração que envolve a aquisição do português como língua-padrão se relaciona com a mobilidade social e não com a

---

<sup>2</sup> MAESTRI, 1994, p. 10.

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> FRANCHI, 2002, p. XII

<sup>5</sup> BORTONI-RICARDO, 2011, p. 22.

diferença étnica. No entanto, “a maioria dos afrodescendentes pertence às classes mais baixas e geralmente tem menos oportunidades de mobilidade que os demais brasileiros”<sup>6</sup>.

Considera-se que compreender melhor os fenômenos sociolinguísticos acima assinalados – o multilinguismo decorrente do contato entre muitas línguas durante os mais de três séculos em que o Brasil esteve dominado pela escravatura e a forte influência de línguas africanas no português brasileiro – pode ajudar a entender parte dos problemas de racismo que ainda assolam o país e pode trazer uma contribuição importante para a compreensão das dificuldades de aprendizagem do português de alunos das classes trabalhadoras, na sua maioria afrodescendentes.

Fazer uma reconstrução da sócio-história do português brasileiro é um trabalho amplo e complexo para ser totalmente contemplado nos dois anos previstos para uma dissertação de mestrado. Assim sendo, não seria possível apresentar muito mais do que considerações exploratórias sobre esse tema rico e importante do ponto de vista linguístico e social. Temos consciência de que o que deixamos aqui é uma contribuição a este grande campo do conhecimento.

---

<sup>6</sup> Ibid.

## **1. O ESTUDO DE FENÔMENOS SOCIOLINGÜÍSTICOS DO PASSADO**

Nosso trabalho tem por objetivo principal discutir o caráter fundamental da escravidão do Brasil na sócio-história do português brasileiro. Tentar fazer uma sócio-história ou história sócio-linguística de um país ou comunidade não é tarefa fácil. É necessário olhar para os contextos históricos onde ocorreram as mudanças linguísticas e, através deles, encontrar o que desencadeou determinados fenômenos e mudanças. Para tal, tentaremos mostrar de que maneira a escravidão pode ter moldado as práticas languageiras dos trabalhadores escravizados, no que tange ao destino de suas falas de origem, à sua aprendizagem/sua aquisição do português, à sua comunicação nas diversas esferas da vida. Buscaremos igualmente indícios quanto ao destino das línguas africanas trazidas ao Brasil. Tentaremos mostrar de que maneira se deram as contribuições das línguas africanas no português brasileiro, fazendo uma revisão da produção bibliográfica brasileira sobre a formação do português brasileiro, em ensaios sociológicos, históricos, linguísticos; dentre outros documentos da época. Levando em considerações os pontos a serem seguidos para o desenvolvimento deste trabalho, a pesquisa em questão se enquadrará, em primeiro lugar, na Sociolinguística Histórica (doravante SL histórica).

### 1.1 SL histórica e interdisciplinaridade

Em seu trabalho *Sociolinguistique Historique et Analyse du Discours du côté de l'histoire: un chantier commun?*<sup>7</sup>, Sonia Branca-Rosoff refuta a ideia de que a pesquisa sociolinguística pressupõe necessariamente uma pesquisa de campo, envolvendo situações reais e contato direto entre pesquisador e locutor. Ao contrário, ela preconiza que se possa fazer uma sociolinguística histórica baseada em fontes escritas e no conhecimento dos contextos sócio-históricos em que os falantes do passado se encontravam. A autora define a sociolinguística histórica como uma *linguística de corpus* que não trabalha no nível da língua, enquanto objeto abstrato, mas leva em conta os discursos e as práticas languageiras ancorados em determinado tempo e espaço e considera o entrelaçamento entre mudança linguística e mudança social. Branca-Rosoff refuta igualmente a ideia de que seria impossível ter acesso à fala de pessoas do passado por não haver um registro oral da mesma e fornece alguns caminhos para que o sociolinguista histórico encontre vestígios dos discursos e das práticas linguísticas do passado.

De acordo com a autora, o sociolinguista histórico deve encontrar vestígios ou indicações das falas e das práticas linguísticas das classes sociais subalternizadas, sobretudo

---

<sup>7</sup> BRANCA-ROSOFF, 2007, p. 163 et seq.



através da representação dessa fala em escritos das classes letradas. Essas últimas – formadas por gramáticos e filólogos, sociólogos, etc. – referem-se direta ou indiretamente aos falares populares, quando alertam, por exemplo, para o que eles consideravam desvios e incorreções. A própria literatura pode transmitir a fala popular, através de palavras, frases, expressões, sotaques não-padrão, em personagens de classes subalternizadas. Ao utilizar esse tipo de material, o sociolinguista histórico não pode evidentemente perder de vista que se trata de material ideológico, isto é de visões – muitas vezes estereotipadas – que o autor tem da fala popular. Branca-Rosoff lembra igualmente que é possível encontrar escritos de pessoas que no passado pertenciam às classes subalternizadas – que ela chama de semiletrados –, que dão pistas sobre sua língua, suas práticas languageiras e suas visões de mundo.

O que se evidencia é que a Sociolinguística Histórica é intrinsecamente interdisciplinar. No entanto, é preciso alertar para o fato de que, no Brasil, muitos estudos relativos à história do português, durante boa parte do século XX, mesmo tendo um viés interdisciplinar, foram dominados por modelos estruturalistas, cuja abordagem separa a “história linguística interna” e os “contextos históricos externos”, não vendo, portanto, a língua como parte integrante da sociedade. A sociolinguista brasileira Rosa Virgínia Mattos e Silva<sup>8</sup> mostra que Serafim da Silva Neto, em 1950, tentou fazer uma reconstrução da história externa do português brasileiro, com o objetivo de defender a ideia da “vitória” da língua portuguesa em relação às demais línguas coexistentes nestas terras, numa visão reificadora das línguas. Para Mattos e Silva, somente mais tarde, “alguns caminhos foram abertos por Antônio Houaiss (1985), Alberto Mussa (1991), Fernando Tarallo (1991)” e também pelo programa para a história da língua portuguesa (PROHPOR) do departamento de letras vernáculas e no Mestrado em Letras da Universidade Federal da Bahia. De fato, em seu trabalho de 1985, Antônio Houaiss tratou do português falado no Brasil levando em consideração o “contexto multilíngue e dialetal da sociedade brasileira, desde suas origens”.

Houaiss<sup>9</sup> considerava que, para que fosse possível explicar o português do Brasil em modalidade oral e escrita, fazia-se necessário “penetrar fundo essa problemática, através de uma conjugação de métodos que supõe quatro vias ao menos”, sendo elas:

- 1) a do levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos languageiros havidos a partir (e mesmo antes, para com os indígenas e os negros) dos inícios da colonização, levantamento já em curso assistemático desde os

---

<sup>8</sup> SILVA, 2004, p.30.

<sup>9</sup> HOUAISS, 1985, p.127.

historiadores dos meados do século XIX para cá; 2) o mapeamento confiável da dialetologia brasileira a exemplo do que sonhou Antenor Nascentes e realizou parcialmente Nelson Rossi com seus colaboradores – mapeamento no qual, pelas igualdades unitárias e globalizantes, será possível “recapitular” o processo passado que terá gerado o presente descrito por essa dialetologia; 3) o incremento da dialetologia vertical em tantos quantos possíveis grandes centros urbanos e focos rurais antigos, a fim de se poder ver a interinfluência entre o rural e o urbano na transmissão adquirida e induzida; e 4) a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, não numa leitura “estética”, que se vem tentando algo em vão, nem histórico-externa, nem sociológica, nem demográfica, nem demopsicológica, nem antropológica, nem política, mas essencialmente linguística – que, depois, será um componente relevante das “histórias” – analítica e sintética – de que já nesta altura tanto necessitamos<sup>10</sup>.

Acreditando que a “segunda e terceira vias de Houaiss estão sendo cumpridas”, Mattos e Silva<sup>11</sup> debruçou-se na primeira e na quarta vias, que segundo ela, precisavam de muita investigação. Mesmo assim, segundo a autora,

[...] explorando-se sistematicamente as fontes históricas impressas disponíveis e o que escondem os arquivos brasileiros e estrangeiros, poderemos recompor a demografia histórica brasileira, em função da reconstrução dos encontros/desencontros de populações portadoras das inúmeras línguas, cujos falantes conviveram, e convivem ainda em interação, ao longo de nossa história<sup>12</sup>.

No entanto, a autora afirma que:

[...] ainda está por ser elaborada uma reconstituição que conjugue fatores sócio-históricos, demográficos, linguísticos do passado e do presente que, reunidos, poderão explicitar e espelhar os processos sócio-históricos e linguísticos que interagiram na constituição do português que falamos<sup>13</sup>.

A supracitada autora preconizava que se procurasse, “nos dados organizados pelos que fazem história social”, “indícios que permitam fundamentar uma aproximação à história social da linguagem”<sup>14</sup>. Para ela, quatro fatores sócios-históricos seriam importantes para uma melhor compreensão das dinâmicas linguísticas do passado no Brasil e, mais especificamente do português brasileiro, que são: “A) a demografia histórica do Brasil do século XVI ao XIX; B) a mobilidade populacional dos africanos e afro-descendentes no Brasil colonial e pós-colonial; C) a escolarização ou sua ausência do século XVI ao XIX; D) as reconfigurações socioculturais,

<sup>10</sup> Ibid., p. 127-128.

<sup>11</sup> SILVA, op. cit. p. 33 et seq.

<sup>12</sup> Ibid., p. 37 et seq.

<sup>13</sup> Ibid., p. 13.

<sup>14</sup> Ibid., p. 70.

políticas e linguísticas ao longo do século XIX”<sup>15</sup>. Nós também guiaremos nossa análise a partir desses fatores, entre outros.

## 1.2 Abordagem materialista dos fenômenos linguageiros

Nossa aproximação dos fatos sociolinguísticos do passado, além de se dar, como acabamos de ver, a partir de indícios que nos são fornecidos pelos estudiosos das sociedades do passado e através de documentos escritos, cujos autores pertenciam a essas sociedades, se dará através de uma lente materialista, focalizando a maneira como a sociedade da época era organizada, em termos de modo de produção e de ideologia. Para isso, como fizemos alusão na introdução, nos apoiaremos em um modelo que Volochinov chamou de “sociológico” ou “marxista”.

Em seus escritos<sup>16</sup>, Valentin Volochinov distancia-se das visões em voga nas primeiras décadas do século XX, época em que ele escreveu seus textos, apresentando um modelo marxista, em que:

- A linguagem humana nasceu nos seres humanos em devir, à medida que eles começaram a dominar a natureza, a utilizar as mãos e a trabalhar, ampliando cada vez mais sua consciência do mundo natural e dos outros seres humanos, que com eles passaram a formar sociedades e a ter algo a se dizer, desenvolvendo assim os órgãos fonadores, e, sobretudo, à medida que houve contatos entre diversas sociedades humanas e, portanto, cruzamentos e miscigenações entre suas línguas<sup>17</sup>. Ou seja, são os seres humanos reunidos em sociedade que, com sua luta pela sobrevivência e seu trabalho sobre a natureza permitem o desenvolvimento da linguagem verbal, que constitui assim uma criação e uma espécie de imagem, representação dessa mesma sociedade.

- Em uma relação dialética, a linguagem verbal – e outras formas de linguagem –, por sua vez, exerce igualmente uma *influência retroativa* (grifo do autor) sobre as relações sociais que a originaram e, em última instância sobre o desenvolvimento da vida social.

---

<sup>15</sup> Ibid.

<sup>16</sup> Nesse trabalho, utilizamos sobretudo a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* e o texto *O que é a linguagem*.

<sup>17</sup> VOLOCHINOV, 2013, p. 135 et seq.

Volochinov mostra a relação intrínseca entre a linguagem verbal e a consciência, ao evidenciar a existência da linguagem interior. A consciência adquire forma dentro das relações sociais, e só se torna consciência, quando impregnada de conteúdo ideológico. O grau de consciência é proporcional ao grau de orientação social dos indivíduos<sup>18</sup>. Uma vez com a consciência clara e determinada (quando há tomada de consciência), essa consciência – interior – encontra formas de ser expressada exteriormente.

Ao contrário, quando o indivíduo não faz parte ou não se sente parte de uma organização social bem determinada ou quando ele se encontra isolado porque foi *desclassado* – os moradores de rua, por exemplo, e, no caso que nos interessa, os cativos –, a organização de sua consciência pode ser afetada e, sem sua orientação social, transforma-se dificilmente em uma expressão verbal coerente e complexa. Essa externalização tende então a ser mais ligada aos instintos.

Assim, os escravizados, privados, na maioria das vezes, de possibilidade de comunicação social e verbal, encontravam maneiras de expressão de sua consciência nos cantos de trabalho, no tocar do tambor, na dança, na religião, que eram as esferas sócio-comunicativas que lhes cabiam. Os mais fortes psicologicamente ou que provinham de famílias africanas mais estruturadas conseguiram se manter mais conscientes de sua real situação nas difíceis condições da escravidão. Muitos desses externalizaram essa consciência em diversas formas de resistência ao cativeiro – fugas, aquilombamento, organização de rebeliões, etc.

### 1.3 Questões terminológicas

Esta seção tem por objetivo esclarecer as categorias sociolinguísticas mais importantes para o desenvolvimento desse trabalho. Algumas são tomadas em uma visão não estruturalista.

- Língua – linguagem

Concebemos a linguagem verbal e as línguas na sua dimensão essencialmente heterogênea. Isso implica não realizar um estudo linguístico formal. Consideramos, com Cécile Canut<sup>19</sup>, que a noção de “língua” como posta por alguns linguistas não pode ser tratada como um dado do real, mas constitui uma construção ideológica na qual a língua é um elemento

<sup>18</sup> BAKHTIN & VOLOCHINOV, 1995, p. 114 et seq.

<sup>19</sup> CANUT, 2001, p. 393.

identitário. Para Canut<sup>20</sup>, “assimilar a língua a uma substância, ou até mesmo a uma ‘essência’, impede que sejam compreendidas as práticas flutuantes dos locutores, determinadas por um conjunto complexo de fenômenos tanto discursivos quanto práticos”. É importante lembrar que, como vimos, “a linguagem é profundamente determinada pelo momento histórico, pelas contradições sociais e pelos conflitos ideológicos – de classe, de gerações, de gênero, de grupos étnicos etc”<sup>21</sup>. A função comunicativa da linguagem “possui também uma importante instância de integração e de ocultação das contradições sociais”<sup>22</sup>.

- Práticas languageiras

No artigo *Pratiques langagières et registres discursifs: interrogation de deux cadres en sociologie du langage* (2008, p. 15), as linguistas Emmanuelle Cambon e Isabelle Léglise propõem que a categoria “práticas languageiras” seja diferenciada de conceitos como “interações verbais” ou “tomada da palavra” e citam Josiane Boutet (2002, p. 459 *apud* CAMBON & LÉGLISE, 2008, p. 20), para quem a prática languageira deve ser considerada como uma prática social e é como tal que ela deve ser analisada. Para Boutet,

as palavras, os discursos não são apenas as representações de nossos atos e de nossos pensamentos, eles não servem apenas a transmitir informações ou ideias ou ordens. Elas não apenas refletem o social, elas são parte integrante dele, elas agem sobre o social, produzindo nele efeitos específicos que a análise vai ter que desvelar [...]. Todo ato [...] é concebido, representado por atores sociais, isto é, é trabalhado no material semiótico que é a linguagem<sup>23</sup>.

De um ponto de vista empírico, as práticas languageiras “levam às noções de ‘produção verbal’, ‘de enunciação’, de ‘fala’, até mesmo de ‘performance’, mas, de um ponto de vista teórico, aquela categoria se distingue dessas últimas por acentuar a noção de ‘prática’”:

a linguagem faz parte do conjunto das práticas sociais, sejam elas práticas de produção, de transformação ou de reprodução. [...] como toda prática social, as práticas languageiras são determinadas e restringidas pelo social, ao mesmo tempo que elas produzem efeitos sobre ele, contribuem para sua transformação. Sob essa perspectiva, a linguagem não é somente um reflexo das estruturas sociais, mas faz inteiramente parte delas (BOUTET, 2002, p. 459 *apud* CAMBON & LÉGLISE, 2008, p. 20).

---

<sup>20</sup> Ibid.

<sup>21</sup> CARBONI & MAESTRI, 2003, p. 3.

<sup>22</sup> Ibid.

<sup>23</sup> CAMBON & LÉGLISE, 2008, p. 16-17

Cécile Canut<sup>24</sup> concebe “as práticas languageiras não como predeterminadas por uma homogeneidade (a língua, uma língua ‘em si mesma’ ou, ao contrário ‘o social’), mas, ao contrário, como necessariamente mescladas, para as quais os falantes colocam ou não fronteiras, em função dos diversos níveis discursivos e das diversas instâncias de enunciação”. Nesta perspectiva, o ponto de partida de nossa pesquisa será a heterogeneidade e a diversidade linguística, que caracterizam a fala. A partir da observação dessa heterogeneidade, é possível compreender como se dão as tendências à homogeneização, seja nos discursos, seja nas práticas languageiras.

Trabalhar com a categoria “práticas languageiras” implica uma abordagem pluridisciplinar e, conseqüentemente, o não reconhecimento de uma eventual fronteira entre fatores *internos* e *externos* à língua, acreditando que a linguagem não pode ser estudada sem referência à história, à sociedade, aos modos de produção, materiais e culturais.

- Contato linguístico

Quando falamos em contatos linguísticos, pressupomos a existência de duas ou mais línguas em contato, isto é, de um contato entre povos que falam línguas diferentes. Segundo Josiane Boutet, ao “descrevermos fenômenos como a mescla linguística ou o code-switching, supomos logicamente um tempo anterior a esses fenômenos, em que as línguas consideradas são isoladas e preservadas em sua integralidade” e, depois um tempo posterior, em que essas línguas “são misturadas de acordo com as regras – gramaticais, retóricas – e em função de regulações comunicacionais que o linguista-observador se encarrega de descobrir”<sup>25</sup>.

Segundo Louis-Jean Calvet<sup>26</sup> o lugar dos contatos linguísticos “pode ser o indivíduo (bilíngüe ou em situação de aquisição) ou a comunidade. E o resultado dos contatos é um dos primeiros objetos de estudo da sociolinguística”. É importante insistir no fato de que o que entra em contato não são as línguas, mas os seres sociais, falantes dessas línguas, e que é de acordo com esse contato entre pessoas que os fenômenos linguísticos acontecem.

---

<sup>24</sup> CANUT, 2001, p. 392.

<sup>25</sup> BOUTET, 1987, p. 21.

<sup>26</sup> CALVET, 2002, p. 35.

- Code-switching – Code-mixing

Indivíduos bilíngues ou que vivem em comunidades bilíngues/plurilíngues podem se deparar com situações em que misturam essas línguas em seu discurso, produzindo assim, enunciados bilíngues. Essa mistura linguística pode se dar sob a forma de alternância entre duas ou mais línguas na mesma frase ou na passagem de uma frase à outra<sup>27</sup>. Para descrever esses fenômenos, costuma-se usar os termos ingleses *code switching* (alternância) e *code-mixing* (mistura de línguas). A diferença entre essas duas categorias varia nos diversos campos da Linguística. Muito provavelmente, fenômenos desse tipo ocorreram entre os escravizados que, em contato diário com as línguas faladas na senzala, precisavam trabalhar na casa grande e se comunicar na língua de seus escravizadores.

Segundo Emilio Bonvini (2008, p. 53) “[...] na maior parte dos casos e numa duração de vários séculos, a única opção linguística deixada aos escravos que desembarcavam no Brasil foi a de uma ‘alternância de códigos’”, um “‘code switching’, obrigados que eram a optar seja pelo emprego do português, seja pelo de uma língua africana, veicular ou não, já empregada por aqueles que os precederam”.

- Língua Geral

Em *As línguas gerais sul-americanas*, Aryon Rodrigues define o conceito de língua geral “como um termo específico para uma categoria de línguas, que surgiram na América do Sul nos séculos XVI e XVII em condições especiais de contato entre europeus e povos indígenas”<sup>28</sup>. O termo “tomou sentido bem definido no Brasil nos séculos XVII e XVIII, quando, tanto em São Paulo como no Maranhão e Pará, passou a designar as línguas de origem indígena, nas respectivas províncias”, faladas por toda a população provinda da miscigenação “entre europeus e tupi-guaranis [...], à qual foi-se agregando o contingente de origem africana e contingentes de vários outros povos indígenas, incorporados ao regime colonial, em geral na qualidade de escravos ou de índios de missão”<sup>29</sup>.

Luiz Carlos Borges e José Horta Nunes<sup>30</sup> também concordam que, em sentido geral, a expressão pode ser utilizada para nomear línguas que surgiram da situação de contato entre

---

<sup>27</sup> Ibid., p. 43.

<sup>28</sup> RODRIGUES, 1996, p. 6.

<sup>29</sup> Ibid.

<sup>30</sup> BORGES & HORTA NUNES, 1998, p. 53 et seq.

colonizadores e indígenas, como citado acima e, de forma específica, “designa uma língua de base indígena, com suas variedades, desenvolvida e instituída em São Paulo e na Amazônia”. Segundo os autores, “nos escritos do século XVII, o termo ‘Língua Geral’ se refere à língua tupi e/ou tupinambá, que eram maioria entre os grupos tribais” em contato nas costas brasileiras. Os mesmos autores consideram que, no caso específico da denominação “língua geral” utilizada para a suposta língua nativa gramaticalizada por Anchieta, o termo se refere “ao processo linguístico e étnico instaurado no Brasil pelo complexo catequese-colonização”.

Antônio Houaiss, no livro *O português do Brasil* (1985, p. 41), faz notar, no entanto, que

há referências a línguas gerais de base africana em vários pontos do país, línguas essas que por forte presunção eram as dos quilombos, que desde o século XVI se multiplicaram no território, quilombos que, quando não intercomunicantes, não teriam por que ter a mesma língua geral de base africana.

Para Houaiss, na Bahia, e sobretudo em Salvador, o nagô chegou a ser a língua comum (geral) de muitos trabalhadores escravizados.

Segundo Luiz Felipe Alencastro (2009, p. 20 et seq.), na ilha de São Tomé, verdadeira plataforma de embarque de cativos africanos vindos do golfo da Guiné e do Congo e destinados sobretudo para o Grão-Pará e Maranhão, falava-se uma língua geral luso-africana, conhecida como a “língua de São Tomé”.

- Língua Franca

Segundo Calvet<sup>31</sup>, quando um grupo social se confronta com outro grupo, “cuja língua ele não fala e que, por sua vez, também não fala a sua”, quando “não há uma terceira língua disponível, e se os dois grupos têm necessidade de se comunicar, eles vão inventar para si uma forma de língua aproximativa, geralmente uma língua mista”. As línguas francas, também conhecidas como línguas aproximativas “são originalmente utilizadas entre comunidades que não têm língua comum, mas que mantêm, por exemplo, relações comerciais. Trata-se de um sistema extremamente restrito: algumas estruturas sintáticas e um vocabulário limitado às necessidades de comunicação imediata”<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> CALVET, 2002, p. 41.

<sup>32</sup> Ibid., p. 42.



- Pidgin – pidginização

Segundo Dante Lucchesi<sup>33</sup> “pode-se pensar que o português popular sofreu profundas alterações ao ser adquirido, inicialmente, pelos poucos índios aculturados em português e, posteriormente, por contingentes cada vez mais expressivos” de escravizados arrancados da África para trabalharem no Brasil, “de modo que é bem razoável imaginar que o português falado por esses segmentos tenha passado por um intenso processo de transmissão linguística” que dentro de determinadas situações, pode “ter atingido um nível de pidginização e criouliização”.

De acordo com Calvet, o pidgin seria “um sistema de comunicação linguística que não tem falantes nativos, sempre utilizado, portanto, como segunda língua e que resulta do contato entre grupos falantes de línguas diferentes”<sup>34</sup>. O pidgin é conhecido como uma língua de comércio, uma língua emergencial, que quando se torna a língua materna de um grupo, passa a ser denominado língua crioula<sup>35</sup>.

Para Dulce Pereira<sup>36</sup>, o pidgin distingue-se do crioulo por ser muito instável e “sustentável apenas em situações de comunicação pontuais e para fins muito restritos [...] quando os adultos que o falam têm à disposição outras línguas maternas”. Se, ao contrário, “as situações de comunicação se intensificarem e não houver outra língua funcional acessível, esta linguagem insuficiente terá necessariamente de se transformar de modo a cumprir todas as funções de uma língua natural exigidas pela mente humana”<sup>37</sup>.

- Crioulo - criouliização

Pereira<sup>38</sup> demonstra que os crioulos, por exemplo os de base portuguesa, são línguas como quaisquer outras e não “uma espécie de português mal falado”, como ainda pensam muitas pessoas, “mesmo com formação universitária”<sup>39</sup>. São línguas, no entanto, que se distinguem “pela rapidez de sua formação”, “em contextos sociolinguísticos excepcionais”<sup>40</sup>.

---

<sup>33</sup> LUCCHESI, 2009, p. 54.

<sup>34</sup> CALVET, op. cit. p. 169.

<sup>35</sup> Ibid.

<sup>36</sup> PEREIRA, 2006, p. 28.

<sup>37</sup> Ibid.

<sup>38</sup> Ibid., p. 20.

<sup>39</sup> Ibid., p. 14.

<sup>40</sup> Ibid., p. 22.

Para que se forme um crioulo, “é preciso que a língua dominante que os membros da comunidade têm necessidade de aprender não lhes seja de fácil acesso”<sup>41</sup>, como aconteceu para os trabalhadores escravizados no Brasil, entre os séculos XVI e XVIII.

Do ponto de vista estrutural, segundo Calvet<sup>42</sup>, a língua crioula caracteriza-se “por um vocabulário emprestado a uma língua dominante” e uma sintaxe da língua dos povos dominados. Pereira discorda um pouco dessa última visão. Para ela, os crioulos do português não resultaram “de uma evolução nem do português, nem das línguas africanas”. Foram antes

resultado da **reestruturação** (de uma nova 'leitura' e reelaboração) de um material linguístico novo e diferenciado: aquele que os primeiros escravos africanos puderam adquirir e que produziam mais frequentemente, no seu contato limitado com a língua portuguesa e seus falantes (grifo da autora)<sup>43</sup>.

Seriam, portanto, na visão dessa autora, “**línguas novas** que emergiram, com uma estrutura própria, em condições tais que determinaram que as mudanças linguísticas, que normalmente levariam muitas décadas, se tivessem processado em muito pouco tempo”<sup>44</sup>. De acordo com essa autora<sup>45</sup>, para que essa língua nova pudesse se complexificar e se nivelar, “isto é, para a adoção **sistemática** de algumas variantes em detrimento de outras”, as crianças nascidas nessas comunidades mistas tiveram um papel crucial (grifos da autora).

Lucchesi<sup>46</sup> concorda com essa hipótese: “a criouliização depende de forma crucial da nativização da língua-alvo, o que, por sua vez, passa pela socialização do uso dessa língua-alvo entre a população dominada”.

A socialização da língua dos dominantes entre a população dominada e a sua nativização colocam essa língua precariamente adquirida diante de necessidades expressivas e comunicativas novas e que não se apresentavam na simples interação imperativa com os indivíduos do grupo dominante. As lacunas do antigo código de emergência são então preenchidas através da gramaticalização, decalcadas ou não das estruturas originais das línguas do substrato, de formas lexicais da língua-alvo, retidas na aquisição do código de emergência. Esse processo de reestruturação é fundamental nos casos típicos de criouliização<sup>47</sup>.

---

<sup>41</sup> Ibid.

<sup>42</sup> CALVET, op. cit., p. 52.

<sup>43</sup> PEREIRA, 2006, p. 29.

<sup>44</sup> Ibid.

<sup>45</sup> Ibid., p. 28.

<sup>46</sup> LUCCHESI, 2009., p. 63.

<sup>47</sup> Ibid.

De acordo com Calvet<sup>48</sup> “algumas situações sociológicas fazem com que as línguas primeiras percam a eficácia comunicacional, quando as populações estão a tal ponto misturadas que ninguém fala a língua do outro”. Como exemplo de situações como estas, pode-se citar “o que se produziu nos deslocamentos de escravos da África para as ilhas: de origens diferentes, misturados nas plantações, os negros não podiam se comunicar em suas línguas primeiras e tiveram de criar para si uma língua aproximativa, um pidgin”<sup>49</sup>, que pode ou não, ter-se tornado língua primeira de determinado grupo de falantes, o que resultaria em uma língua crioula. Algo neste sentido certamente correu durante a escravidão no Brasil, como trataremos mais tarde, no capítulo 3 deste trabalho.

- Português Popular ou Vernáculo brasileiro

A população do Brasil, ao menos por metade de origem africana foi “difusora do que veio a ser chamado de português popular brasileiro pela sociolinguística contemporânea, em contraponto ao por ela designado português culto brasileiro”<sup>50</sup>. De acordo com Mattos e Silva, “o problema da difusão do português brasileiro pela nossa população de origem africana envolve uma das questões centrais na compreensão histórica do português brasileiro”, que “é a explicação da complexa situação de ter-se tornado o Brasil um país majoritariamente unilíngue, quando, no seu período histórico inicial, de 1500 a meados do século XVIII, apresenta um multilinguismo/multidialealismo generalizado”<sup>51</sup>.

A autora faz notar que a população de negros e mestiços ultrapassava a população branca no Brasil da escravidão. Citando José de Anchieta, ela demonstra que, nas últimas décadas do século XVI, existiam no Brasil 57.000 habitantes, dos quais 32.000 corresponderiam a negros e indígenas. Segundo a sociolinguista, “considerando os grupos étnicos e linguísticos, durante o período colonial (1530 a 1822) e até o pós-colonial, predominam etnias não-brancas, numa média aproximada de 70% para as não-brancas e de 30% para a etnia branca”<sup>52</sup>. É apenas “na segunda metade do século XIX, com a política migratória do Império, [que] a população branca cresce”. Esses “novos componentes étnicos e linguísticos da sociedade brasileira [...]”

---

<sup>48</sup> CALVET, op. cit., p. 51.

<sup>49</sup> Ibid., p. 51-52.

<sup>50</sup> SILVA, 2004, p. 69.

<sup>51</sup> Ibid.

<sup>52</sup> Ibid., p. 126 et seq.

[a]dquiriram eles também, no princípio, o português da oralidade e sem o controle normativo da escola”.

Ao tratar de mobilidade populacional de africanos e afro-brasileiros no Brasil, a autora defende que “o português se generalizou na amplidão do território do Brasil pela ‘voz’ dos africanos e afro-descendentes”. Observando a dinâmica geográfica da população brasileira entre os séculos XVI e XIX, “nota-se a mobilidade dos escravos, seus senhores e famílias. Sendo os africanos e afro-descendentes a maioria sempre nesse período, teria sido certamente esse segmento [...] da população brasileira o principal difusor do português geral brasileiro”. Segundo Mattos e Silva, ao cruzar as informações de escolarização, demografia histórica e mobilidade social dos escravizados, pode-se notar com clareza “por que razão até hoje domina no Brasil o chamado português popular”, que ela considera “o ‘autêntico’ português brasileiro”<sup>53</sup>. Sempre de acordo com a sociolinguista<sup>54</sup>, “quanto a considerar [...] as normas vernáculas como o ‘autêntico’ português brasileiro, funda-se no precário efeito da escolarização na história brasileira e, conseqüentemente, no pouco eficaz ensino da norma padrão”.

- Plurilinguismo e multilinguismo

De acordo com Blanchet<sup>55</sup> “[...] os humanos têm a capacidade inata de serem plurilíngues (graças às suas capacidades cognitivas e à sua vida social) e contatos linguísticos estão operando fortemente em todo lugar”, até mesmo “entre as ‘variedades’ de uma mesma língua, em comunidades e em locutores que tendem ao monolinguismo”. Ou seja, o plurilinguismo está e sempre esteve presente, não havendo lugar para esse monolinguismo que muitos autores, principalmente os que defendiam um português puro no Brasil, insistiam em pregar.

No artigo *O plurilinguismo na história do Brasil: considerações exploratórias*, Carboni et al. (2017, p. 151) mostram que, por “ser comum em todas as sociedades, a questão do plurilinguismo é de grande complexidade e põe ao sociolinguista dificuldades de ordem teórica”. Uma dessas dificuldades “é a categorização de fenômenos sociolinguísticos que tendem a se apresentar sob forma de contínuo” (CARBONI et al. 2017, p.151), entre um polo muito instável e outro muito estável, em função de fatores sociais e linguageiros. Há também

---

<sup>53</sup> Ibid., p. 130.

<sup>54</sup> Ibid., p. 131.

<sup>55</sup> BLANCHET, 2003, p. 284-285.

dificuldades relacionadas aos modelos epistemológicos que o sociolinguista “toma como base de suas observações e descrições” (CARBONI ET AL. 2017, p.151). Blanchet<sup>56</sup> defende que o comportamento de locutores plurilíngues é dificilmente explicável a partir de modelos estruturalistas, já que esses locutores parecem lançar mão de um único repertório linguístico – composto de elementos provindos de línguas distintas –, em função das situações de comunicação,

realizando normalmente mesclas e alternâncias de línguas, construindo “interlínguas”, provisórias e evolutivas, no caso de aprendizes, ou mais estáveis, como acontece em variedades linguísticas específicas a certas comunidades – o “francês regional”, por exemplo. Essas interlínguas podem tornar-se “línguas verdadeiras”, como as línguas românicas nascidas em diacronia nos latinófonos plurilíngues<sup>57</sup>.

Como mostraremos no capítulo 3, desde os primeiros séculos, predominou no Brasil o contato entre muitas línguas. Foram estimadas em mais de 100 as línguas indígenas no Brasil da descoberta (RODRIGUES, 1993 *apud* BORGES & HORTA NUNES, 1998, p.52), e a situação linguística brasileira tornou-se ainda mais complexa com a vinda de africanos para serem escravizados no Brasil, com suas, possivelmente, mais de 200 línguas africanas<sup>58</sup>. Dessa forma, na época da escravidão, coexistiram no Brasil variedades de línguas indígenas, variedades de línguas africanas e variedades da língua portuguesa, uma vez que os colonos vindos de Portugal falavam dialetos desta língua.

Assim, o Brasil sempre foi multilíngue e um mesmo falante poderia se comunicar em mais de uma língua, ficando na posição de bi/plurilíngue. Como veremos no capítulo 3, muito certamente os escravizados que trabalhavam diretamente com os senhores sabiam se comunicar na língua portuguesa e ainda falavam as línguas das senzalas.

- Competência languageira

A competência languageira se refere tanto à leitura como à escrita e, segundo Moffer e Demalsy<sup>59</sup>, engloba três tipos de competências, sendo essas de ordem linguística, textual e discursiva. A competência linguística refere-se “ao conhecimento do código e das regras de utilização da língua. A competência textual é o conhecimento dos componentes e das estruturas

---

<sup>56</sup> Ibid., p. 284.

<sup>57</sup> Ibid.

<sup>58</sup> BONVINI & PETTER, 1998, p. 73.

<sup>59</sup> MOFFER & DEMALSY, 1994, p. 27.

do texto, bem como a capacidade de organizá-los e estruturá-los de maneira coerente”<sup>60</sup>. A competência discursiva engloba “o conhecimento dos meios linguageiros permitindo ligar um texto à um contexto, à uma situação de comunicação ou à um tipo de discurso. Essas competências remetem a conhecimentos e habilidades”<sup>61</sup>. De acordo com os autores<sup>62</sup>, essas três competências são indissociáveis, sendo a língua “um sistema complexo que remete a atividades complexas e complementares”.

Segundo Charaudeau (2001 *apud* RUEST, 2013, p. 2) a competência linguageira apresenta três vias: “se constitui de um movimento de vai-e-vem entre a aptidão de reconhecer as condições sociais de comunicação, a aptidão de reconhecer-manipular processos de organização discursiva e a aptidão de reconhecer-manipular os sistemas” linguísticos “estando esses três tipos de aptidões incorporadas umas às outras”. Veremos que os escravizados no Brasil não tinham as mínimas condições para desenvolverem todas essas competências linguageiras, devido a uma série de fatores, assinalados ao longo deste trabalho.

- Competência sociolinguística

A competência sociolinguística “refere-se aos parâmetros socioculturais de utilização da língua”<sup>63</sup>. Uma vez que é sensível às normas sociais, tais como da “relação entre gerações, sexos, status, grupos sociais”, por exemplo, “o componente sociolinguístico afeta fortemente toda comunicação linguageira entre representantes de culturas diferentes, mesmo que seja frequentemente sem o conhecimento dos próprios participantes”<sup>64</sup>.

De acordo com Pasamar<sup>65</sup>

a competência sociocultural, do ponto de vista da aprendizagem de um idioma, abarcaria os conhecimentos que tornam compreensível uma realidade social e culturalmente distinta da sua e que permitem ao indivíduo gerir seu comportamento nessa sociedade de maneira adequada; refere-se ao marco de referência próprio do falante nativo.

---

<sup>60</sup> Ibid.

<sup>61</sup> Ibid.

<sup>62</sup> Ibid., p. 28.

<sup>63</sup> CONSEIL DE L'EUROPE, 2001, p. 18.

<sup>64</sup> Ibid.

<sup>65</sup> PASAMAR, 2005, p. 461.

Isto abarcaria, “entre outros aspectos relativos ao desenvolvimento da vida cotidiana”<sup>66</sup>, costumes, valores, crenças, referências culturais, dentre outras. Citando o Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas (CEFR)<sup>67</sup>, o autor assinala que atender a competência sociolinguística implica “prestar atenção aos marcadores linguísticos de relações sociais, às normas de cortesia, às expressões de sabedoria popular, à diversidade de registro, assim como ao dialeto e ao sotaque”. Especialmente as expressões populares “apontam para as crenças e valores de uma sociedade”. Implica igualmente, segundo esse autor, que aos aprendizes, além dessas expressões, sejam transmitidos aspectos relativos à organização da sociedade, a seus conhecimentos e suas idiossincrasias”<sup>68</sup>.

É legítimo pensar que a situação social excepcional e fortemente assimétrica dos trabalhadores escravizados no Brasil tornou muito difícil – e talvez, em muitos casos, impossível – a aquisição dessa competência.

---

<sup>66</sup> Ibid.

<sup>67</sup> É um padrão internacional utilizado para descrever habilidades linguísticas.

<sup>68</sup> PASAMAR, op. cit., p. 461.

## **2. A ESCRAVIDÃO NO BRASIL**



## 2.1 Os antecedentes

Os portugueses chegaram às atuais costas brasileiras em 21 de abril de 1500. As primeiras expedições enviadas ao litoral do futuro Brasil decepcionaram os portugueses, uma vez que as populações indígenas não produziam itens que pudessem ser vendidos no continente europeu. Por outro lado, não conhecendo a metalurgia, os nativos ignoravam a localização das minas de ouro e prata, grande objeto de desejo dos portugueses. Até o ano de 1530, somente algumas feitorias foram erguidas na costa brasílica. Era ali que sobretudo franceses e lusitanos trocavam com os ameríndios, produtos como pau-brasil, ervas, animais exóticos, por mercadorias da Europa. Uma vez que as costas brasileiras eram visitadas com frequência por franceses, a Coroa Lusitana decidiu ocupá-las, em 1530 e, para isso, usou o sistema de capitânicas hereditárias, dividindo o Brasil em quinze colônias, cujos donatários eram membros da burguesia e da média nobreza lusitana, que tinham obrigação de ocupá-las e explorá-las<sup>69</sup>.

## 2.2 Escravização de nativos

Ao chegarem ao continente americano, os europeus se depararam com uma população ameríndia relativamente homogênea cultural e linguisticamente (FAUSTO, 2012, p. 14). A estimativa do número de habitantes da faixa litorânea brasílica naquele então variava entre seiscentos mil e cinco milhões (MAESTRI, 1994, p. 30; ORLANDI & GUIMARÃES, 1998, p. 9; SILVA, 2004, p. 37), sendo este último número certamente um exagero.

Com o tempo, como determinavam as instruções reais, os donatários distribuíram terras [sesmarias] a colonos portugueses [sesmeiros] que possuíssem meios para explorá-las. Foram então plantadas as primeiras roças de subsistência e erguidos os primeiros engenhos, nascendo assim, a necessidade de mão de obra<sup>70</sup>.

Os primeiros a serem escravizados no Brasil foram os ameríndios. Nos primeiros contatos, os portugueses procuraram manter boa relação com a população local. Até 1530, as comunidades costeiras se habituaram a trocar os produtos da terra por ferramentas com os brasileiros. Conhecedores da agricultura, mas desconhecendo a metalurgia, os brasis tinham grande apreço às ferramentas europeias, que facilitavam seu trabalho. Nos primeiros tempos, o termo *brasileiros* era destinado aos europeus que comercializavam o pau-brasil, “que vinham e

---

<sup>69</sup> FAUSTO, 2012, p. 14; MAESTRI, 1994, p. 24 et seq.

<sup>70</sup> MAESTRI, 1994, p. 24.

partiam, sem fincar raízes na América”, sendo denominados *brasis* os nativos americanos<sup>71</sup>.

As aldeias tupinambás [tupi-guaranis] mantinham um número pequeno de prisioneiros e, mesmo em troca de ferramentas preciosas, resistiam em escambá-los com os europeus. Com o aumento das plantações e, conseqüentemente, da necessidade de trabalhadores, os europeus começaram a pressionar as comunidades aliadas para que mantivessem maior número de cativos, no intuito de suprir sua demanda em mão de obra. Esse controle da mão de obra indígena e a luta pela terra acabou piorando a relação entre colonos e ameríndios, que ficou também conturbada frente à luta pela terra. Sendo a população nativa insuficiente para os colonos, esses últimos começaram a escravizar, primeiro, as comunidade indígenas inimigas para depois atacarem seus aliados.

Massacrados pelas condições de vida e de trabalho, contaminados por epidemias desconhecidas, derrotados e escravizados, os nativos sofreram de forma indescritível. O despovoamento do litoral foi tal que “os colonos penetravam mais de 250 léguas, cerca de 1650 km, sertão adentro atrás de cativos. Devido às distâncias, boa parte dos capturados ou ‘descidos’ morria durante a viagem”. Quando a escassez alcançou a população de *brasis*, os colonos voltaram-se para o tráfico negreiro<sup>72</sup>.

*O Directorio que se deve observar nas povoaçoens dos indios do Pará, e Maranhão: em quanto Sua Magestade não mandar o contrario*, conhecido como “Diretório dos índios”, elaborado em 1755, e publicado em 1758, implementou diversas medidas importantes no Brasil de setecentos. De acordo com Jorge Couto, “o Alvará com força de lei de 8 de Maio de 1758 determinou a aplicação ao Estado do Brasil dos diplomas régios de 1755 referentes à liberdade dos índios e ao seu governo secular, uma vez que até então somente estavam em vigor no estado do Grão-Pará e Maranhão”<sup>73</sup>. Sob a política do Marquês de Pombal [1699-1782], o documento abordava temas que se relacionavam à concessão de liberdade aos índios, expulsão dos jesuítas, delimitação de fronteiras, política militar e tratava de questões de ensino e cultura, apenas para citar algumas das medidas<sup>74</sup>.

A ocupação da região amazônica foi definida como um dos assuntos prioritários da Coroa.

<sup>71</sup> Ibid., p. 29; ver também: MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. 2 ed. São Paulo: CEN; Brasília: INL, 1980; MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>72</sup> Ibid., p. 28-9; 37 et seq.; ver também: CARREIRA, António. *Tráfico Português de Escravos*. Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar / Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1979.

<sup>73</sup> COUTO, 2003, p. 58; Atuais estados do Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas, Amapá e Roraima.

<sup>74</sup> Ibid.

Para atingir esse considerato, decidiu intervir activamente na definição e execução a política de colonização do Grão-Pará e Maranhão, razão pela qual considerou necessário limitar as atribuições e reduzir os poderes temporários das ordens religiosas naquele estado. De acordo com as linhas de orientação traçadas pelos novos governantes, a actuação dos missionários no Norte do Brasil deveria enquadrar-se nos parâmetros fixados pela Coroa. Assim, os regulares, além do ministério espiritual, colaborariam com as autoridades régias na criação de povoações ao longo das fronteiras, de modo a impedir a penetração de franceses, holandeses, ingleses e espanhóis no território pertencente a Portugal. Teriam, ainda, de exercer uma actividade pedagógica junto dos índios no sentido de lhes ensinar a língua de Camões e de os transformar em fiéis súbditos do monarca lusitano<sup>75</sup>.

A partir desta reforma político-administrativa, iniciou-se a política de imposição do português na Amazônia. No sexto parágrafo do discurso oficial, consta:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos *Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes*; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as Nações polidas do Mundo, este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; *invenção verdadeiramente abominável, e diabólica*, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado<sup>76</sup> (grifo nosso).

### 2.3 Escravização de africanos

Segundo Mário Maestri, a proibição de toda e qualquer escravização de nativos deve ser entendida no contexto do interesse da Coroa portuguesa em desenvolver o tráfico negreiro, que permitia grandes lucros. Mesmo assim, “as regiões coloniais pobres, que não produziam mercadorias apreciadas na Europa, continuaram a utilizar americanos como mão de obra escravizada; foi o caso, em épocas diversas, de São Paulo, Maranhão, Pará, entre outras”<sup>77</sup>. No

<sup>75</sup> MAESTRI, 1994, p. 58.

<sup>76</sup> Diretório dos índios. Disponível em: <[http://www.nacaomestica.org/diretorio\\_dos\\_indios.htm](http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm)>. Aceso em: dez, 2017.

<sup>77</sup> MAESTRI, op. cit., p. 41.

início do século XVII, a escravidão no Brasil tornou-se essencialmente africana<sup>78</sup>.

A maioria dos estudiosos da escravidão colonial mostram que africanos já haviam sido trazidos ao Brasil na época da fundação das capitanias, a partir de 1532, mas que foi essencialmente devido à escassez de americanos escravizados que eles começaram a ser vendidos de maneira expressiva nas colônias litorâneas. Esse tráfico era de grande interesse para a Coroa portuguesa, uma vez que os navios partiam da Europa com mercadorias baratas, que, nas costas africanas, eram trocadas por africanos escravizados, os quais, por sua vez, eram vendidos a preços elevados no Brasil.

Nos séculos XV e XVI, [...] os portugueses [passaram] a conseguir, regularmente, escravos em uma grande parte da África Ocidental, notadamente, na Senegâmbia, parceira econômica, de longa data, do Magreb. Os portugueses, que penetravam cada vez mais profundamente nas regiões do sudeste da África Ocidental, aplicaram, com sucesso, as práticas comerciais utilizadas na Senegâmbia. Compreendendo o caráter indispensável da cooperação dos chefes e dos mercadores locais, dedicaram-se a interessá-los ao trato de escravos. Os portugueses não ignoravam que isto pudesse resultar em uma intensificação dos conflitos entre os diversos povos e Estados africanos, os prisioneiros de guerra tornando-se o principal objeto deste comércio, mas eles deixaram muito cedo de se opor às objeções morais, pois, como muitos outros na Europa, eles acreditavam que o tráfico abria aos negros o caminho para a salvação: não sendo cristãos, os negros haveriam de ser condenados por toda a eternidade se eles ficassem em seus países<sup>79</sup>.

Segundo José Rivair Macedo, durante todo o século XVI, Portugal praticamente monopolizou o contato com as localidades do litoral da África Ocidental, que forneciam homens e mulheres para serem escravizados. Os africanos eram comprados para serem revendidos na Europa e nas ilhas atlânticas que começavam a ser exploradas pelos portugueses. Durante o século XVII, a principal área de fornecimento de cativos passou a ser a África Central – atuais Angola, Congo e Moçambique –, de onde partiram “de 3 à 7 mil escravos anuais [...]”. No século seguinte, o Golfo da Guiné voltou a ser o principal fornecedor de cativos, apesar de a atividade ter se mantido nos portos de Angola e de Moçambique. Neste período, o número de africanos tirados da África variou entre 30 mil e 50 mil em todos os anos<sup>80</sup>.

---

<sup>78</sup> Ibid.

<sup>79</sup> UNESCO, 2010, p. 8.

<sup>80</sup> MACEDO, 2012, p. 106.

### 2.3.1 *A complexidade do continente africano*

O objetivo deste tópico é enfatizar, de forma sintética, a complexidade e diversidade do continente africano, sobretudo na maneira como a sociedade era organizada quando outros povos começaram a explorar comercialmente o continente, até que a escravização e o tráfico de africanos se tornasse o principal negócio, até fins do século XIX. As regiões apresentadas aqui remontam às regiões tal como se apresentavam naquela época. Os reinos e impérios africanos mencionados podem não corresponder aos países atuais, apesar de terem o mesmo nome. Vale ressaltar também que neste capítulo serão tratadas essencialmente as regiões responsáveis pelo tráfico português e brasileiro.

Como vimos no ponto acima, os africanos capturados e levados ao Brasil para serem escravizados provinham sobretudo, por um lado, do litoral e de regiões do continente situadas ao norte do Equador e sul do Saara e, por outro, de regiões situadas ao sul do Equador correspondentes *grosso modo* aos atuais Angola e Moçambique. Esta última região foi envolvida pelo tráfico mais tardiamente. A grande região do continente africano situada ao norte do Equador é tradicionalmente dividida em cinco zonas geo-ecológicas: o Magrebe, a faixa saariana, o Sahel, a faixa sudanesa e a faixa guineense. Excluindo-se a faixa saariana e o Magrebe – do árabe Al-Maghrib, isto é o Oriente ou Poente, onde hoje se situam o Marrocos, o Saara Ocidental, parte da Mauritânia, a Argélia, a Tunísia e a Líbia –, as outras zonas cortam o continente africano do oceano Atlântico ao Índico. Ao sul do Equador, as regiões que mais perderam sua força de trabalho para a escravidão colonial brasileira foram as que correspondem aos atuais Angola e, mais tarde, Moçambique. As características geo-ecológicas gerais desses espaços geográficos condicionaram as civilizações que ali se desenvolveram<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> MAESTRI, 2008, p. 6



Figura 1: A África no século XVI  
 Fonte: Maestri, 1994, p. 49.

No livro *Escravidão Colonial*, Jacob Gorender<sup>82</sup> traz a divisão que Jean Suret-Canale fez sobre a organização social africana. Segundo o autor, havia três grupos distintos. Um era composto por “povos divididos em classes e constituídos em Estados”; outro compreendia as “sociedades tribais ou tribal-patriarcais”; o terceiro era formado por “tribos que não haviam

<sup>82</sup> GORENDER, 1980, p. 133.

ultrapassado os marcos mais atrasados do comunismo primitivo”.

Em consequência, também variava o desenvolvimento econômico, atingindo este nos povos dotados de organização estatal um estágio superior ao da maior parte das sociedades ameríndias pré-colombianas e aproximado ao da Índia tradicional. Por sua evolução endógena – e não por influência árabe, como supõem historiadores racistas – haviam estes povos negros alcançado notável progresso na agropecuária e no artesanato, principalmente no trabalho com os metais, especialidade em que, sob alguns aspectos, achavam-se mais adiantados do que alguns europeus da época. Qualquer que fosse, contudo, o estágio social, dominavam entre os povos africanos a prioridade comunal da terra e formas diversas de trabalho coletivo<sup>83</sup>.

Segundo Mário Maestri, as aldeias africanas costumavam ser administradas por uma assembleia de pais de família. Geralmente, elas tinham um chefe, que era pouco diferente dos demais aldeões. O agrupamento de aldeias ou linhagens distintas, lideradas pela mesma pessoa, formava uma cheferia. E a reunião de cheferias podia constituir um pequeno Estado.

Devido a direitos originais sobre a terra, a vitórias militares ou a iniciativas políticas, algumas famílias possuíam autoridade política sobre uma cheferia, apropriando-se de parte do excedente produzido pelos aldeões. Essas famílias formavam linhagens dominantes — espécie de aristocracia de sangue. A reunião de diversas cheferias podia constituir um pequeno Estado, sob o domínio de uma linhagem. Os chefes de família, de linhagem e das cheferias furtavam-se tendencialmente ao trabalho físico e possuíam diversos privilégios, entre os quais, o de possuir diversas esposas, o que lhes ensejava múltiplos filhos, base de poder e riqueza<sup>84</sup>.

Formas de servidão domésticas já existiam na África antes da chegada dos portugueses, mas eram bem diferentes da escravidão colonial americana. Eram submetidos à servidão doméstica africanos capturados na guerra. De forma mais rara, famílias poderiam vender alguns de seus membros em situações de fome. Outros eram *escravizados* como forma de punição por crimes graves e também em razão de dívidas. O trabalho servil na África tinha caráter patriarcal. Nas sociedades tribais, o cativo feito nas guerras era incorporado a famílias, tendo mais trabalho que os demais. Nas sociedades formadas por Estados, os cativos trabalhavam como domésticos para os nobres e para a corte real ou se agrupavam em aldeias “obrigadas a prestações mais pesadas do que as dos tributários livres submetidos à aristocracia ou ao grupo étnico dominante”<sup>85</sup>.

Segundo o historiador Rivair Macedo, é muito importante atentar para o fato de que “a

<sup>83</sup> Ibid., p. 133-134

<sup>84</sup> MAESTRI, 2008, p. 10-11.

<sup>85</sup> GORENDER, op. cit., p. 134; MAESTRI, Ibid., p. 10; ver também: MEILLASSOUX, Claude. *L’esclavage en Afrique précoloniale: dix-sept études présentées par*. Paris: François Maspero, 1975.

consciência coletiva da existência de uma identidade continental entre os povos das nações africanas surgiu apenas no século XX, no momento de sua emancipação [africana] frente aos europeus”. Nesse sentido, seria errado afirmar que africanos escravizavam seus povos para vendê-los, quando, na verdade, sua noção e seus sentimentos de identidade coletiva diziam respeito a suas respectivas tribos, comunidades aldeãs, cheferias ou grupos linguísticos<sup>86</sup>.

Para Macedo, é também importante lembrar que os árabes e comunidades arabizadas já se encontravam na África muito antes da chegada dos europeus. No centro-sul da costa oriental da África, “o encontro de populações de proveniência árabe-muçulmana com nativos de matriz cultural banto deu origem a uma sociedade original marcada pelos contatos com a Arábia, a Pérsia e o oceano Índico. Seu traço distintivo” deve-se ao emprego “de uma língua comum, o suaíli – palavra derivada do termo árabe *sahil*, que significa ‘praia’ ou ‘costa’ portanto, um dialeto costeiro”<sup>87</sup>(grifo do autor). De acordo com o mesmo autor, “o termo *banto* não tem hoje qualquer conotação étnica ou social, e se refere ao vastíssimo grupo linguístico africano em que é universal a raiz vocabular *ntu*, com o significado de ‘coisa’ ou ‘pessoa’. O prefixo *ba*, comum a essas línguas e dialetos, indica o plural”. Desta forma, “*ba-ntu* significa ‘ser humano’”. A mescla de “elementos de origem banto com palavras e expressões de origem árabe, trazidos pelos emigrantes do mar Vermelho e do Oriente Médio que se estabeleceram no litoral do oceano Índico, produziram a língua e cultura suaíli”.

Quando, no século XV, os portugueses começaram a procurar cativos para escravizá-los, tendeu a modificar-se a realidade dos povos que habitavam as costas da África ocidental e sul-oriental. O século XVI foi marcado por disputas políticas, bélicas e comerciais entre africanos, árabes e europeus, que lutavam pela “hegemonia das rotas e mercados do comércio oriental”. A escravização de africanos por parte dos portugueses, e a seguir de outros povos europeus – ingleses, franceses, holandeses –, desestruturou a organização comercial-econômica, social, política, cultural, e linguística, das regiões tocadas por aquela instituição. Como demonstra Macedo:

A escravidão e o tráfico internacional de escravos tiveram consequências econômicas, sociais e demográficas profundas e duradouras para os africanos. Segundo determinados estudiosos, sua existência explicaria o estado atual de pobreza estrutural do continente. O aprisionamento e a privação de liberdade de milhões de seres humanos, agravados pelo seu deslocamento forçado para outras partes do mundo, teriam provocado a maior emigração de toda a história da humanidade<sup>88</sup>.

---

<sup>86</sup> MACEDO, 2013, p. 101.

<sup>87</sup> Ibid., p. 34 et seq.

<sup>88</sup> Ibid., 99.



### 2.3.2 *Dados numéricos*

A importância da escravidão nos aspectos mais variados da história do Brasil – da economia à política, das relações sociais à arte, etc. – é demonstrada pelo elevado número da população nativa e africana, escravizada e liberta, presente em todas as épocas em que essa instituição existiu. Para avaliar esse número, é possível se basear, como fez Renato Mendonça, no número de cativos que passaram pelas alfândegas brasileiras, que segundo ele, elevou-se a 4.830.000 do séc. XVI até 1830, quando foi firmado o primeiro tratado entre o Brasil e a Inglaterra proibindo o tráfico negroiro<sup>89</sup>.

Existem, contudo, outras estatísticas – militares, provinciais, etc. –, ainda mais precisas, que fornecem números muito mais expressivos. O historiador estadunidense Robert Conrad trouxe demonstrações importantes a esse respeito. De acordo com ele<sup>90</sup>, em 1798 o número total de pessoas livres, fossem elas brancas, negras ou indígenas chegava a 1.666.000 contra 1.582.000 de escravizados negros e/ou mulatos. Entre os anos de 1817 e 1818 a população escravizada passou a ser maior que a população livre, totalizando 1.930.000 escravizados contra 1.887.900 livres, e isso se repetiu em diversas partes do país, nas quais, não raro, a população escravizada ultrapassava a população livre<sup>91</sup>.

O primeiro censo oficial do Brasil data de 1872. Nesta data, havia 9.930.478 habitantes, dos quais 38,3% eram pardos, 38,1% eram brancos e 19,7% eram negros e 3,9% eram índios. Havia 3,8% de estrangeiros, a maioria portugueses, alemães, franceses e africanos livres. Os escravizados representavam 15,2% da população do Brasil nesta data<sup>92</sup>.

Devido às duras condições de vida às quais os escravizados eram submetidos, sua expectativa de vida era, em geral, inferior à da população livre. Se isso for levado em conta, os números relativos à população escravizada poderiam ter sido muito maiores, caso eles tivessem tido uma estimativa de vida maior. Outros autores vão no mesmo sentido que Conrad. Para Fausto<sup>93</sup>,

---

<sup>89</sup> MENDONÇA, 1936, p. 176.

<sup>90</sup> CONRAD, 1975, p. 344.

<sup>91</sup> O autor atenta para o fato de as estatísticas referentes ao início do século XIX serem de exatidão duvidosa, porém, qualquer das existentes, é capaz de demonstrar o enorme investimento que os escravizados representavam para o Brasil (CONRAD, 1975, p. 6 - 7).

<sup>92</sup> PUBLICAÇÃO CRÍTICA DO RECENSEAMENTO GERAL DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1872.

Disponível em: <[http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio\\_preliminar\\_1872\\_site\\_nphed.pdf](http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf)>. Acesso em: fev. 2018.

<sup>93</sup> FAUSTO, 2012, p. 32.

A significativa presença de africanos e afro-brasileiros na sociedade brasileira pode ser constatada pelos indicadores de população no fim do período colonial. Nas quatro maiores regiões - Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro -, negros e mulatos representavam respectivamente cerca de 75%, 68%, 79% e 64% da população. Apenas São Paulo tinha uma população majoritariamente branca (56%).

Depois de 1830, data que marcou a primeira tentativa de colocar fim ao tráfico negreiro para o Brasil, que foi muito logo combatida pelos escravistas, africanas e africanos escravizados foram trazidos de maneira ilegal, piorando as condições do transporte. Cativos africanos eram desembarcados em praias oceânicas e portos naturais e não mais nos portos das principais cidades do Brasil, na tentativa de burlar a proibição do tráfico. Dessa forma, fica evidente que muitos africanos entrados ilegalmente no Brasil não foram registrados pelas alfândegas, o que tornaria muito maiores os números acima citados com relação aos trabalhadores escravizados. As estimativas mais precisas são as referentes aos embarques na África e desembarque no Brasil<sup>94</sup>. A figura 2 traz estimativas de embarque na África e desembarque de cativos africanos no Brasil, nas diversas regiões onde a produção escravista funcionava, de 1551 a 1875 – deixando evidente que mesmo com a proibição definitiva, o tráfico continuou, em menor escala, durante mais de vinte anos.

	Brasil									
	Amazônia		Bahia		Pernambuco		Sudeste do Brasil		Brasil não especificado	
	Embarcados	Desembarcados	Embarcados	Desembarcados	Embarcados	Desembarcados	Embarcados	Desembarcados	Embarcados	Desembarcados
1501-1525	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1526-1550	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1551-1575	0	0	0	0	2.928	2.461	0	0	0	0
1576-1600	0	0	6.644	5.647	19.180	16.110	5.600	4.770	334	287
1601-1625	0	0	54.449	46.278	90.694	77.060	38.108	32.395	849	735
1626-1650	0	0	81.518	69.239	53.505	44.978	56.840	48.317	1.686	1.404
1651-1675	0	0	111.633	94.921	45.776	41.263	80.285	68.248	167	143
1676-1700	2.044	1.096	117.932	103.035	92.326	83.221	82.549	72.123	0	0
1701-1725	3.976	2.513	209.491	184.871	121.301	110.748	138.405	121.938	3.639	3.092
1726-1750	4.830	1.668	264.094	231.174	80.993	73.430	181.805	159.523	3.585	2.895
1751-1775	26.014	22.927	191.993	176.069	76.923	70.653	231.632	204.942	1.595	1.419
1776-1800	47.965	44.630	239.489	223.790	79.835	74.505	294.109	270.157	9.257	8.074
1801-1825	66.339	59.303	282.043	256.268	191.529	170.015	557.491	499.566	33.350	27.609
1826-1850	11.533	10.094	175.876	158.083	105.047	89.038	934.521	776.366	9.600	8.383
1851-1875	0	0	1.146	981	438	350	7.228	5.568	0	0
<b>Totais</b>	<b>162.701</b>	<b>142.231</b>	<b>1.736.308</b>	<b>1.550.356</b>	<b>960.475</b>	<b>853.832</b>	<b>2.608.573</b>	<b>2.263.913</b>	<b>64.062</b>	<b>54.041</b>

Figura 2: Estimativa de embarque e desembarque de africanos no Brasil.

Fonte: Slave voyages<sup>95</sup>.

<sup>94</sup> ALBUQUERQUE & FILHO, 2006, p. 59.

<sup>95</sup> Disponível em: <<http://slavevoyages.org/assessment/estimates>>. Acesso em: set. 2017.

Ao analisar-se o a Figura 2, pode-se perceber que as regiões que mais importavam africanos para a escravidão eram Bahia, Pernambuco e as regiões do Sudeste, que compreendiam Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, recebendo africanos em números mais expressivos no fim do século XVIII, início do século XIX. O Rio Grande do Sul, sobretudo no século XIX, também foi uma grande província importadora de cativos. De acordo com a figura, fica evidente a diferença de número entre embarques e desembarques, demonstrando as perdas que a viagem longa e as condições terríveis às quais os cativos eram submetidos ocasionavam.

### 2.3.3 Ciclos de produção

É importante notar que o número de africanos vindos para o Brasil, inseridos na produção escravista colonial, variou de acordo com os ciclos produtivos que surgiram ao longo da história do Brasil. Segundo Emílio Bonvini, o ciclo de importação de escravizados, levando-se em consideração os lugares de origem dos africanos, estava relacionado às razões econômicas de determinada época, sendo subdivididas da seguinte forma: “[...] nos séculos XVI e XVII, a cultura da cana de açúcar e do fumo; no século XVIII, a exploração das minas de ouro e de diamantes, mas também a cultura do algodão, do arroz e a colheita de especiarias; no século XIX, a cultura do café”<sup>96</sup>. Apesar dessa delimitação, os ciclos eram contínuos, ou seja, o início de um não fazia com que outro deixasse de existir. O que acontecia era a perda da força produtiva de um tipo de produção, o que determinava o seguimento de outro, sempre adaptado à produção escravista colonial.

De acordo com Boris Fausto, até meados do século XVIII a vida social e econômica mais significativa da Colônia concentrou-se sobretudo no nordeste do Brasil, sendo a região Sul periférica e menos povoada. Até 1763 Salvador foi a capital da Colônia “e por muito tempo, sua única cidade importante”. Nessa época, o açúcar era a produção central da economia escravista colonial brasileira. Passando de um bem de luxo ao consumo em massa, a produção açucareira se firmara entre 1530 e 1540. Sua produção foi incentivada na Bahia e ocorreu também no Rio de Janeiro, porém “até o século XVIII a cachaça e não o açúcar foi o principal produto obtido, sendo utilizada sobretudo como moeda de troca no comércio de escravos com Angola”<sup>97</sup>. Devido a fatores geográficos, climáticos, econômicos e políticos, a produção de açúcar se concentrou, inicialmente, em Pernambuco e na Bahia e, a seguir, no Rio de Janeiro.

---

<sup>96</sup> BONVINI, 2008, p. 27.

<sup>97</sup> FAUSTO, 2012, p. 39.



Figura 3: Engenho de açúcar – Sobrado Neoclássico no Rio de Janeiro.  
Fonte: Maestri, 1994, p. 89.

A produção açucareira começou a perder fôlego no século XVII, quando os holandeses foram expulsos de Pernambuco, em 1654, e transferiram-se para o Caribe com seus capitais e seus cativos. “O desenvolvimento da produção açucareira nesta última região, nos séculos XVII e XVIII, determinou a decadência da agromanufatura açucareira na Colônia brasileira, que, no entanto, continuou a produzir o alimento, sem cessar”. Os luso-brasileiros começaram então a buscar minerais preciosos, como haviam feito, em vão, no momento de sua chegada. No fim do século XVII, as Minas Gerais foram descobertas. Com sua exploração, que alcançou lucros expressivos, cresceu também a necessidade de mão de obra escravizada. Através da mineração “a colônia americana sofreu grandes transformações. Milhares de portugueses transferiram-se para o Brasil, atraídos pelo ouro”<sup>98</sup>. Houve uma forte intensificação do tráfico e uma maciça importação de africanos<sup>99</sup>.

Com o preço do açúcar em baixa no mercado internacional e o esgotamento das minas,

<sup>98</sup> MAESTRI, 1994, p. 78 et seq.

<sup>99</sup> GORENDER, 2010, p. 450.

o café veio dar nova luz e vida à produção escravista. Muito consumido na Europa e nos Estados Unidos devido à Revolução Industrial, o café teve seu preço internacional aumentado. Isso por diversas razões: entre outras, porque o café era um excelente estimulante, muito apropriado à necessidade da indústria europeia de manter a classe operária produtiva em longas jornadas de trabalho; era apreciado por todas as classes sociais na Europa e, sobretudo, porque sua produção se adaptava perfeitamente ao trabalho escravizado<sup>100</sup>. Mesmo com a produção de café em alta, outras produções nunca deixaram de existir. É também importante lembrar que, durante a maior parte do período escravista, as cidades existiram sobretudo para apoiar a sociedade escravista, que era essencialmente rural<sup>101</sup>.

#### 2.3.4 *As esferas de trabalho*

Os escravizados desempenhavam todo o tipo de tarefas e estavam presentes em tudo que fosse ligado ao trabalho. Segundo Boris Fausto<sup>102</sup>, os trabalhadores escravizados encontravam-se nos campos, nos engenhos, nas minas, como criados de servir na casa-grande. Durante a maior parte da escravidão, as cidades serviam apenas para desempenhar funções administrativas e comerciais. Mesmo assim, nelas, os cativos realizavam todas as tarefas, “no transporte de cargas e pessoas, de dejetos malcheirosos, ou na indústria da construção. Foram também artesãos, quitandeiros, vendedores de rua, meninos de recado”. A vida girava em torno dos engenhos, minas, fazendas cafeicultoras, plantações de fumo, etc. Nas casas senhoriais, os escravizados eram responsáveis por todo o serviço. Em geral, a casa-grande era construída em local mais alto, por questões de segurança e salubridade e para que de lá fosse possível monitorar as senzalas, que, em algumas regiões, “consistiam em barracões quadrados, de aproximadamente 35 m<sup>2</sup>, com paredes de pau a pique, taipa de pilão, pedras ou tijolos. Possuíam uma ou duas portas e, nas paredes, minúsculas aberturas”<sup>103</sup>.

---

<sup>100</sup> DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>101</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936; ALGRANTI, Leila Mezan. *O feito ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988; .

<sup>102</sup> FAUSTO, 2012, p. 32.

<sup>103</sup> MAESTRI, 1994, p. 70 et seq.

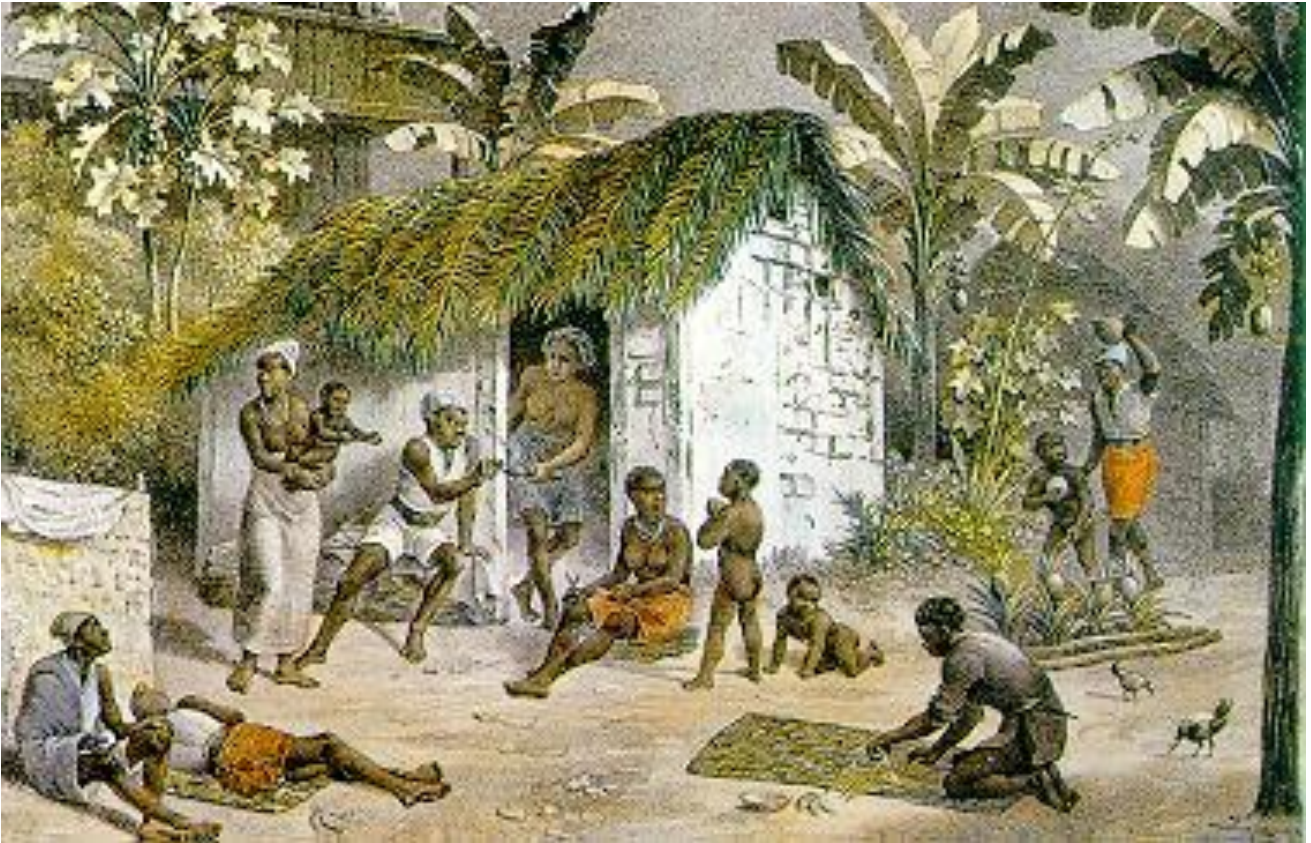


Figura 4: Habitação de negros.  
 Fonte: Johann Moritz Rugendas, 1822-1825<sup>104</sup>.

Com a vinda da Família Real portuguesa e da sua corte para o Rio de Janeiro, em 1808, a vida nas cidades passou a se desenvolver. As construções urbanas como praças, chafarizes, mercados, edifícios públicos, bem como as matérias-primas utilizadas para este trabalho, ficaram também a cargo dos escravizados.

Nas aglomerações urbanas, em geral, os cativos dividiam-se entre domésticos, de ganho e de aluguel. Os escravizados domésticos faziam todo o trabalho da casa: limpar, cozinhar, carregar água, picar a lenha, livrar-se de dejetos humanos, preparar o banho dos escravistas, etc. Os cativos de ganho trabalhavam em diversos domínios, recebendo determinada soma em dinheiro por seu serviço, devendo entregar parte de sua remuneração – ganho – ao escravizador. Os “ganhadores” poderiam desempenhar tarefas como vendedores ambulantes, cabeleireiros, barbeiros, carregadores de pessoas e de mercadorias, etc. Os escravizados de aluguel podiam ser, como faz pensar sua denominação, alugados para serem explorados. Escravistas compravam meninos para empregá-los como ganhadores ou de aluguel, e as mulheres eram

<sup>104</sup> Disponível em:

<[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Habita%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Negros.\\_Rugendas.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Habita%C3%A7%C3%A3o_de_Negros._Rugendas.jpg)>. Acesso em: fev. 2018.

obrigadas a abandonar seus filhos para serem alugadas como amas de leite<sup>105</sup>. Havia também os chamados *negros de ofício*, que, “especializaram-se na moagem da cana e no preparo do açúcar, em trabalhos de construção, carpintaria, olaria, sapataria, ferraria, etc. No século XIX, não foram poucos os escravos que trabalharam como operários em nossas primeiras fábricas”<sup>106</sup>.



Figura 5: Loja de barbeiros.  
Fonte: Jean Baptiste Debret, 1821<sup>107</sup>.

No Rio Grande do Sul, a produção de charque abastecia os grandes centros escravistas do Brasil e também mercados do exterior. Na época, a fabricação do charque era a única maneira de conservar a carne, fato que tornava essa indústria muito importante. A carne salgada era um dos alimentos principais dos pobres e dos cativos. O trabalho nas charqueadas era árduo. Como nos engenhos, os cativos normalmente trabalhavam dezoito horas por dia, parando apenas para comer e descansar por algumas horas<sup>108</sup>.

<sup>105</sup> Ibid., p. 81.

<sup>106</sup> Para uma história do negro no Brasil. Rio de Janeiro: *Biblioteca Nacional*, 1988, p. 10.

<sup>107</sup> Disponível em: < [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jean\\_Baptiste\\_Debret\\_-\\_Loja\\_de\\_barbeiros,\\_1821.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jean_Baptiste_Debret_-_Loja_de_barbeiros,_1821.jpg)>. Acesso em: fev. 2018.

<sup>108</sup> MAESTRI, op. cit., p. 97.

Nas lavouras e nas minas, os escravizados podiam trabalhar até 18 horas, mal alimentados, mal vestidos e expostos ao clima. As senzalas eram insalubres e os trabalhadores adoeciam muito. As doenças endêmicas variavam entre tuberculose, sífilis, disenteria, malária e etc. Por esse motivo, nas situações mais extremas, a média de vida útil do trabalhador escravizado podia ser de sete a dez anos<sup>109</sup>.

Como disse Peixoto de Brito (1870 *apud* CONRAD, 1975, p. 17-18), o escravizado “representa o trabalho, origem de toda a riqueza, representa o capital, pelo seu valor e pelos seus produtos; representa a pequena indústria, porque além do trabalho agrícola, emprega-se em todas as artes liberais”, o escravizado é então “uma parte integrante [essencial] da sociedade brasileira, cuja organização tem assim atravessado o longo espaço de mais de três séculos”.



Figura 6: Uma senhora de algumas posses em sua casa.  
Fonte: Jean-Baptiste Debret (1823)<sup>110</sup>.

<sup>109</sup> Para uma história do negro no Brasil, op. cit., p. 10.

<sup>110</sup> Disponível em: <

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Une\\_Dame\\_d'une\\_Fortune\\_Ordinaire\\_dans\\_son\\_Int%C3%A9rieur\\_au\\_Milieu\\_de\\_ses\\_Habitudes\\_Journali%C3%A8res,\\_by\\_Jean-Baptiste\\_Debret\\_1823.jpg#cite\\_note-1](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Une_Dame_d'une_Fortune_Ordinaire_dans_son_Int%C3%A9rieur_au_Milieu_de_ses_Habitudes_Journali%C3%A8res,_by_Jean-Baptiste_Debret_1823.jpg#cite_note-1)>.

Acesso em: fev. 2018.



Segundo Yeda Pessoa de Castro, do ponto de vista da interação social,

a condição de escravo da mineração, como a de escravo doméstico e urbano, não se mostrava a mesma do escravo rural. Enquanto nas plantações o trabalho da massa escrava era anônimo e coletivo, sua situação social parecia mais definida, por serem mais rígidas as relações casa-grande e senzala, na região das minas, como nos serviços urbanos e domésticos, o trabalho escravo se destacava por ser fruto de seu esforço individual, o que lhe dava mais possibilidades de comprar ou adquirir a liberdade, tornando-se ele próprio comerciante, traficante, minerador, negro de ofício, a bem dizer, estabelecido num trabalho autônomo (PESSOA DE CASTRO, 1990, p.108).

Esta avaliação deve ser relativizada já que comumente, nas minas e em atividades urbanas ou suburbanas, o trabalho cativo podia ser muito duro e monótono. Os escravizados, como fica evidente, levavam uma vida penosa e brutal, eram submetidos a violências e eram castigados das piores maneiras possíveis. Nas condições em que viviam, em geral, a rebeldia consciente, semiconsciente ou inconsciente era praticamente uma consequência do cativeiro.

### 2.3.5 *Resistência dos trabalhadores escravizados*

Nas plantações, como os cativos chegavam a trabalhar até dezoito horas por dia, acontecia de eles dormirem em pé, exaustos pelo trabalho e pela falta de descanso. Devido às duras condições às quais eram submetidos, sobretudo nos momentos de pique da produção, “a esperança de vida média útil de um jovem e saudável africano não passava dos dez anos aproximadamente. Se chegasse ao Brasil com 14 anos, aos 24, se ainda estivesse vivo”, estaria semidestruído<sup>111</sup>. Nas minas, as condições de vida não eram menos penosas. De maneira geral, fora algumas exceções, os escravizados passavam fome. Nas minas, onde os alimentos custavam muito, trabalhavam mal alimentados, com a metade do corpo imersa na água, e os acidentes eram frequentes. Quando desabava uma galeria, morriam soterrados<sup>112</sup>.

---

<sup>111</sup> MAESTRI, 1994, p. 91.

<sup>112</sup> Ibid., p. 93.

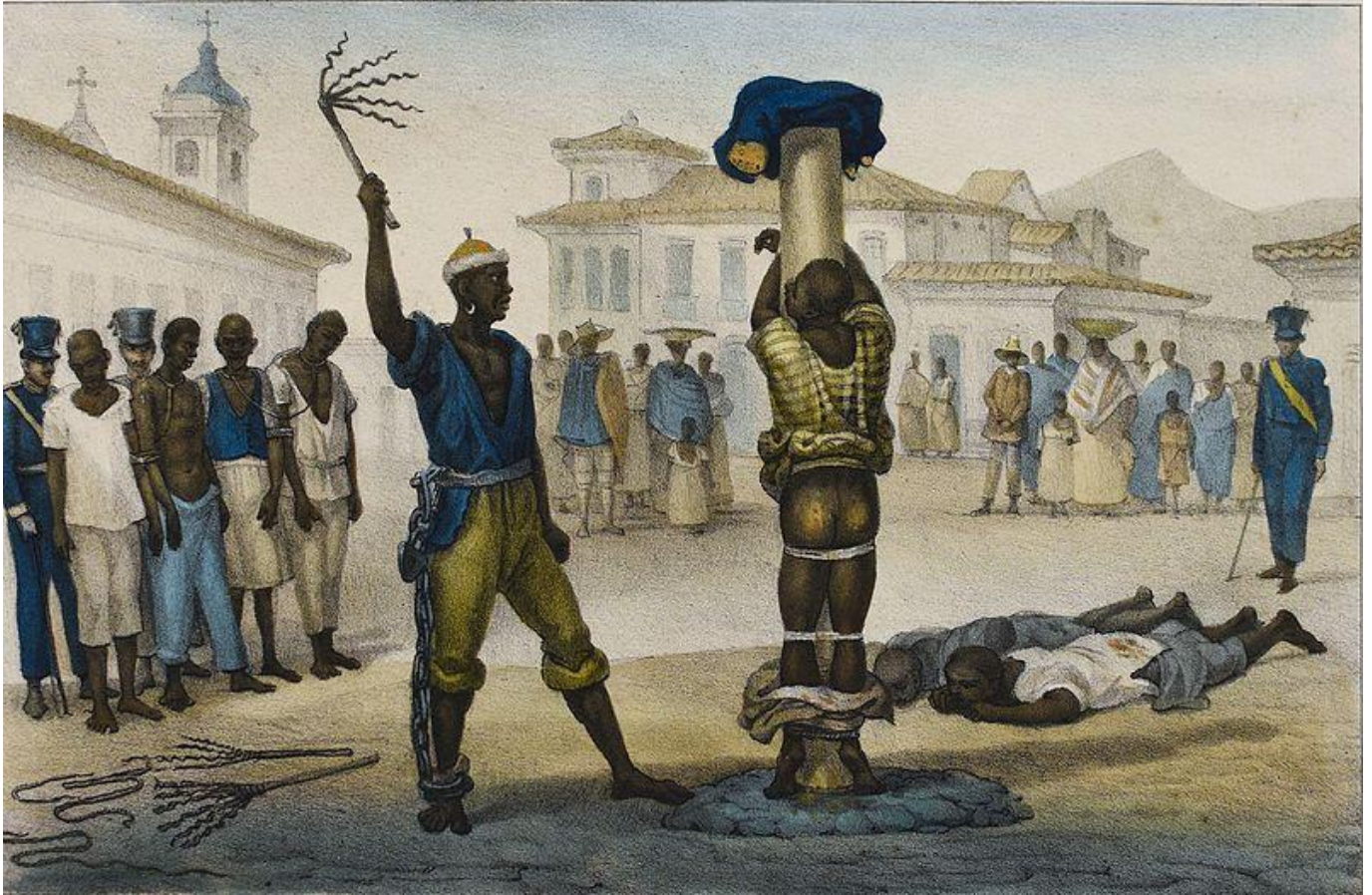


Figura 7: Execução da punição de açoitamento.  
 Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1830<sup>113</sup>.

Sempre sob o olho vigilante do feitor, o escravizado, quando considerado preguiçoso ou insubordinado, era castigado e, dependendo da insubordinação, poderia ser punido ou torturado por diversos instrumentos. De acordo com Clóvis Moura, havia instrumentos de captura e contenção, que poderiam ser correntes, gargalheira, tronco, etc.; os instrumentos de suplício, compostos por máscaras, anjinhos, bacalhau e palmatória e instrumentos de aviltamento, que se dividiam em gonilha, limbabo e placas de ferro com dizeres infames para marcar o corpo do escravizado<sup>114</sup>. Na figura abaixo, uma escravizada usando a máscara de flandres, que impedia os cativos de comer e ingerir bebidas.

<sup>113</sup> Disponível em:

<[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:L%27Ex%C3%A9cution\\_de\\_la\\_Punition\\_de\\_Fouet\\_by\\_Jean-Baptiste\\_Debret.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:L%27Ex%C3%A9cution_de_la_Punition_de_Fouet_by_Jean-Baptiste_Debret.jpg)>. Acesso em: fev. 2018.

<sup>114</sup> MOURA, 1992, p. 17; ver também: GOULART, José Alípio. (1915-1971). *Da palmatória ao patíbulo: castigos de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista; INL, 1971; LIMA, Solimar Oliveira. *Triste pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciárias no RS. 1818-1833*. Porto Alegre: IEL/EdiPUCRS, 1998.

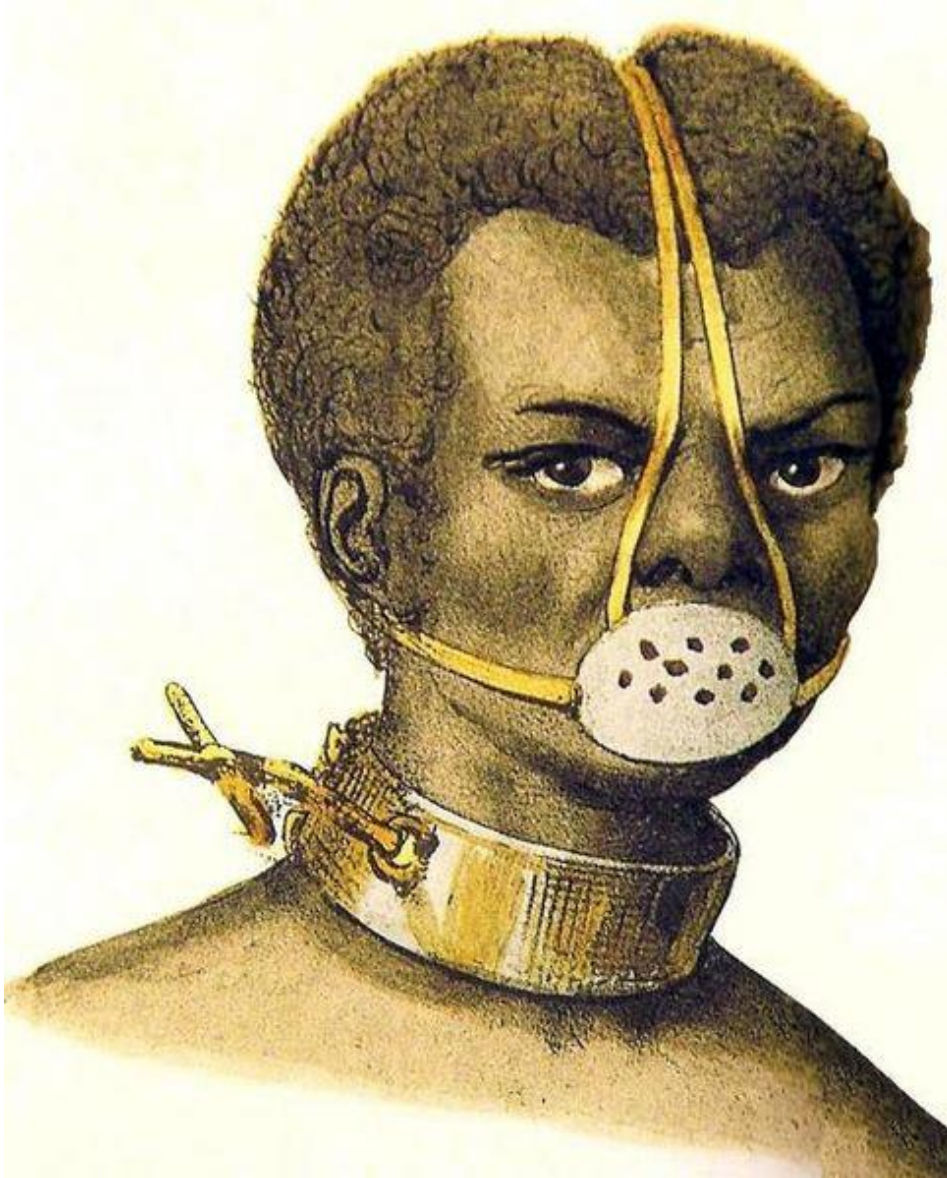


Figura 8: Castigo de Escravos.  
 Fonte: Jacques Etienne Arago, 1839<sup>115</sup>.

Os cativos revoltavam-se com frequência. Criavam movimentos de pequeno e grande porte, alguns bem planejados, outros visando vingar-se de um escravizador ou feitor, sendo as fugas um modo contínuo de rebeldia. Isso partia tanto dos que tomavam os movimentos como forma de aventura individual, mesclando-se às populações de negros e mestiços libertos, que daqueles que se uniam no intuito de criar quilombos<sup>116</sup>. A resistência ao cativeiro não se restringia a fugas, revoltas e insurreições. Muitos escravizados desesperados e deprimidos libertavam-se tirando a própria vida, outros vingavam-se impetuosamente de senhores e

<sup>115</sup> Disponível em: < [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jacques\\_Etienne\\_Arago\\_-\\_Castigo\\_de\\_Escravos,\\_1839.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jacques_Etienne_Arago_-_Castigo_de_Escravos,_1839.jpg)>. Acesso em: fev. 2018.

<sup>116</sup> REIS, J.J. & GOMES, F. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

capatazes por meio de assassinato [justiçamento]<sup>117</sup>.

A *rebeldia*, *insubordinação* e a *fuga* eram maneiras que o escravizado encontrava para resistir à sua situação de cativo, mais do que à instituição escravista. Os registros demonstram que os escravizados fugiam e formavam quilombos desde 1559, ou seja, desde os primeiros tempos da escravidão (RODRIGUES, 1970, p. 67 *apud* CONRAD, 1975, p.18)

A Lei nº 4 de 10 de junho de 1835 determinava que escravizados que matassem, ferissem ou realizassem qualquer ofensa física aos seus senhores e familiares seriam punidos com a pena de morte, sem apelação<sup>118</sup>.

Entre as milhares de fugas, movimentos e revoltas de escravizados que marcaram a história do Brasil – ou dentre os quais os cativos participaram ativamente –, estão a insurreição de São José do Maranhão – 1722 – e a do Quilombo do Piolho, em Mato Grosso – 1770. Entre as formas de resistência à escravidão, ficou emblemática a criação da confederação dos quilombos de Palmares, que resistiu por longas décadas. Segundo Mello, retomando legendo sobre aqueles sucessos, “quarenta negros da Guiné, fugidos dos castigos, fixaram-se em 1630 na Serra da Barriga, em União, no atual Estado de Alagoas, e aí fundaram a República dos Palmares. Palmares era o asilo dos escravos fugitivos” daquela região. Essa confederação instituiu “um verdadeiro Estado negro livre no coração do Brasil escravista. Após anos de feroz luta, ela foi destruída, em 1694, por uma poderosa expedição militar luso-brasileira”<sup>119</sup>. Esse foi o movimento negro-insurgente mais estudado por nossos historiadores<sup>120</sup>.

É importante lembrar que as revoluções liberais, como a Revolução Pernambucana (1817), a Confederação do Equador (1824), a Revolução Farroupilha (1835), a Revolução Praieira (1848), não questionavam a escravidão. Sua contradição era com o centralismo imperial. Os senhores queriam autonomia em relação ao Rio de Janeiro, sem que isso viesse a interferir na instituição escravista. No ano de 1835, eclodiu a Revolução Farroupilha, que foi, em verdade, um movimento dos grandes criadores escravistas do meridiano do Rio Grande do Sul e do norte do Uruguai, no intuito de fundar uma república pastoril-latifundiária que ultrapassasse a fronteira rio-grandense.

<sup>117</sup> CONRAD, 1975, p. 18 et seq.; GOULART, José Alípio (1915-1971). *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/IHL, 1972.

<sup>118</sup> Ver: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM4.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM4.htm)>.

<sup>119</sup> MELLO, 1974, p. 57; MAESTRI, 1994, p. 115.

<sup>120</sup> CARNEIRO, Édison. *O quilombo dos Palmares*. 4 ed. fac-similar. São Paulo: CEN, 1988; FREITAS, Décio. *Palmares: A guerra dos escravos*. 4 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984; ENNES, E. *As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. 1.º vol.: Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra”. 1687-1709. São Paulo: Brasiliense, 1938; PÉRET, Benjamin. *O quilombo de Palmares*. Introdução e notas de MAESTRI, M. & PONGE, R. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002. pp. 47-74; BARLEU, Gaspar. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil*. São Paulo: EdUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

Em entrevista, Mário Maestri explica que:

Os principais líderes farroupilhas eram proprietários de enormes extensões de terras e de cativos no meridão rio-grandense e no norte do Uruguai. Para conseguir seus objetivos, arrolaram nas tropas republicanas peões, minuanos, libertos e muitos cativos - sobretudo dos rio-grandenses monarquistas. O republicano farroupilha de algumas posses fugiu do recrutamento como o diabo da cruz. Os chefes farroupilhas jamais prometeram a liberdade aos cativos e terra aos gaúchos, como fizera e realizara José Artigas, anos antes. Ao contrário, eles queriam mais terras e mais cativos. Bento Gonçalves morreu senhor de muitos cativos; o general Neto, de muito mais! [...] Hoje, festejam-se os lanceiros negros como exemplo da participação popular e negra no “Decênio Heróico”. Eles foram massacrados em Porongos, e os que não morreram foram reescravizados e enviados ao Rio de Janeiro [...] <sup>121</sup>.

### 2.3.6 *Sem família e com baixa expectativa de vida*

Como visto anteriormente, o escravizado era considerado uma ferramenta de trabalho. A importação de homens era em número maior que a importação de mulheres, pelo fato de que a busca dos negreiros era de braços para o trabalho e, sobretudo, as mulheres cativas eram retidas na África, como esposas. Os escravistas não se interessavam em trazer famílias para o Brasil e, muito menos, que se formassem famílias escravizadas em solo brasileiro. O que não quer dizer que não tivessem interesse marginal na reprodução vegetativa de seus cativos. Em 1843, três quartos dos africanos desembarcados no Rio de Janeiro eram homens, e dois terços, crianças <sup>122</sup>.

Devido a esperança de vida média produtiva dos cativos ser baixa, os escravizadores preferiam trabalhar com cativos novos, jovens e saudáveis, recém-chegados da África. Os casamentos eram raros e não havia, no geral, como dito, qualquer intenção de que os escravizados constituíssem famílias. A escassez de mulheres era um obstáculo para a formação de casais estáveis e, apesar de os homens serem em maior número, as escravizadas nunca tiveram a proteção da união legal ou religiosa. Curiosamente, os casamentos eram mais comuns nas plantações do que nas cidades. Conrad <sup>123</sup> traz estatísticas que comprovam estes dados e, em sua opinião, as da província do Espírito Santo, na qual menos de 11% dos escravizados eram casados ou viúvos, são as mais representativas do Brasil da época.

No entanto, o fato de não casarem não era impedimento para que homens e mulheres mantivessem relações. Quando as cativas engravidavam, não havia cuidado diferenciado para

<sup>121</sup> Ver Revista do Instituto Humanista Unisinos:

<[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6616&secao=493](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6616&secao=493)>.

<sup>122</sup> CONRAD, 1985, p. 17 et seq.

<sup>123</sup> Ibid., p. 21.

elas, e com frequência, devido às condições físicas às quais eram expostas, as mulheres abortavam ou seus filhos nasciam mortos. E mesmo que as crianças nascessem vivas, nem sempre alcançavam a vida adulta. Os motivos eram sempre os mesmos: má alimentação, habitação inadequada, falta de interesse pela saúde e bem-estar das crianças, etc<sup>124</sup>. Isso mudou um pouco quando da escassez de mão de obra devido ao fim do tráfico negreiro, e da necessidade de que os escravizados se reproduzissem para que a produção escravista se mantivesse. Em algumas situações e épocas, com a concessão da formação de famílias, procurou-se minorar a resistência servil. No entanto, no Brasil, a reprodução da população escravizada sempre dependeu do tráfico negreiro, inicialmente, internacional, a seguir, interprovincial<sup>125</sup>.



Figura 9: Negras novas indo à Igreja para serem batizadas.  
Fonte: Jean-Baptiste Debret (1821)<sup>126</sup>.

<sup>124</sup>Ibid.

<sup>125</sup> Ibid., p 31 et seq.

<sup>126</sup> Disponível em: < <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra61273/jovens-negras-indo-a-igreja-para-serem-batizadas>>. Acesso em: fev. 2018.

Dois momentos foram decisivos no que tange à organização da escravatura: 1830 e 1850. Desde 1810 a Grã-Bretanha negociava tratados para pôr fim ao tráfico negreiro, com o intuito de manter os africanos na África, para explorá-los dentro do continente através da extração de matérias-primas necessárias à produção fabril britânica.

O Brasil recebeu esses tratados com relutância, porém os governos de dom João, que se encontrava sob proteção britânica por conta dos conflitos entre França e Portugal, e a seguir de Pedro I, concordaram em pôr fim, gradativamente, ao tráfico negreiro. No entanto, esses tratados não foram acatados. O comércio continuou, apesar de todos os compromissos firmados entre os dois países ao longo dos anos de 1815, 1817 e 1826, este último tornando o tráfico completamente ilegal três anos após a data que ratificava o diploma, ou seja, em 13 de março de 1830. No dia 7 de novembro de 1831, foi decretado que seriam considerados libertos todos os africanos que pisassem o solo brasileiro a partir daquela data<sup>127</sup>.

Mesmo com esse decreto, muitos escravizados foram mantidos ilegalmente na escravidão, e o tráfico continuou, sendo sua proibição eficaz nas províncias do extremo sul e entre o Cabo de São Roque e o Amazonas, devido ao valor elevado que deveria ser pago por escravizado trazido clandestinamente – aumento que foi determinado pelo policiamento britânico –, e devido ao fato de o comércio de algodão e de açúcar estar em baixa. Assim, os lavradores não tinham condições de competir com donos de plantações de café, localizados nas regiões do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Nos anos de 1849 e 1850, o governo britânico agiu drasticamente contra os traficantes de cativos, procurando obter compromisso por parte do governo do Brasil para que a lei fosse cumprida<sup>128</sup>.

Completamente humilhados pelas incursões britânicas os portos do Império e a captura e destruição de navios negreiros brasileiros até mesmo em águas territoriais brasileiras, enfrentando ameaças à navegação legal do Império, com conflitos militares e mesmo um bloqueio de portos brasileiros, o governo do Império foi obrigado, em julho de 1850, a ceder antes as exigências britânicas em troca da promessa de suspender os ataques navais. Mesmo então, contudo, o governo brasileiro mostrou-se relutante em agir contra o comércio de escravos e mais uma ameaça, feita em janeiro de 1851, de enviar navios de guerra britânicos para os portos brasileiros foi necessária para ativar a já há muito adiada supressão do tráfico de africanos. Uma vez iniciada, contudo, a campanha brasileira antitráfico foi eficaz e séria<sup>129</sup>.

No período entre 1830 e 1852, com o tráfico praticamente terminado, o número de africanos trazidos para o Brasil foi colossal, pois os escravizadores previam o fim do tráfico

---

<sup>127</sup> Ibid.

<sup>128</sup> Ibid.

<sup>129</sup> Ibid., p. 34.

transatlântico, e se apavoraram diante a ideia da perda de sua única e fundamental mão de obra. Sem a renovação de escravizados, a população africana e afrodescendente no Brasil diminuiu, levando a uma escassez de mão de obra. Ainda que as condições gerais de existência dos cativos tenham melhorado relativamente, após o fim do tráfico transatlântico, o tráfico interprovincial de cativos, estabelecido em favor das regiões cafeeicultoras, determinou que as condições gerais de exploração não variassem essencialmente.<sup>130</sup>

---

<sup>130</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982.



### **3. SOCIO-HISTÓRIA LINGUÍSTICA DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA**

O objetivo geral desse capítulo é tratar da importância do modo de produção escravista nas dinâmicas linguísticas brasileiras como um todo, no contexto do que Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004) chama de sócio-história do português brasileiro, mas que poderíamos denominar de história sócio-linguística do Brasil. Nossa hipótese é que o escravismo, enquanto modo de produção dominante, determinou não apenas a vida, as relações sociais, as visões de mundo, as práticas culturais, a formação linguística e as práticas languageiras dos trabalhadores escravizados e libertos, como deixou marcas profundas no português brasileiro, isto é, nas práticas languageiras e na competência linguística e sociolinguística dos brasileiros em geral.

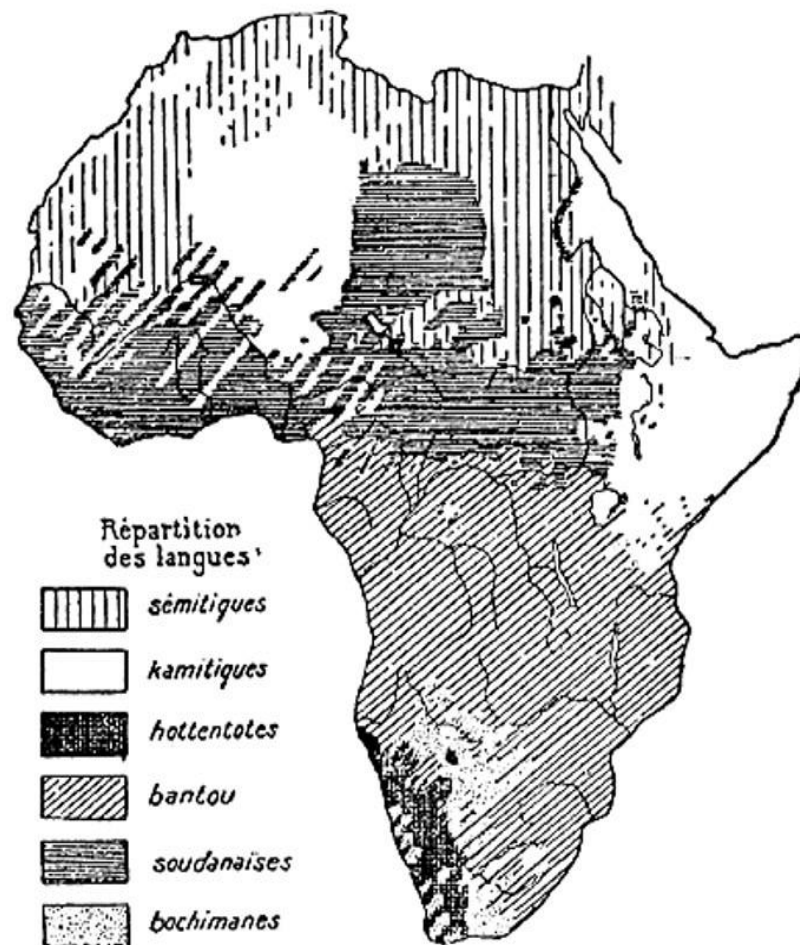
Em se tratando de aspectos linguístico-linguageiros, um dos fatores a serem levados em conta são as línguas maternas dos cativos africanos chegados da África – chamados escravos *novos* ou *boçais* – e as dinâmicas que podem ter se estabelecido entre essas línguas e outros códigos linguísticos, no contexto das relações escravistas coloniais dominantes no Brasil. Para tratar essas questões, nos apoiaremos nos dados históricos apresentados no capítulo anterior, assim como nos resultados das propostas e hipóteses mais ou menos recentes de especialistas, como, entre outros, Yeda P. de Castro, Margarida M. T. Petter e Emilio Bonvini

### **3.1 As línguas de origens**

O tráfico negreiro trouxe para o Brasil homens e, em menor número mulheres e crianças de diferentes regiões da África, cada um com sua base econômica, organização social, línguas, culturas, religiões, etc. Historiadores mostram que os africanos vítimas do tráfico negreiro vieram, predominantemente, da Guiné e do Sudão (lembrando mais uma vez que o Sudão histórico não correspondia ao país atual de mesmo nome), situados ao norte da linha do Equador; do Congo e de Angola, no centro e sudoeste africanos, e de Moçambique, na costa oriental do continente, em menor número. Graças a estudos cada vez mais precisos de linguistas e historiadores sobre a origem regional dos trabalhadores africanos escravizados, podemos compreender, mesmo que ainda de maneira aproximativa, em razão da grande riqueza e complexidade linguística do Continente Negro, quais línguas ou famílias linguísticas africanas predominaram no Brasil.

Bonvini (2008, p. 22 et seq.) atenta para essa complexidade, decorrente do fato de que aquele grande continente contém, sozinho, quase um terço das línguas faladas no mundo, o equivalente a mais de duas mil línguas. Nesse trabalho, escolhemos não detalhar essa complexa realidade linguística por não considerá-la de absoluta relevância para nosso objeto, limitando nossas considerações às línguas africanas que efetivamente foram trazidas e faladas no Brasil.

Segundo Renato Mendonça<sup>131</sup>, que foi um dos primeiros a se debruçar sobre as línguas africanas e sua influência no português brasileiro, os *falares* africanos trazidos para o Brasil pelo tráfico negreiro internacional tinham duas origens distintas do ponto de vista étnico e geográfico: vinham do Sudão Ocidental (África Ocidental), na zona subsaariana, acima do Equador, com línguas independentes e numerosas; e da África Austral, com línguas pertencentes a um grupo relativamente homogêneo, o banto. Quanto às línguas do Sudão que chegaram ao Brasil, sempre segundo Mendonça, elas são conhecidas como *nagô* ou *ioruba*. Entre as línguas bantos que aqui chegaram, a mais falada parece ter sido o *quimbundo*<sup>132</sup>.



CARTE I

REPARTIÇÃO DAS LÍNGUAS DA ÁFRICA

Figura 10: Repartição das línguas da África.  
Fonte: Mendonça, 2012 [1974], p. 40.

131 MENDONÇA, 1936, p. 174 et seq.

132 Ibid., p.178.

A linguista Yeda P. de Castro<sup>133</sup> apresenta o “quadro de línguas subsaarianas documentadas no Brasil durante o período da escravidão”, de acordo com uma classificação proposta por Greenberg em 1966.

Família	Grupo linguístico	Língua	Século de registro	Localização	
Níger-congo	Banto	Congo-Angola	XVII ao XIX	Salvador (Bahia)	
	Oeste-Africanas	KWA	Ewe-fon ou mina-jejê	XVIII	Zona de mineração – Minas Gerais
			Nagô-ioruba	XIX	Centro urbano – Salvador (Bahia)
			Tapa ou nupe	XIX	Centro urbano – Salvador (Bahia) - Minoritária
	Atlântico Ocidental	Fulani	XIX	Centro urbano – Salvador (Bahia) - Minoritária	
	Gur ou Voltaíco	Grunce	XIX	Centro urbano – Salvador (Bahia) - Minoritária	
Afro-asiática	Afro-asiático	Hauçá	XIX	Centro urbano – Salvador (Bahia) - Minoritária	

Quadro 1: Línguas subsaarianas documentadas no Brasil.  
Fonte: Pessoa de Castro (2009, p. 179).

O quadro evidencia que, apesar da

aparente diversidade de línguas, com exceção do hauçá, da família afro-asiática, de introdução tardia e de falantes minoritários localizados na cidade de Salvador na primeira metade do século XIX, podemos constatar que elas têm uma origem comum. Pertencem à única grande família linguística níger-congo. Portanto são línguas aparentadas<sup>134</sup>.

Essa constatação, segundo a pesquisadora, contradiz a crença de que o grande número de línguas africanas trazidas para o Brasil não teria permitido a formação de um substrato comum africano. Para ela, ao contrário, tal substrato existiu.

Enfim, para concluir essa seção dedicada à realidade linguística das regiões africanas envolvidas pelo tráfico negreiro para o Brasil, é interessante reproduzir a visão de Alencastro<sup>135</sup> segundo a qual é necessário relativizar a ideia que temos do Brasil da época da escravidão uma

<sup>133</sup> PESSOA DE CASTRO, 2009, p. 179.

<sup>134</sup> Ibid.

<sup>135</sup> ALENCASTRO, 2009, p. 18

vez que a unidade do território e da cultura do Brasil constituiu-se muito tardiamente, não existindo naquele então. Para Alencastro, já no início do século XVII, o “Estado do Brasil”, composto pelo Nordeste, Sudeste e Sul, onde “se desenvolvia o polo de produção escravista”, entretinha relações infinitamente mais regulares e densas “com os portos e enclaves portugueses na África” do que com o “Estado do Grão-Pará e Maranhão”, que “incluía os atuais Ceará, Piauí, Pará e Maranhão, como também todo o território interior, isto é, a Amazônia inteira”. Para Alencastro, “a centralidade de Angola na história do Brasil” seria muito anterior aos contatos entre a Amazônia e o restante da América portuguesa<sup>136</sup>.

Do ponto de vista das línguas africanas trazidas ao Brasil, também, segundo Alencastro<sup>137</sup>, teria que diferenciar-se essas duas partes do Brasil, uma vez que, desde meados do século XVI, a ilha de São Tomé se transformara em uma “plataforma de embarque de escravos para as Américas. Gente escravizada vinda do golfo da Guiné e do Congo em seguida embarcada de São Tomé para os portos americanos”. Na própria ilha de São Tomé, onde os portugueses tinham desenvolvido a cultura do açúcar com mão de obra africana escravizada, já se falava uma língua geral luso-africana, a “língua de São Tomé”. Quanto à “Companhia de Grão-Pará e Maranhão, que administrava também a Guiné-Bissau”, ela trouxe cativos daquela região para a região de São Luís sobretudo na segunda metade do século XVIII.

### **3.2 Portos de embarque e navios negreiros: primeiros caldeirões linguísticos.**

No período que se estende de 1549 a 1850, foram transportados para o Brasil em torno de quatro milhões de africanos e africanas para serem escravizados. Segundo Rivair Macedo<sup>138</sup>, ainda na África, os africanos passavam por dois processos de desenraizamento com suas origens. Primeiro, ao serem arrancados das comunidades das quais faziam parte, deslocados e submetidos a regras sociais e formas culturais que não eram as suas, “os cativos sofriam a violação dos seus corpos, de que perderam o controle, e a violação de seus códigos culturais originais”. Depois, ao serem “reinseridos num grupo estranho, em posição de subordinação, eram excluídos e desprovidos de espaço de convivência com a comunidade circundante”. De acordo com Maestri<sup>139</sup> os escravizados eram batizados com nomes cristãos ao chegarem ao Brasil, ou mesmo antes de embarcarem, carregando em geral como sobrenomes o porto africano

---

<sup>136</sup> Ibid., p. 19.

<sup>137</sup> Ibid., p. 20 et seq.

<sup>138</sup> MACEDO, 2013, p. 103.

<sup>139</sup> MAESTRI, 1994, p. 59.

em que eram embarcados ou a região da África da qual provinham.



Figura 11: Navio negreiro.

Fonte: Johann Moritz Rugendas, 1830<sup>140</sup>.

Segundo Bonvini,

Desde o início, o tráfico era essencialmente um comércio a longa distância, pois ele exigia estabelecer, primeiramente, trocas com regiões afastadas, tanto mais que habitualmente os escravos vendidos nos portos dos estados comerciantes provinham de outras etnias. Era o pombeiro que se encarregava de viajar pelo interior para trocar mercadorias (tecidos ou outros objetos) por escravos, mas também por marfim. Retornando, os escravos eram destinados a ser exportados ou a ser utilizados na costa a serviço dos habitantes do estado corretor. As exportações faziam-se por três pontos principais: da região ao norte do rio Congo (ex-Zaire), por Loango e pelos portos vizinhos de Malemba e Cabinda; do Congo, pelo porto de Pinda na foz do rio; de Angola, por Luanda (Randles, 1968: 177). A esses portos, é preciso acrescentar também o de Benguela<sup>141</sup>.

Sempre de acordo com Bonvini<sup>142</sup>, esse tipo de comércio fez com que se criassem “entrepostos” de aprisionados cada vez mais organizados e fixos, sendo, na maioria das vezes,

<sup>140</sup> Disponível em: <[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Navio\\_negreiro\\_-\\_Rugendas\\_1830.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Navio_negreiro_-_Rugendas_1830.jpg)>. Acesso em: fev. 2018.

<sup>141</sup> BONVINI, 2008, p. 31.

<sup>142</sup> Ibid., p. 31 et seq.

necessários meses para se completar o carregamento do navio. Segundo o autor, “no Congo, em Angola, em Benguela, os portugueses privilegiaram o ‘depósito fixo’ (barracão), instalação onde empregados permanentes dispunham de tempo para reunir um grande número de cativos e entregá-los juntos aos negreiros”. Enfraquecidos devido à viagem do interior do continente até as costas africanas, os cativos recebiam *cuidados* antes de embarcarem e, caso a partida demorasse, trabalhavam a terra para tirar seus alimentos.

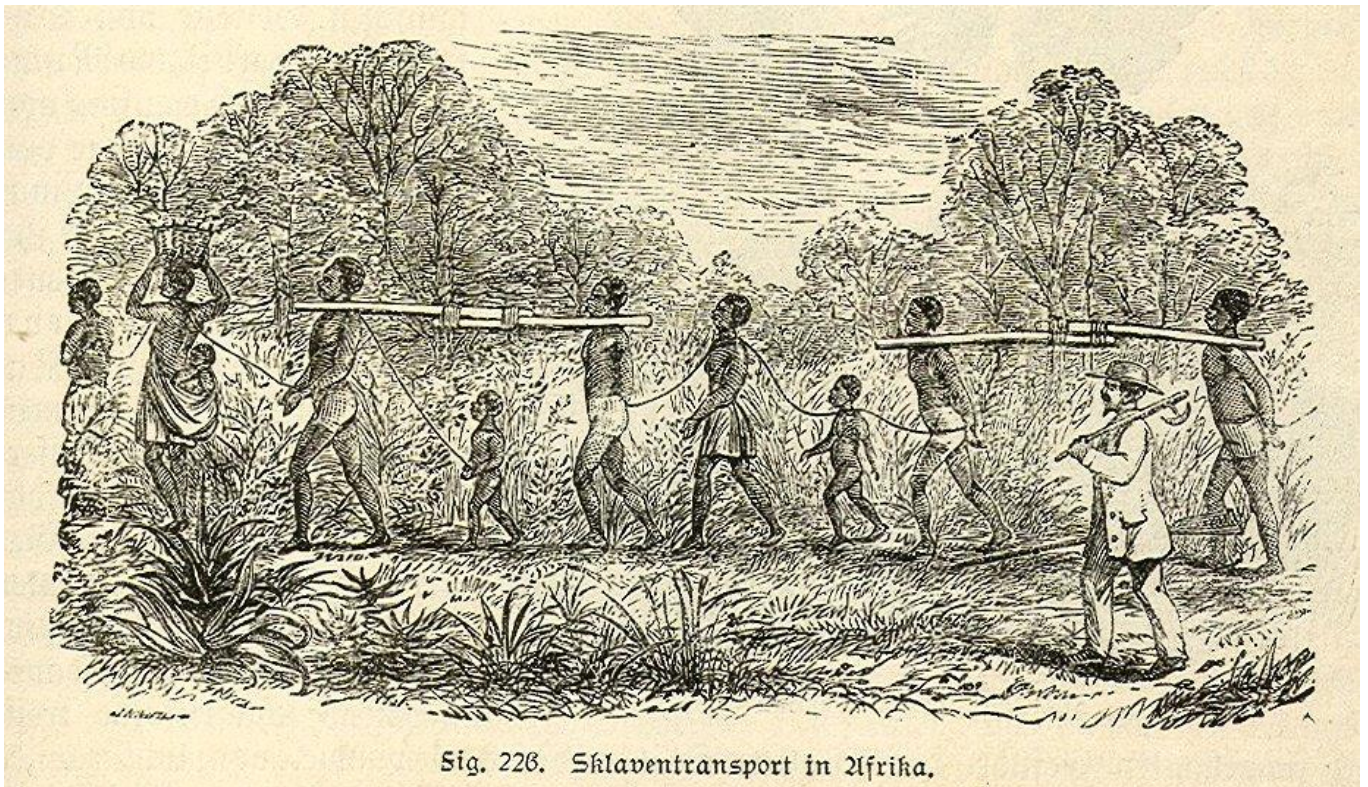


Figura 12: Escravizados sendo transportados na África, séc. XIX.  
Fonte: William Rednbacher, 1890<sup>143</sup>.

Não apenas em Angola, os portugueses podiam estabelecer “um depósito de cativos não em terra firme, mas num grande navio permanentemente ancorado num porto, a fim de tornar um grande número de cativos menos vulnerável aos ataques exteriores”.

Essa organização particular do tráfico, diretamente orientado para o mercado brasileiro, criou as condições lingüísticas favoráveis à emergência de uma nova situação lingüística para os cativos, transitória, é verdade, mas que pôde influir, por sua duração e sua renovação regular, naquela que ocorrerá em seguida no Brasil. Essa situação caracteriza-se por uma concentração forçada e prolongada de falantes de línguas africanas diferentes, mas tipologicamente próximas, o que pôde conduzir, no caso de Angola, à adoção do quimbundo como língua veicular, falada em Luanda e ao longo do rio Cuanza até sua foz; no mesmo período, deu-se um contato igualmente

<sup>143</sup> Disponível em: < <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:AfricanSlavesTransport.jpg>>. Acesso em: fev. 2018.

forçado e prolongado com a língua portuguesa, falada no interior primeiramente pelos pombeiros (recrutadores de cativos) e, em seguida, na costa africana pelos negreiros brasileiros, que eram às vezes seus futuros senhores. Não se pode esquecer, ademais, o período da viagem marítima, que se passava nos porões dos navios e que durava aproximadamente trinta e cinco dias de Luanda a Recife, quarenta, até Salvador e dois meses, até o Rio de Janeiro<sup>144</sup>.

No litoral angolano e ao longo do rio Kuanza, sobretudo, e, certamente, no Brasil, o português falado na época já havia integrado um número importante de termos africanos, testemunhados nos seguintes escritos: “87 termos em 1622-1635 (Colectânea documental de Fernão de Sousa), 160, em 1680 (Oliveira de Cadornega), mais de 400 termos atestados na edição italiana da narrativa de Cavazzi (1687)”, dessa forma, “vários cativos estavam já familiarizados com o português falado em Angola ou eram seus falantes”<sup>145</sup>.

Para os cativos que continuavam a transitar pela ilha de São Tomé – que citamos no item 3.1 – acontecia um longo contato com o falar local, um crioulo de base portuguesa que carregava o nome da ilha. Em São Tomé, nasceu o *angolar, pidgin* original, “empregado pelos descendentes de antigos escravos de origem angolana cujo navio encalhara na ilha em razão de um naufrágio, quando ele estava navegando para as Américas”<sup>146</sup>. Dessa forma, “a primeira experiência lingüística dos cativos originários da área banta foi, assim, a de um plurilingüismo forçado e concentracionário, que resultou, antes mesmo de sua partida para o Brasil, no provável emprego de uma língua veicular africana (o quimbundo)” e “numa certa familiaridade com a língua de seus futuros senhores”<sup>147</sup>.

Isso terá como conseqüência o fato de que, para numerosíssimos escravos negros brasileiros, originários de Angola, o plurilingüismo brasileiro – línguas africanas transplantadas, língua portuguesa, dos senhores – com que serão confrontados não será vivido como uma experiência primeira e inédita. Num e noutro caso, tratar-se-á, pelo menos, do já “ouvido”, o que pode explicar, ao mesmo tempo, a adoção de uma língua veicular africana e, em certos casos, o emprego imediato da língua falada pelos senhores<sup>148</sup>.

Antes do embarque nos navios negreiros, quando da organização do tráfico nas costas da África, os africanos eram separados por língua e etnia, para “evitar que seres de mesma origem e mesma fala pudessem melhor organizar-se e resistir à sua condição de cativo” (CARBONI, 2009, p. 12).

---

<sup>144</sup>Ibid., p. 31-32.

<sup>145</sup> Ibid. p. 32.

<sup>146</sup> Ibid.

<sup>147</sup> Ibid.

<sup>148</sup> Ibid.



Como os traficantes e senhores praticavam a política de misturar escravos de diversas etnias para evitar rebeliões, era comum que os escravos [cativos] africanos reunidos em diversos pontos do continente americano falassem línguas mutuamente ininteligíveis, o que os obrigava a recorrer ao código de emergência para se comunicarem também entre si. Paralelamente, os filhos desses escravos e escravas que nasciam nessa situação de contato acabavam por adotar como língua materna a língua do grupo dominante, por ser esta mais viável socialmente (LUCCHESI, 2008, p. 160).

Como vimos na seção anterior, Yeda Pessoa de Castro apresenta argumentos mostrando que essa estratégia dos luso-brasileiros, que se baseava numa visão equivocada da realidade linguística africana, foi ineficaz em impedir rebeliões que “não deixaram de eclodir em todos os tempos e em diversos sítios”. Pessoa de Castro alerta igualmente para o fato de que os africanos, já na época, tendiam a ser plurilíngues, “em razão, entre outras coisas, do comércio mantido entre eles e dos casamentos exogâmicos”<sup>149</sup>. A princípio, essa proposta parece plausível, mas, é claro, ela precisaria ser comprovada com pesquisas mais precisas.

### **3.3 As línguas dos cativos: crioulos, crioulição e “português toscó”**

Lucchesi<sup>150</sup> afirma não ter havido um processo representativo de crioulição do português brasileiro. A inexistência de um falar crioulo se explicaria, para esse autor, pela representatividade dos lusofones [da classe dominante] sobre os escravizados, que nunca foi inferior a 30% e cresceu consideravelmente no século XIX. De acordo com o autor, “o nível de crioulição é inversamente proporcional à facilidade de acesso aos modelos da língua-alvo. Em termos demográficos, o acesso à língua-alvo é determinado pela proporção da população dominante”. Em lugares onde se encontram as formas mais típicas de falares crioulos, como na Jamaica, no Haiti, no Caribe, a população branca [livre] jamais ultrapassou a faixa de 10% durante o período de colonização, e a miscigenação ocorreu em proporções muito menores do que se notou no Brasil. Soma-se a isso, as condições de vida às quais os escravizados eram submetidos, como citado anteriormente, sem que lhes fosse permitido manter vida familiar ou social.

Para esse autor<sup>151</sup>, no século XVII, “o tipo de inserção social da escravaria africana” como, por exemplo, nos empreendimentos agroexportadores do nordeste do Brasil, teria “criado condições mais favoráveis a eventuais processos de pidginização e crioulição do português,

<sup>149</sup> PESSOA DE CASTRO, 2009, p. 180.

<sup>150</sup> LUCCHESI, 2009, p. 62 et seq.

<sup>151</sup> LUCCHESI, 2008, p. 166.

não apenas nos engenhos, como também nos quilombos”. Uma afirmação que necessitaria, entretanto, uma comprovação documental. Do século XVIII em diante, “a participação dos africanos e crioulos vai diminuindo até atingir o seu nível mais baixo, de 13% do total da população, em 1890”. Para Lucchesi, a modificação da ênfase da produção agroexportadora para a mineração, “também teria contribuído para diminuir as possibilidades de pidginização e criouliização do português”<sup>152</sup>. Pensamos que a urbanização, característica da mineração, pode, de fato, ter favorecido esse processo. Entretanto, lembramos que, segundo muitos historiadores, como Mário Maestri e Jacob Gorender, a mineração relançou fortemente a chegada de africanos novos, o que, ao contrário, pode ter favorecido processos de criouliização.

Lucchesi<sup>153</sup> continua mostrando que a integração do negro na sociedade, sobretudo nas cidades brasileiras, foi o principal fator para o impedimento da formação de um falar crioulo. Os cativos que trabalhavam nas plantações certamente tinham aprendido precário da língua portuguesa. De modo diferente ocorria com os cativos domésticos ou que viviam no meio urbano, que tinham mais contato com o português, língua-alvo, tendo adquirido uma variedade de português que mais se aproximava da língua dos senhores. Como último fator para o não desenvolvimento de crioulo africano, Lucchesi<sup>154</sup> levanta a questão da miscigenação racial, responsável pela composição étnica da sociedade brasileira desde o início da colonização, quando da relação entre europeus, índias e negras. No fim do século XIX, os mulatos correspondiam a quase metade da população brasileira<sup>155</sup>.

Para Bonvini, a relação do português falado no Brasil com as línguas africanas, “primeiramente pressuposta, depois afirmada, em seguida matizada ou negada, [...] foi objeto de um vivo debate, desenvolvido, sobretudo no século XX, em termos seja de ‘influência’, seja de ‘semicriouliização’ ou ainda de ‘criouliização’”<sup>156</sup>.

Em um trabalho de 1980<sup>157</sup>, a linguista Yeda Pessoa de Castro estudou o meio de falar dos “pretos-velhos ou baculos, entre eles, Pai José de Aruanda, Pai Joaquim de Angola, Pai João Quizumba, Vovó Maria Conga, Vovó Rainha do Congo”. Trata-se, segundo Pessoa de Castro, de “um português elementar que, supostamente, teria sido o mesmo usado, a princípio, pela escravaria”, que parecia “fragmentos sistêmicos de um extinto dialeto afro-brasileiro de

---

<sup>152</sup> Ibid.

<sup>153</sup> Ibid. p. 67.

<sup>154</sup> LUCCHESI, op. cit., p. 68.

<sup>155</sup> Ibid.

<sup>156</sup> BONVINI, op. cit. p. 15.

<sup>157</sup> PESSOA DE CASTRO, YEDA. *Os falares africanos na interação social do Brasil Colônia*. Salvador, Centro de Estudos Baianos/UFBA, nº 89, 1980.

base banto que emergiu, em um determinado momento, nas senzalas ou na faina diária das plantações”<sup>158</sup>. Essa é uma proposta instigante, que deve, entretanto, ser melhor estudada.

Para Pessoa de Castro<sup>159</sup>, nessas cerimônias religiosas,

em que a presença banto é comprovada por marcas lexicais (umbanda, candomblé, carimbó, calundu, cachimbo, quilombo) também são referenciados os *caboclos*, que representam o sentimento nativista dos seus seguidores, figuras emblemáticas, idealizadas como nobres indígenas e donos-da-terra, os habitantes das matas e florestas brasileiras. Provavelmente, essas são as mais antigas manifestações de religiosidade afro-brasileira nascidas da escravidão, resultado do encontro de tradições religiosas ameríndias e africanas de matriz banto com o cristianismo.

A linguista cita como exemplo desse encontro as celebrações religiosas dos indígenas fulniô, em Águas Belas, no estado de Pernambuco, nas quais são cultuadas entidades africanas e a “linguagem ritual é um misto de bantuísmos conhecidos do grupo e de nomes de divindades brasileiras (Tupã, Iara)”.

Serafim da Silva Neto<sup>160</sup>, em 1963, apresentava uma visão mais simplista ao afirmar que “no português brasileiro não há, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias. O que há é cicatrizes da tosca aprendizagem que da língua portuguesa, por causa de sua mísera condição social, fizeram os negros e os índios”. O que existiria, de acordo com o autor, seria um *dialeto crioulo*, que representaria “uma língua europeia toscamente aprendida por povos de cultura e situação social inferior”<sup>161</sup>. O crioulo apresentaria vários graus de aprendizagem, que poderiam se manter ou se renovar “pelo sangue novo da língua europeia”, quando de geração em geração, devido à escola, esse falar vai se aprimorando. Desse *aperfeiçoamento* da aprendizagem se admitiria o *semicrioulo*, do choque entre a fala crioula e a europeia, que acabaria por penetrar de “palavras e giros o falar europeu”<sup>162</sup>.

Segundo Elia<sup>163</sup>, em uma obra publicada pela primeira vez em 1979, nas fazendas coloniais, a língua que dominava era a do Reino ou de seus descendentes, ou seja, a língua portuguesa utilizada pela Corte. O português assim, teria entrado em contato com o quimbundo e o nagô na Bahia, originando uma interferência que não teria chegado a criar uma língua mista – crioulo. O que se originou foi uma falar emergencial, para que senhores e escravizados

<sup>158</sup> Ibid, p. 177.

<sup>159</sup> Ibid., p. 178.

<sup>160</sup> SILVA NETO, 1963, p. 107.

<sup>161</sup> Ibid.

<sup>162</sup> Ibid., p. 108.

<sup>163</sup> ELIA, 1979, p. 142.

pudessem se entender. De acordo com o autor, “não sendo flexionais, ao modo indo-europeu, as línguas africanas, houve uma simplificação morfológica da língua-base, o português, que se enriqueceu com elementos léxicos dos idiomas importados”<sup>164</sup>. Assim, não teria se consolidado um falar crioulo, ou seja, uma língua mista estabilizada, “mas estágio preparatório, que não chegou a vingar institucionalmente”, o *semicrioulo*, assim denominado por Serafim da Silva Neto.

Outros autores, como Gregory Guy (1981; 1989) e John Holm (1987), defendem a hipótese de semicrioulização. De acordo com este último, ao fazer um paralelo entre as línguas africanas e o português vernacular brasileiro, falado normalmente pelos brasileiros pertencentes às camadas subalternizadas e de pouca instrução institucional, o português vernáculo brasileiro seria um semicrioulo, resultante do contato entre uma língua crioula e uma língua não-crioula (HOLM, 1994, p. 59).

Maria Marta Pereira Scherre e Anthony Julius Naro<sup>165</sup> refutam a hipótese crioulista ao fazerem uma análise que se baseou na comparação entre traços do português brasileiro de comunidades isoladas e o português europeu não-padrão, em encontrar no português europeu aspectos que são considerados específicos do português brasileiro, além de analisar concordância verbal e de número em relação ao português brasileiro e ao português europeu. Segundo os autores, a análise de todos esses itens demonstra a não-existência de um falar crioulo ou semicrioulo, como alguns autores denominam, do português brasileiro. Para eles, o que ocorre é uma deriva secular, tratando-se de um processo de mudança linguística natural. Os autores enfatizam que

[...] no caso do Brasil, os traços e todas as estruturas presentes no atual estágio do processo histórico de evolução estavam presentes desde o início. Até o presente momento, com relação à concordância, verificamos que mudança básica foi na tendência geral da frequência das formas. Na concordância verbal, especificamente, as principais restrições variáveis que governam o uso da concordância não mudaram com o passar do tempo; mudou o peso do *input*, ou seja, da frequência global de uso da variante zero, sem dúvida atualmente muito maior no Brasil<sup>166</sup>.

Para esses autores, levando em consideração a possibilidade de a língua portuguesa ter saído de Portugal com simplificações já no início da colonização, a simplificação morfológica do português brasileiro se trataria unicamente de deriva secular das línguas românicas em direção à uniformização morfológica e sobrevivência de formas irregulares mais salientes.

---

<sup>164</sup> Ibid.

<sup>165</sup> NARO & SCHERRER, 2001, p. 40 et seq.

<sup>166</sup> Ibid., p. 47.

O francês Jean-Louis Rougé também defende a inexistência de crioulos no Brasil. Se apoiando em dados da história da colonização de São Tomé (na África) e do Brasil,

compara a situação dos tongas –filhos de trabalhadores moçambicanos ou angolanos introduzidos na ilha africana depois da abolição oficial– à do Brasil. Com base nesses dados o autor conclui que as semelhanças encontradas entre o português vernáculo do Brasil e o português dos tongas refletem que o modelo de organização das plantações de cacau e café de São Tomé –que foi importado do Brasil– permitiu uma exposição importante à língua portuguesa para que se desenvolvessem competências desviantes em português, é verdade, mas não o suficiente para construir um sistema linguístico em ruptura com o português, que impossibilitasse sua transmissão<sup>167</sup>.

Para a linguista portuguesa Dulce Pereira<sup>168</sup>, “no **Brasil**, houve condições sociais e linguísticas propícias à formação localizada de crioulos” (grifos da autora). A autora considera que, para “sobreviverem e comunicarem entre si, os escravos devem ter desenvolvido variedades básicas da língua portuguesa que depois, nas zonas de maior isolamento, evoluíram no sentido de um crioulo” e que, para tal, “contribuiu, por certo, a presença de muitos escravos de origem crioula vindos na segunda metade do século XVI, juntamente com seus senhores, de São Tomé, onde já se falava crioulo”. Seria importante, para corroborar a presente tese, dimensionar o tráfico de cativos chegados de São Tomé, possivelmente pouco representativo no contexto geral dos desembarcados nas costas do Brasil.

No entanto, Pereira<sup>169</sup> reconhece que, ao contrário do que aconteceu nas possessões lusitanas na costa africana, “a língua portuguesa no Brasil teve poder para se impor a outras línguas (ameríndias, africanas e crioulos), sobretudo a partir do século XVIII”. A autora vê na “presença de alguns traços típicos dos crioulos (tais como a ausência de concordância nominal e verbal...) no chamado Português Vernáculo do Brasil, variedade afastada da norma brasileira actual e falada pelas camadas menos escolarizadas”, um indício da influência desses antigos crioulos.

São inúmeras as hipóteses sobre a possível presença de línguas crioulas ou de fenômenos de crioulição no Brasil escravista, sem que se chegue a uma conclusão livre de poréns. Para além disso, se torna difícil ter como certa qualquer dessas definições, devido à dolorosa falta de documentos que tratem dos falares africanos no período da escravidão no Brasil. Os documentos são escassos e os intelectuais do passado não se preocuparam em fazer registros das línguas faladas por escravizados enquanto essas línguas ainda eram faladas no

<sup>167</sup> PETTER, 2011, p. 85. Disponível em:

<[http://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/26\\_linguistica\\_078\\_096.pdf](http://www.mundoalfal.org/sites/default/files/revista/26_linguistica_078_096.pdf)>. Acesso em: dez. 2017.

<sup>168</sup> PEREIRA, 2007, p. 63.

<sup>169</sup> Ibid., p. 63-64.

Brasil. Falta-nos, igualmente, uma coleta sistemática dos traços deixados por essa realidade na documentação sobre a escravidão, que ainda dispomos.

Soma-se a isso o parcial apagamento de vestígios da escravidão – que não deve ser confundido com a Circular do Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, que em maio de 1891, mandou queimar os arquivos daquela repartição, para impedir a reivindicação dos ex-escravistas de indenização pelos escravos alforriados em 1888 (RODRIGUES, 2010 [1932], p.30) –, bem como a maneira como a história da escravidão no Brasil é abordada nas escolas e por alguns autores, dando à essa instituição um caráter de leveza, suavizando-a, não a tratando com a importância que teve na estrutura social que temos hoje no Brasil. A negação da importância do escravizado de ambos os sexos para a história do Brasil foi igualmente sentida no que tange aos relatos históricos e demais domínios ideológicos lusitanos e brasileiros (CARBONI & MAESTRI, 2016, p. 174).

### **3.4 O português do Brasil e as línguas africanas**

Desde o fim do século XVI, o português falado no Brasil passou a não ser o mesmo que o falado em Portugal. Novos sentidos de palavras existentes e novas palavras nasceram para descrever ou se ajustar a novas práticas sociais. Por outro lado, nas terras recém descobertas habitavam portugueses livres e indígenas e africanos escravizados ou não, e, assim, discursos passaram a ser sustentados por competências linguísticas diversificadas e heterogêneas (AUROUX & ORLANDI, 1998, p. 5).

Ao tratar do português brasileiro, é importante lembrar que, com a independência em relação a Portugal, em 1822, parte das classes dominantes das diversas regiões do Brasil da época passou a almejar a criação de uma identidade própria, brasileira, bem como de uma língua nacional. Outra parte dos intelectuais e da classe dominante preferiu se manter fiel à variedade padrão do português europeu, que em nada coincidia com as línguas mescladas de falares indígenas, africanos e de variedades populares do português existentes no Brasil. E, desse modo, sobretudo em algumas esferas da comunicação social, passaram a ser fortemente desvalorizadas e, em alguns casos, reprimidas as variedades não padrão – sobretudo quando influenciadas por línguas indígenas e africanas.

Cabe também lembrar que, se as línguas africanas influenciaram a forma e o uso do português brasileiro, o português também teve influência na África, tendo sido “língua franca em boa parte da costa ocidental e oriental africana, como também língua veicular interétnica no reino do Congo, e obviamente em Angola, sendo utilizado em todos os documentos oficiais e

comerciais em ambas as regiões”<sup>170</sup>.

### 3.4.1 As contribuições das línguas africanas no português do Brasil

Segundo Emilio Bonvini<sup>171</sup>, as línguas dos africanos trazidos para o Brasil “foram, na verdade, línguas retiradas de seu nicho ecológico, submetidas a diversas rupturas – fonológicas, morfossintáticas e semânticas –, niveladas pela ausência de variantes dialetais e confrontadas com novos contatos linguísticos”.

Segundo Luiz Felipe de Alencastro<sup>172</sup> “os cativos africanos e negros passaram a ter, a partir de 1574, suas próprias lições de catecismo na Igreja da Misericórdia, na Bahia, separados dos cursos dados aos cativos ameríndios na mesma cidade”<sup>173</sup>. Em razão disso, Claudio Acquaviva, Padre Geral da Companhia de Jesus, enviou de Roma uma recomendação para que os jesuítas aprendessem o tupi e a “língua de Angola”. Estabeleceram-se, assim, trocas entre jesuítas dos Colégios de Luanda, da Bahia e do Rio de Janeiro, no intuito de facilitar a aprendizagem do quicongo (falado no reino do Congo e no norte de Angola) e do quimbundo. Prosseguia também o “aprendizado das línguas africanas para a evangelização dos povos do Continente Negro”, em Roma, Madri e Lisboa<sup>174</sup>.

Dessa forma, o jesuíta Mateus Cardoso publica em 1624, em Lisboa, o catecismo em quicongo, *Doutrina cristã de novo traduzida na lingoa do Reyno do Congo*. Em 1650, o livro foi traduzido e adaptado para o italiano, o português, o quicongo e o latim pelo capuchinho italiano Giacinto Brusciotto de Vetralla, o qual contou com a colaboração de frei José de Pernambuco. Negro, nascido em Olinda, frei José formou-se em Salamanca e integrou a segunda missão capuchinha no Congo, desembarcada em 1648, onde morreu em 1652. Em 1659, Vetralla publica em Roma sua gramática do quicongo. Segundo os especialistas, essa gramática constitui o primeiro estudo sistemático de uma língua bantu<sup>175</sup>.

A seguir, ainda no século XVII, o jesuíta Pedro Dias escreveu, “para uso e entendimento dos padres da América portuguesa às voltas com os cativos angolanos”<sup>176</sup>, a *Arte da língua de Angola*, editada em Lisboa em 1697. Essa “gramática” de “uma forma de língua geral angolana falada entre negros da Bahia” destinada, ao que tudo indica, a facilitar a comunicação entre os

<sup>170</sup> ALENCASTRO, 2009, p. 24

<sup>171</sup> BONVINI, 2008, p. 53.

<sup>172</sup> ALENCASTRO, op. cit., p. 19.

<sup>173</sup> Ibid.

<sup>174</sup> Ibid.

<sup>175</sup> Ibid.

<sup>176</sup> Ibid. p. 20 et seq.

jesuítas e os escravizados dos quais se ocupavam, “traduz o conhecimento de informantes e colaboradores africanos, ladinos, missionários e negreiros da Bahia, todas 'pessoas peritas na mesma língua de Angola' – como escreveu no prefácio do livro o padre Alexandre de Gusmão, provincial da S.J. no Brasil”. No Brasil, esse documento serve de testemunho do quimbundo como era falado no Brasil, resultado “da fusão das variantes linguísticas e das falas das gerações que circulavam no Arquipélago do Capricórnio” por escravizados originários da Angola. Para Bonvini, essa língua não era um pidgin ou um crioulo, mas uma língua inteiramente africana, próxima do quimbundo falado na Angola<sup>177</sup>.

Outro registro de uma língua africana falada no Brasil é a *Obra nova de língua geral de mina*, de Antonio da Costa Peixoto, produzido trinta e cinco anos após a *Arte da língua de Angola*, já no século XVIII. O documento registra um “falar corrente àquela época entre a escravaria local que identificamos de *base ewe-fon*, grupo de línguas oeste-africanas do Togo e do Benim, então denominadas, pelo tráfico transatlântico, de *mina-jeje*”<sup>178</sup>. Para Yeda Pessoa de Castro, o documento foi “escrito como mais um instrumento de opressão, pois Costa Peixoto confessa que seu objetivo era fornecer aos senhores dos garimpos meios de entender aquele falar para coibir revoltas, roubos, assassinatos, contrabandos, fugas etc”<sup>179</sup>.

O quadrilátero mineiro possuía uma forte concentração de cativos. Segundo Bonvini<sup>180</sup> esse documento é precioso, “pois testemunha a emergência no Brasil de uma língua veicular que era tipologicamente próxima das línguas africanas da mesma costa, que conservava o essencial da gramática e do léxico dessas últimas”. De acordo com o autor, “a presença dessa língua veicular em Minas Gerais revelou, ao mesmo tempo, que a situação linguística do Brasil evoluiu em relação ao século precedente e que uma língua africana de comunicação – designada” por Antonio da Costa Peixoto “como língua geral, provavelmente em referência à língua tupi, igualmente assim designada – é agora utilizada pelos escravos da região de mineração recentemente valorizada”<sup>181</sup>.

O problema da influência das línguas africanas no português falado no Brasil foi claramente enunciado somente na segunda metade do século XIX, quando o tráfico transatlântico havia sido oficialmente abolido e intensificou-se um comércio clandestino “entre os portos da Bahia e da África Ocidental”<sup>182</sup>.

---

<sup>177</sup> BONVINI, 1997, p. 291.

<sup>178</sup> PESSOA DE CASTRO, 2009, p. 176.

<sup>179</sup> Ibid.

<sup>180</sup> BONVINI, op. cit., p. 292.

<sup>181</sup> Ibid.

<sup>182</sup> PESSOA DE CASTRO, op. cit., p. 177.



Nina Rodrigues, com a obra *Os Africanos no Brasil* – publicada somente em 1932, mas redigida entre 1890 e 1905 – foi um dos primeiros a tratar desse tema “de maneira precisa, mas também de tê-lo contextualizado em relação aos trabalhos científicos da época, particularmente os de Macedo Soares (1880-1886) e de João Ribeiro”<sup>183</sup>. Rodrigues registrou “uma dezena de palavras de cinco línguas faladas na região do golfo de Benim (*tapa, grunce, fulani, jeje-mahi, hauçá*) de que ainda se lembravam alguns de seus representantes na cidade de Salvador”<sup>184</sup>. Pessoa de Castro alerta para o fato de que Rodrigues

Não chegou a fazer o mesmo com falantes do grupo banto e com a maioria ali falante de iorubá, procedente da Nigéria e do Reino de Queto, no Benim atual. Também não o fez para o que denominou de *dialeto nagô*, segundo ele ‘uma espécie de *patois* abastardado do português e de outras línguas africanas’, que era o meio de comunicação usual entre a população negra e mestiça daquela cidade à sua época. (...) Não se tratava, pois, da língua iorubá, como muitos ainda se deixam confundir, em razão de essa língua ser tradicionalmente apelidada no Brasil de *nagô*, de acordo com a denominação que toma no Reino de Queto<sup>185</sup>.

Para Silvio Elia<sup>186</sup> não se pode negar a influência afro-índia no português brasileiro [atual] “na entoação, na pronúncia, nesta ou naquela particularidade sintática, no léxico evidentemente. Nada, porém, na Morfologia e nada de essencial na Sintaxe”. De acordo com o autor, em caráter morfológico não há influência nem do tupi (língua geral) nem do africano (quimbundo ou nagô) no português brasileiro. Na linguagem popular continuaria o fenômeno de *deflexão*, uma das características gerais de falas crioulas<sup>187</sup>.

Serafim da Silva Neto faz igualmente notar, ao citar o viajante inglês Henry Koster, que em meados de 1815 relatou em seu *Travels in Brazil* (1809-1815) que o indígena não falava tão bem o português como um negro crioulo o fazia e, que o idioma português era falado por todos os escravizados, que utilizavam tão pouco sua própria língua, africana, até que a esquecessem por completo<sup>188</sup>.

---

<sup>183</sup> BONVINI, 2008, p. 15.

<sup>184</sup> PESSOA DE CASTRO, op. cit. p. 177 et seq.

<sup>185</sup> Ibid.

<sup>186</sup> ELIA, 1979, p. 246.

<sup>187</sup> Ibid., p. 238-239.

<sup>188</sup> SILVA NETO, 1963, p. 102.

### 3.4.2 A influência africana na estrutura do português do Brasil, segundo Renato Mendonça e Jacques Raimundo

Entre os que se destacaram nesse debate sobre a importância das contribuições de línguas africanas no português do Brasil, Bonvini e Petter citam Renato Mendonça, com *A influência africana no português do Brasil*, e Jacques Raimundo, com *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Com exceção de algumas diferenças de detalhes de seus trabalhos, os dois autores “concluem que a maior parte dos aspectos característicos do PB [português brasileiro] são devidos à influência das línguas africanas, principalmente o kimbundu e o yoruba”<sup>189</sup>.

Na apresentação de *A influência africana no português do Brasil*, de Renato Mendonça (2012 [1933]) consta que “em 1789, no primeiro dicionário monolíngue do idioma português, Antônio Morais e Silva já identificava várias palavras de origem africana, como batucar, cafuné, malungo e quiabo, de uso corrente entre os brasileiros”. Em outra obra, o autor ressalta que “ao lado da sua contribuição genérica e imprecisa, em colaboração com o tupi, para a elocução clara e arrastada do brasileiro, que alonga as pretônicas, deixou o negro sinais bem seus nos dialetos do interior, sobretudo”<sup>190</sup>. Fazendo referência a esse fato, o autor apresenta as principais alterações fonéticas de origem africana causadas, de acordo com ele, pelo contato da língua portuguesa com as línguas africanas<sup>191</sup>:

- Despalatalização: o fonema *lh* se modifica na semivogal *y* – mulher → muyé. O mesmo fenômeno pode ser notado nos dialetos crioulos como o caboverdiano – melhor → meyor – e o guineense – filha → fiya. É importante salientar que esse fenômeno ocorre também em línguas românicas, como o romeno e o francês, sem que elas tenham sofrido influências africanas.

- Assimilação: fonema *j* para o sibilante *z* – Jesus → zezus. Antes de *e* e *i*, o *g* se transforma de forma esporádica em *z* no dialeto carioca, o que pode ser vestígio de língua africana – registro → rezisto.

- Dissimilação – se reproduz nos grupos consonânticos de elocução difícil – negro → nêgo.

<sup>189</sup> BONVINI & PETTER, 1998, p. 68.

<sup>190</sup> MENDONÇA, 1936, p. 184.

<sup>191</sup> Ibid., p. 184, 185, 186.

- Aférese<sup>192</sup> – estar → tá; você → ocê; Sebastião → Bastião.

- Apócope<sup>193</sup> – acontece com *l* e *r* finais – general → generá; cafezal → cafezá.

-A queda do *r* final também ocorre em dialetos crioulos da África: no caboverdiano – chegar → chegá; na ilha de São Tomé – colher → cuié; na ilha do Príncipe – vender → vendê; na ilha de Ano-Bom – matar → mata<sup>194</sup>.

- Metátese – transposição do *e* prostético da sílaba *es* para *se* – escuta → secuta; escova → sicova; escola → secola.

- Rotacismo – Mendonça mostra que, no bantu, não há *r* e que isso provocou a troca do *r* forte por *r* fraco ou *l* – carro → calo; rapaz → lapassi. Esse fenômeno parece se restringir à pronúncia de Angola, onde até a publicação da obra de Mendonça, ainda se pronunciava *era* como *ela*, *claro* como *calalo*, *foram* como *folá*<sup>195</sup>.

- Suarabácti<sup>196</sup> – Claudio → Culaudio; flor → fulô. Segundo o autor, “esta pronúncia tão ouvida entre os nossos caboclos tem sem dúvida origem africana, pois fato semelhante se observa entre os angolezes que falam quimbundo: Rodolfo → Rodolfu, Cristovão → Kirisobo”<sup>197</sup>.

- Redução – redução dos ditongos *ei* ou *ou*: – cheiro → chêro; couve → côve; louco → loco. Segundo Mendonça, em Alagoas e Pernambuco, mesmo quem era letrado pronunciava *queijo*, *manteiga*, *deixe*, como *quêjo*, *mantêga*, *dêxe*<sup>198</sup>.

Ainda que em menor grau, segundo Mendonça, há traços de línguas africanas na morfologia e na sintaxe do português brasileiro. Na morfologia, pode-se notar esses vestígios em diversos fenômenos<sup>199</sup>.

<sup>192</sup> Supressão de sílaba ou letra do início da palavra.

<sup>193</sup> Supressão de sílaba ou letra no fim da palavra.

<sup>194</sup> Fazemos notar que desde o século XVI, o fonema *r* em final desapareceu na pronúncia de verbos franceses no infinitivo e, no Brasil, até mesmo na linguagem culta, isso ocorre com muita frequência.

<sup>195</sup> MENDONÇA, 1936, p. 186-187.

<sup>196</sup> Inclusão de letra ou sílaba (epêntese) em grupo consonantal.

<sup>197</sup> Ibid., p. 187.

<sup>198</sup> Ibid., p. 188.

<sup>199</sup> Ibid., p. 189.

- Na falta de marca do plural na “linguagem dos caipiras e matutos que, deixando o substantivo invariável, indicam a flexão com o artigo: *as casa, os caminho, aquelas hora*”<sup>200</sup>. A flexão do plural ocorre também no adjunto predicativo como em “as criança tavum *quetu*, as criação ficarum *pestiadu*.”
- Na presença de um *s* prostético que, nascido da ligação fonética entre o determinativo e o substantivo, perde esse carácter e agrega-se a palavra: os óio → pronunciado *u – zó – io*, fazendo aparecer a palavra *zóio*. Isso também acontece com ‘embora’, zimbora: ‘êe foi *zimbora*’.”
- Na terminação *am* da terceira pessoa, que se transformou em *o* surdo, como em fizeram → fizeram, disseram → dissero.
- O gerúndio, no dialeto de São Paulo e no dialeto caipira de Minas Gerais, perdeu o *d* nas desinências: ando → ano (*andando* → *andano*), endo → eno (*vendo* → *veno*), indo → ino (*caindo* → *caíno*).

Vale ressaltar que alguns autores consideram os fenômenos apenas citados como influências de línguas africanas, outros como influências de língua tupi.

Mendonça<sup>201</sup> ainda afirma que a contribuição linguística dos africanos

Alterou a pronúncia lusitana radicalmente, tirou-lhe as asperezas. O negro docemente poliu esses sons duros e rápidos, adocicando, falando devagar, como quem já fez muita força...e as classes cultas do Brasil costumam engolir o *r* final, reduzir o *ei* e *ou* a simples vogais fechadas, descansando na emissão das átonas. E o africano ainda trouxe para o Brasil e aqui frutificaram no clima apropriado a sua culinária, a sua música, as suas crenças.

Jacques Raimundo, no livro *O elemento afro-negro na lingua portuguesa*, publicado em 1933,<sup>202</sup> traz outros exemplos de alterações fonéticas e morfológicas, além de um vocabulário que contém palavras de origens africanas. De acordo com o autor “do contato com as línguas afro-negras sobreveio a entrada ou aforamento de um número notável de seus elementos”<sup>203</sup>. O ioruba e outras línguas da Guiné ou do Sudão são responsáveis preferencialmente por nomes de crenças e cultos trazidos para o Brasil, bem como em relação à culinária. No campo dos

---

<sup>200</sup> Ibid.

<sup>201</sup> Ibid., p. 126.

<sup>202</sup> RAIMUNDO, 1933, p. 69 et seq.

<sup>203</sup> Ibid., p. 75.

cultos religiosos, imaginário e superstições, tem-se nomes como *Exu, Iemanjá, Ogum, alujá, amuré*, etc. Ligado a alimentos, bebidas, iguarias, tem-se *acarajé, bobó, vatapá*, etc. O ioruba junto dessas outras línguas africanas “ministrou ainda, não só elementos primários, próprios ou estranhos que veiculou, senão novas criações, por derivação ou composição” como os substantivos *cuscuz, guiné, mandinga*, etc.; os adjetivos *baço, fula*, etc.; substantivos derivados como *cuscuzeira, gibizada*, etc.; substantivos compostos – formados por elementos de língua portuguesa ou de outras línguas, sobrepostos ou relacionados por *de*, como *banana-maçã, banana-nanica, arroz-de-cuxá, bobó-de-inhame*, etc.; adjetivos derivados, como *guineano, sudanês, iorubano*, etc.; e verbos como *jagunçar, mandigar*, etc.<sup>204</sup>.

Para Raimundo, as palavras de origem banta – com contribuição muito mais expressiva do que as demais línguas africanas para o português – dividem-se em vivas e arcaicas, algumas se tornaram obsoletas por terem sido utilizadas apenas na época da escravidão, como a palavra *libambo* – corrente na qual eram prendidos os escravizados pelo pescoço – já extinta com o fim do tráfico negreiro. Raimundo<sup>205</sup> coloca como palavras arcaicas: *mucama* (ou *mucamba*), *quilombo, senzala* (ou *sanzala*), *limbambo, malungo*, etc. Segundo o autor, palavras sudanesas e da Guiné sobreviveram à ação do tempo por se reportarem a cultos, crenças e usos e práticas ligadas à família. Dessas, pode-se citar algumas como: *zumbi, candombe* (ligado à religião), *caçula, moleque* (ligado a pessoas), *fubá, farofa, quitute* (ligado à culinária), *tanga, berimbau* (ligado a costumes e indumentárias), *caxumba, carcunda, bunda* (cacoetes, enfermidades, partes do corpo), *cafundó, quitanda, senzala* (locais, habitações, negócios), *camundongo, marimbondo* (nomes de animais), *fumo, jiló, quiabo* (nomes de plantas, animais e frutos); dentre tantas outras palavras, utilizadas em esferas sócio-discursivas fortemente ligadas à escravidão.

### 3.5 O português brasileiro e a escravidão

Terminamos essas reflexões exploratórias retomando nosso principal objetivo que é evidenciar o fato de que o escravismo colonial, enquanto modo de produção dominante no Brasil durante praticamente mais de 300 anos, acarretou dinâmicas linguísticas peculiares, não comparáveis com outras situações de contato linguístico, apesar de “parte da classe dominante do Brasil, herdeira sociológica dos setores escravocratas, através de seus intelectuais orgânicos” (CARBONI, 2009, p. 5) continuar manipulando as representações do passado escravista, mesmo após mais de três séculos de escravidão e mais de cem anos da abolição da escravatura.

---

<sup>204</sup> Ibid., p. 76-77.

<sup>205</sup> Ibid., p. 77 et seq.

Não houve e nem precisou haver uma política linguística ou cultural explícita no Brasil escravista. Foi o próprio modo de produção colonial, dominante, que não possibilitou que as línguas, culturas, visões de mundo de origem dos cativos e das cativas, como as que se desenvolveram durante a vigência da escravidão, se conservassem, assim como não permitiu que a maioria dos protagonistas dessa triste história fossem integrados substancialmente na cultura e nas visões de mundo dos que os dominaram.

Entre os aspectos da escravidão colonial brasileira que queremos evidenciar nesta seção está o fato de que, uma vez no Brasil, “o ‘escravo novo’, arrancado de comunidades aldeãs africanas de cultura particular, passava a ser determinado [...], de modo soberano, pelas relações sociais escravistas”, em que “sua existência cultural-espiritual passava a depender mais do *ser escravo*, historicamente determinado, do que *haver sido* camponês, comerciante etc., de dada cultura *africana*, por além da influência dessa cultura original” (CARBONI & MAESTRI, 2016, p. 182, grifo dos autores). Segundo Gorender (1980, p. 133), “ao contrário dos ameríndios, que se defrontaram com os colonizadores organizados em sociedade tribal, os africanos chegaram ao Brasil destribalizados, arrancados do meio social originário e convertidos à força em indivíduos dessocializados”.

De um ponto de vista linguageiro, de acordo com Volochinov (2013, p. 167):

Quando o indivíduo se alheia da realidade social objetiva, quando desaparece o sistema habitual de valoração e de pontos de vista, na consciência devastada não resta nada que possa converter-se numa expressão reconhecida e autorizada de um comportamento social produtivo e ideologicamente justificado. O mundo das novas palavras [...], junto com a nova realidade social objetiva, ficou fora do umbral da consciência, não entrou no horizonte do homem, não se tornou para ele “algo próprio”. As velhas palavras perderam sua correspondência com a realidade objetiva, deixaram de ser seus signos, seus símbolos; e o indivíduo ficou só com seus confusos estados de ânimo e essas sensações, em grande parte já *fora das possibilidades* de sua expressão linguística e social.

Em outro texto, Volochinov<sup>206</sup> mostra que mesmo os discursos mais íntimos dos seres humanos são inteiramente dialógicos, “atravessados pelas avaliações de um ouvinte virtual, de um auditório potencial, mesmo se a representação de tal auditório não aparece de forma clara no espírito do locutor”. Nos parece que o que aconteceu aos milhões de africanos escravizados, em uma terra desconhecida, submetidos ao trabalho duro e alienado, se enquadra na descrição que esse autor faz do caso em que a individualidade perdeu seu ouvinte interior e há uma dissolução, no interior da consciência, de todo ponto de vista sólido e estável anterior.

---

<sup>206</sup> *Estrutura do enunciado*, 1930. Disponível em: < <http://juniortannus.blogspot.com.br/2015/05/estrutura-do-enunciado-v-n-voloshinov.html> >. Acesso em: fev. 2018.

O sujeito não possui mais referências e sua conduta social não é senão o efeito de impulsos e de tendências absolutamente contingentes, irresponsáveis e arbitrarias. Assiste-se, assim, a um fenômeno de cisão de natureza ideológica, da individualidade com o seu meio social; este é o resultado habitual de uma “des-classificação” do indivíduo. Em certas condições sociais particularmente desfavoráveis, quando a individualidade é, desta forma arrancada do meio social que a nutriu, isto pode a médio ou longo prazo conduzir a uma desagregação total da consciência, à loucura ou à idiotia<sup>207</sup>.

Outros aspectos inerentes ao modo de produção escravista colonial, suscetíveis, a nosso ver, de ter determinado as práticas languageiras dos escravizados, foram, em primeiro lugar, o fato de os cativos provirem, comumente, de regiões diversas da África, por determinação explícita dos escravizadores. Entre esses aspectos, há também a baixa expectativa de vida tendencial média dos trabalhadores escravizados (a dos homens livres já era baixa), amplamente comprovada pela historiografia. É preciso citar também o fato de os cativos e cativas não terem modos de constituir sistematicamente famílias estáveis, elemento que alguns historiadores relativizam, uma vez que a escravidão *limitou* – e não impediu – o contato, também sexual e afetivo, entre os escravizados. Para Maestri<sup>208</sup>, eram comuns as ditas “famílias monoparentais” constituídas pela mãe e seus filhos. Para ele, haveria também casais de cativos, tanto nas cidades como no campo, ainda que não constituíssem a normalidade. Em certas regiões, sobretudo após 1850, os escravizadores teriam apoiado a formação de casais entre suas escravarias. No RS, ao menos no século XIX, a população escravizada reproduziu-se vegetativamente. Mesmo assim, as crianças nascidas na escravidão pertenciam aos senhores e podiam ser vendidas quando atingissem a idade de poder trabalhar.

No modo de produção escravista colonial, a taxa de homens era superior à de mulheres, a mortalidade infantil ficava na faixa de 60% e os proprietários, em forma geral, se despreocupavam, como vimos, com a reprodução vegetativa dos seus cativos, preferindo recorrer ao tráfico transatlântico. Nessas condições, os cativos e as cativas que ainda falassem línguas africanas ou que praticassem formas crioulizantes raramente podiam passá-las para seus filhos, condição para que essas formações languageiras se perpetrassem. Como vimos (3.3), nem mesmo línguas crioulas conseguiram se consolidar nestas duras condições, peculiares da escravidão brasileira.

---

<sup>207</sup> Ibid.

<sup>208</sup> MAESTRI, Mário. *Servidão negra: trabalho e resistência no Brasil escravista*. 1. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. v. 1. 152p.

### 3.5.1 O trabalho escravizado e as práticas languageiras

Não podemos esquecer que os cativos africanos foram trazidos ao Brasil única e exclusivamente para trabalhar. Portanto, foi a esfera do trabalho que dominou e organizou, tendencialmente, a vida das trabalhadoras e dos trabalhadores escravizados. No mundo do trabalho, em geral, até mesmo nos dias atuais, em maior ou menor grau, as comunicações verbais tendem a ser regidas por regras mais ou menos rígidas. No caso do trabalho escravizado, havia, na maioria dos casos, uma forte coerção, inclusive física, para aumentar a produtividade e reduzir ao mínimo a comunicação durante o trabalho, aspectos que podiam variar em função das diversas formas de escravidão e épocas. Nos faltam, porém, estudos monográficos resolutivos sobre essa realidade.

Na plantagem escravista, que, segundo Gorender<sup>209</sup> foi “a forma de organização *dominante* no escravismo colonial”, os cativos executavam tarefas organizados em equipes, que obedeciam “ao comando do plantador ou de seu feitor-mor”<sup>210</sup>. Nesse tipo de produção, havia uma “*direção unificada*”, uma “*disciplina rigorosa*” e uma “*integração de todas as tarefas*” e “a iniciativa autônoma do agente direto do trabalho era nula” (grifos do autor). Em tais condições, é lícito pensar que os trabalhadores escravizados tivessem poucas oportunidades de se comunicar com seus parceiros de trabalho, tendo apenas que aprender o nome e o funcionamento mínimo dos instrumentos de trabalho e compreender as ordens dos capatazes, que podiam ser dadas em línguas gerais africanas, crioulos ou em variedades de português, em função da época e do lugar. É importante lembrar que

A plantagem escravista distingue-se radicalmente [...] da forma de organização típica do feudalismo. Nesta, as pequenas explorações familiares tributárias, possuidoras de meios de produção, autônomas e estáveis, constituem a base do sistema. [...] De todo diversa é a organização do trabalho e da produção na plantagem escravista. De nenhuma autonomia dispõem os trabalhadores, o tempo todo a serviço do proprietário deles, trabalhadores, e dos meios de produção<sup>211</sup>.

Além disso, na plantagem escravista do Brasil, o beneficiamento dos produtos agrícolas requeria “instalações e instrumentos especiais e todo um ciclo complexo de operações mais ou menos trabalhoso e prolongado”<sup>212</sup>. Nesse tipo de estabelecimento, “a regra geral para os escravos consistia na *intercambialidade* de funções. De acordo com as exigências momentâneas do estabelecimento, o mesmo escravo estaria empenhado nas tarefas agrícolas, no

<sup>209</sup> GORENDER, 1980, p. 88-89.

<sup>210</sup> Ibid., p. 90.

<sup>211</sup> Ibid., p. 90-91.

<sup>212</sup> Ibid., 91.



beneficiamento, no transporte ou em qualquer outro setor carente de trabalho de baixa qualificação”<sup>213</sup> (grifos do autor). Nesse tipo de produção, do ponto de vista linguageiro, as possibilidades de os cativos manterem intercâmbios verbais, no contexto do longo processo produtivo, eram também fortemente limitadas não apenas pela presença de capatazes como também por uma necessidade mínima de atenção na realização de certas tarefas – como a moagem da cana, por exemplo – que costumavam provocar acidentes graves. Por outro lado, a intercambialidade do trabalhador escravizado nesse tipo de produção não permitia que ele tivesse uma relação mais íntima e um conhecimento mais aprofundado das etapas e dos instrumentos de produção, reduzindo as possibilidades de ele adquirir um vocabulário mais amplo.

É claro que é necessário relativizar essas afirmações em função de inúmeros fatores: a região, a época, o setor de atividade, etc. Por exemplo, Jacob Gorender faz notar que, contrariamente ao que se pensa, havia muitos trabalhadores escravizados no trabalho produtivo da pecuária, de norte a sul do Brasil. Em quase todas as fazendas, os cativos trabalhavam ao lado de uma população livre, eventualmente mulata, mestiça e de “pretos forros, raça de que abundam os sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará”<sup>214</sup>. O francês Saint-Hilaire (*apud* GORENDER, 1980, p. 419) ao viajar pela bacia mineira do Rio Grande, assinalava que enquanto “no sertão oriental do São Francisco os vaqueiros são homens livres, que vivem geralmente longe dos olhos dos patrões, ali o cuidado dos animais é normalmente confiado a escravos”. É pertinente supor que, nas condições particulares de trabalho em fazendas pastoris, mesmo levando em conta o isolamento tendencial desse tipo de trabalho, o cativo tenha tido maiores possibilidades e oportunidades de se comunicar e de adquirir, em função das regiões e do número e tipo de pessoas que viviam na fazenda, formas populares de português, línguas gerais africanas, crioulos, etc<sup>215</sup>.

Ao contrário, na mineração, que ocupou uma posição dominante no Brasil durante do século XVIII, a condição de vida e de trabalho dos cativos foi infinitamente mais dura. Para Gorender<sup>216</sup> com “a ressalva que merecem tais comparações, pode-se afirmar que o regime de vida do escravo na mineração não foi melhor do que nas plantagens de cana ou de café. Sob

---

<sup>213</sup> Ibid., p. 95.

<sup>214</sup> Ibid., p. 416.

<sup>215</sup> MAESTRI, Mário; BRAZIL, M. C. (Org.) . Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil, vol. 1. 1. ed. Passo fundo: UPF Editora, 2009. v. 1. 320p ; MAESTRI, Mário; LIMA, S. O. (Org.) . Peões, vaqueiros & Cativos Campeiros: Estudos sobre a Economia Pastoril no Brasil, volume 2. Passo Fundo: Passo Fundo, 2010. v. 2.; MAESTRI, Mário; QUEVEDO, J. (Org.) ; ESSELIN, P. M. (Org.) . Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil, v. 3. 1. ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2010. v. 3. 203p .

<sup>216</sup> GORENDER, op. cit., p. 442.

alguns aspectos, foi indiscutivelmente pior. Em especial, no referente às condições de trabalho”. Na mineração, o trabalho, também coletivo, era realizado a maior parte do tempo horas a fio dentro da água, a temperaturas muito baixas, sob comando unificado e vigilância de feitores, provocando muitas doenças e diminuindo mais ainda a expectativa de vida útil. A alimentação era também muito insuficiente, o que é demonstrado “pelo fato de que os negros consumissem grande parte dos furtos [de ouro e diamantes] na compra de alimentos”<sup>217</sup>. (Idem, 481)

Mesmo assim, muitos indícios nos permitem pensar que, no conjunto, o período da mineração pode ter proporcionado relevantes dinâmicas linguístico-linguageiras. A descoberta do ouro e a economia mineradora exerceu uma forte atração “sobre as baixas camadas da sociedade da metrópole e também da colônia”<sup>218</sup> que viam nela perspectivas de enriquecimento. Segundo Gorender, a “Coroa interessou-se em garantir oportunidades à gente mais pobre”, assegurando, no entanto, o mínimo de duas braças e meia a quem possuísse ao menos um escravo”<sup>219</sup>. Podemos aferir que os cativos desse tipo de imigrantes portugueses de modesta condição social, tinham mais possibilidades de interação social com seus donos, o que facilitaria inclusive a aprendizagem de variedades de português continental”.

A mineração provocou uma importante transferência de trabalhadores escravizados de várias capitanias às Minas Gerais. E, especialmente, naquele período, houve uma forte intensificação do tráfico e uma maciça importação de africanos para suprir os braços que faltavam, já que os “escravos eram necessários não só aos trabalhos de extração do ouro, mas também ao transporte de cargas”<sup>220</sup>. Sobretudo, em relação à plantagem colonial, a mineração foi uma forma de produção escravista que ensejou fortes concentrações populacionais e urbanas. Ou seja, de um ponto de vista linguístico e linguageiro, o fato mais interessante da mineração é que induziu uma concentração de mão de obra servil de dimensões até então desconhecidas no Brasil, colocando em contato uma grande quantidade de locutores de línguas africanas afins. Esse fato pode justificar a necessidade sentida por Antonio da Costa Peixoto de redigir a *Obra nova de língua geral de mina*, documento que, como vimos, registrou um falar corrente àquela época entre a escravaria local e que, segundo Yeda Pessoa de Castro, teria sido “escrito como mais um instrumento de opressão, pois Costa Peixoto confessa que seu objetivo era fornecer aos senhores dos garimpos meios de entender aquele falar para coibir revoltas, roubos, assassinatos, contrabandos, fugas etc”<sup>221</sup>.

---

<sup>217</sup> Ibid.

<sup>218</sup> Ibid., p. 431.

<sup>219</sup> Ibid.

<sup>220</sup> Ibid., p. 438.

<sup>221</sup> PESSOA DE CASTRO, 2009, p. 176.

### 3.5.2 *Senhores, ladinos, boçais e mães-pretas*

O componente hierárquico das relações sociais, a separação da sociedade em classes bem determinadas, com forte tensão entre escravizados e escravizadores, teve peso extremamente importante no processo de interação verbal dos falantes. É importante destacar que, em geral, o próprio contato direto entre escravizados e escravizadores, mesmo privilegiado, realizado na casa-grande, não significava um intercâmbio linguístico padrão. Isto é, os proprietários dirigiam-se aos cativos para dar ordem, em linguagem simplificada, procurando manter, mesmo na interlocução, a separação social que mediava explorados e exploradores.

Pessoa de Castro<sup>222</sup> atenta para o “processo de socialização linguística exercido pelos negros ladinos junto à escravaria”. Diferente dos boçais, que não tinham nenhuma proficiência na língua portuguesa, os ladinos eram os que sabiam se comunicar melhor nessa língua, já que, segundo a autora, “logo cedo aprendiam a falar rudimentos de português e podiam participar de duas comunidades sócio-linguisticamente diferenciadas: a casa-grande e a senzala, para tomar o binômio consagrado pela obra do mesmo nome de Gilberto Freyre”. Esses indivíduos “atuavam como uma espécie de leva-e-traz, o que deu motivo ao ditado popular ‘diante de ladino, melhor ficar calado’”<sup>223</sup>, já que estes “podiam falar a um número maior de ouvintes, e influenciá-los, resultando daí por adaptarem uma língua a outra e estimularem a difusão de certos fenômenos lingüísticos entre os não bilíngües, no caso, o ‘escravo novo’ e o chamado ‘escravo boçal’”, que não falava português. Os ladinos eram preferidos para os trabalhos domésticos na casa-grande, e nas senzalas, ficavam com o poder de disciplinar e comandar, o que também se reproduzia nas plantações e engenhos, na posição de capitães-do-mato e guardas pessoais de seus donos<sup>224</sup>.

Segundo Lucchesi (2009, p. 47) nas grandes propriedades rurais, os escravizados domésticos que possuíam uma maior proficiência na língua portuguesa, certamente influenciavam a língua de seus senhores, principalmente as chamadas amas de leite, que participavam ativamente da criação dos filhos dos senhores, “impregnando-lhes a língua com as marcas de sua aquisição”. É interessante perceber o papel que essas amas-de-leite tinham na aquisição do português pelos filhos dos senhores brasileiros. Segundo Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*:

---

<sup>222</sup> Idem, 2005, p. 4.

<sup>223</sup> Ibid., p. 5.

<sup>224</sup> Ibid.

As histórias portuguesas sofreram no Brasil consideráveis modificações na boca das negras velhas ou amas-de-leite. Foram as negras que se tornaram entre nós as grandes contadoras de histórias. Os africanos, lembra A. B. Ellis, possuem os seus *contistas*. “Alguns indivíduos fazem profissão de contar histórias e andam de lugar em lugar recitando contos.” Há o *akpalô* fazedor de *alô* ou conto; e há o *arokin*, que é o narrador das crônicas do passado. O *akpalô* é uma instituição africana que floresceu no Brasil na pessoa de negras velhas que só faziam contar histórias. Negras que andavam de engenho em engenho contando histórias às outras pretas, amas dos meninos brancos. José Lins do Rego, no seu *Menino de engenho*, fala das velhas estranhas que apareciam pelos bangüês da Paraíba: contavam histórias e iam-se embora. Viviam disso. Exatamente a função e o gênero de vida do *akpalô*. Por intermédio dessas negras velhas e das amas de menino, histórias africanas, principalmente de bichos - bichos confraternizando com as pessoas, falando como gente, casando-se, banquetecendo-se - acrescentaram-se às portuguesas, de Trancoso, contadas aos netinhos pelos avós coloniais - quase todas histórias de madrastras, de príncipes, gigantes, princesas, pequenos-polegares, mouras-encantadas, mouras-tortas (FREIRE, 2003 [1990-1997], p. 413-414).

De acordo com Pessoa de Castro<sup>225</sup> “a mulher negra, na função de ‘mãe-preta’, teve oportunidade de interagir e exercer sua influência naquele ambiente doméstico e conservador, incorporando-se à vida cotidiana do colonizador, fazendo parte de situações realmente vividas” e “interferindo no comportamento da criança através de seu processo de socialização lingüística e de determinados mecanismos de natureza psicossocial e dinâmica”. Uma relação que, mais comumente, se interrompia, não raro totalmente, quando a criança se transformava em adulto.

---

<sup>225</sup> Ibid.



Figura 13: Ama-de-leite Mônica.  
Fonte: João Ferreira Villela, 1860<sup>226</sup>.

A condição da “mãe-preta”, mulher negra, “lhe permitiu interferir no comportamento da criança através de seu processo de socialização lingüística e de mecanismos de natureza psicossocial e dinâmicos”, entre esses mecanismos, “os elementos de sua alimentação usual e

---

<sup>226</sup> Disponível em: < [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jo%C3%A3o\\_Ferreira\\_Villela\\_com\\_a\\_Ama-de-Leite\\_M%C3%B4nica,\\_1860.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jo%C3%A3o_Ferreira_Villela_com_a_Ama-de-Leite_M%C3%B4nica,_1860.jpg)>. Acesso em: fev. 2018.

componentes de seu universo simbólico e emocional que ela introduziu em contos populares e cantigas de ninar, tais como, seres fantasmagóricos, expressões de afeto e de repúdio, crenças e superstições”, tudo isso, não apenas em relação à criança branca<sup>227</sup>. De acordo com a supracitada autora, “a exploração sexual da mulher negra, de preferência mucamas e ‘crias-da-casa’, logo cedo resultou no processo de miscigenação crescente que ainda prevalece no Brasil”<sup>228</sup>.

Os escravizados não frequentavam escolas, extremamente raras até mesmo no século XIX, por razões óbvias e não devido a qualquer legislação. Eles “eram analfabetos e, assim, com raras exceções, não deixaram um registro escrito de suas experiências e reações à sua condição. Como resultado disto, a maior parte daquilo que podemos conhecer sobre suas vidas tem forçosamente de vir de relatos e impressões deixadas por pessoas que não eram escravas”. (CONRAD, 1975, p. 18).

### 3.5.3 Fuga e aquilombamento

Como vimos no capítulo 2, os trabalhadores escravizados que resistiram à sua condição de cativos o fizeram trabalhando o menos possível, sabotando os instrumentos, fugindo, aquilombando-se, organizando rebeliões, etc. A fuga do escravizado e sua concentração em quilombos provavelmente teve consequências linguístico-linguageiras importantes, em primeiro lugar, pelo fato que a comunicação não era mais objeto de controle e repressão. De acordo com Margarida Petter<sup>229</sup> “a existência de comunidades rurais compostas majoritariamente por negros remete-nos inevitavelmente aos quilombos do passado, cuja sobrevivência poderiam estar testemunhando”. O que é certo e comprovado para alguns casos. Segundo a autora, “o trabalho arqueológico em Palmares, embora ainda em fase inicial, demonstra que, a partir da cerâmica, pode-se supor que ali conviviam pessoas de diversas origens étnicas e culturais”<sup>230</sup>.

Os nomes dos diversos mocambos da República de Palmares possuem etimologia africana, tupi e portuguesa. De acordo com Funari, "este caráter multiétnico deriva, em parte, da situação histórica e estratégica de Palmares. Os quilombos estabeleceram-se em uma região circundada por nativos, a oeste, por moradores e fazendeiros, na costa e, entre 1630 e 1654, por holandeses a nordeste" (1995-96, p. 11-12). Considerando a direção do tráfico atlântico na época, na falta de dados mais diretos, supõe-se que o quilombo de Palmares recebeu grupos originários do Centro-

<sup>227</sup> Idem, 1995 p. 33.

<sup>228</sup> Ibid.

<sup>229</sup> PETTER, 2005, p. 197.

<sup>230</sup> Ibid.

Sul da África, falantes das línguas quicongo, quimbundo e umbundo e outros da região Congo-Angola<sup>231</sup>.

Levando-se em consideração as origens dos que integravam os quilombos, pode-se imaginar que nestes espaços era comum que existisse mais de uma língua em contato, culminando em “uma situação de multilingüismo - tendo em vista a diversidade étnica de seus habitantes – em que uma língua poderia funcionar como veicular, o português ou uma língua africana, coexistindo ao lado de outras que dispunham de um maior número de locutores” e, dentre as línguas faladas em Palmares, estariam as de “grupo: quimbundo, quicongo e umbundo, sobretudo”<sup>232</sup>.

Todas essas afirmações sobre Palmares devem ser relativizadas e esperam trabalhos monográficos mais precisos, com destaque para os eventuais falares palmarinos. Palmares era uma confederação de quilombos e tudo leva a crer que as diversas aldeias que a formavam eram independentes para tudo, à exceção da defesa a partir de uma certa época, e não entretinham laços regulares. As realidades languageiras certamente variavam entre os diversos quilombos e nas décadas em que subsistiram<sup>233</sup>.

Segundo alguns linguistas, ainda existem comunidades que mantêm vestígios das línguas faladas nos quilombos históricos. Margarida Petter intitula essas línguas “línguas especiais”, que teriam duas funções: “*ritual*: nos cultos religiosos ditos ‘afro-brasileiros’ e *demarcação social*: como língua ‘secreta’, utilizada em comunidades negras rurais constituídas por descendentes de antigos escravos, como Cafundó e Tabatinga”<sup>234</sup> (grifo da autora). Muitas dessas comunidades isoladas mantiveram até poucas décadas resquícios de línguas veiculares fortemente determinadas pelo passado escravista, lamentavelmente em grande parte perdidas.

---

<sup>231</sup> Ibid., p. 197-198.

<sup>232</sup> Ibid.

<sup>233</sup> MAESTRI, Mário; PONGE, R. (Org.) . Benjamin Péret. O Quilombo dos Palmares. 1. ed. Porto Alegre: EdiUFRGS, 2002. v. 1.

<sup>234</sup> PETTER, 2005, p. 194.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande objetivo do nosso trabalho foi contribuir para uma discussão mais ampla sobre o caráter fundamental do modo de produção escravista para a sócio-história do português falado no Brasil. Para que se compreendesse de que maneira se deu a formação linguística brasileira, era necessário ambientar o contexto histórico no qual as modificações linguísticas ocorreram, e levar em consideração de que maneira o modo de produção escravista moldou as práticas linguageiras dos trabalhadores escravizados e da sociedade como um todo.

Considerando que as forças que determinam as origens e o desenvolvimento da linguagem são a organização do trabalho em sociedade e a luta de classes e, acreditando que o mundo das ideias é reflexo das relações sociais e de produção, procuramos ao longo deste trabalho demonstrar de que maneira se davam as dinâmicas linguísticas dos trabalhadores escravizados e libertos, demonstrando também como essas dinâmicas moldaram toda a história sociolinguística do português brasileiro. O tráfico negreiro, as condições de vida dos escravizados, os ciclos de produção que sustentaram a economia escravista, as esferas de trabalho nas quais se inseriram os cativos, suas vidas privadas, bem como sua resistência ao cativeiro, foram fatores que, ao nosso ver, influenciaram nas dinâmicas linguageiras da sociedade como um todo.

A separação da sociedade em classes bem determinadas foi fundamental no processo de interação verbal dos falantes. A comunicação dos escravizados era limitada de acordo com sua esferas de trabalho, bem como de acordo com suas possibilidades de se inserirem em sociedade. Esses fatores definiram a aprendizagem que essas pessoas, de origem africana ou escravizados nascidos no Brasil, tinham da língua portuguesa. Se os escravizados desempenhavam suas funções nas cidades, onde eram mais sociáveis e/ou na casa-grande, seu contato com os senhores, falantes da língua portuguesa, era mais próximo, o que acabava se refletindo na aprendizagem/aquisição desta língua. Se trabalhavam no meio rural, nas plantações e nas minas, seus repertórios linguísticos eram mais estreitos e portanto, eles tinham maior dificuldade de aquisição/aprendizagem da língua portuguesa.

Tendo esse pensamento estabelecido, ressaltamos que, sobretudo, o português que falamos hoje, com suas variantes em relação ao português europeu, com suas variantes regionais no Brasil, com suas variantes sociais em cada região do país, se deve não às línguas africanas, mas ao aprendizado difícil do português por parte de cativos, libertos, negros,



mestiços etc; que, não raro, eram a maioria da população, e que difundiram e influenciaram as classes dominantes com seu português aprendido em situações adversas, impossibilitados que eram de frequentar escolas ou mesmo de poder se concentrar em desenvolver melhor sua linguagem. Foi esse o português que se consolidou como português popular brasileiro, apesar do esforço pela unificação linguística feita anteriormente e ainda presente no Brasil.

Para além dessas considerações, procuramos também demonstrar que é possível fazer um estudo sociolinguístico sem que se tenha o discurso dos falantes em sua oralidade, se utilizando unicamente de fontes escritas, seja por meios de documentos, da literatura, da história, deixando claro o caráter interdisciplinar deste trabalho. Ademais, faz-se importante colocar em evidência a inter-relação entre os sistemas linguísticos e as formações sociais, sem tratar da língua como objeto abstrato, estrutural, separada do meio social, mas frisando que não se pode separar uma coisa da outra, já que é no meio social que os fenômenos linguísticos acontecem.

Os estudos que tratam de línguas africanas no Brasil da colonização são escassos, e os intelectuais da época, que poderiam ter contribuído para o enriquecimento da história linguística do Brasil, quando ainda existiam vestígios das línguas africanas puras nessas terras, não o fizeram. Os únicos registros de línguas africanas documentados na época da escravidão foram a gramática quimbundo e o dialeto da mina, o que deixa evidente que as línguas africanas eram essencialmente orais. Como não podiam frequentar escolas, muito provavelmente os escravizados não escreveram nem documentaram suas línguas. Assim, acreditamos que a maneira de se encontrar a representação da fala dos escravizados pode se dar através das canções de trabalho, dos ritos religiosos, em lendas e memórias orais de descendentes que viveram na época da escravidão, na literatura e documentos da época. Infelizmente, o tempo não nos permitiu estender nossas investigações em busca da representação da voz dos escravizados, proposta que deixaremos em aberto para futuros trabalhos.

Os africanos e seus descendentes trabalharam em todos os setores da sociedade escravista, sustentando toda a economia e a sociedade colonial e imperial, contribuindo para que se moldasse, além da linguagem, também a ideologia brasileira que carregamos nos dias de hoje. Apesar de desempenhar o papel mais importante na sociedade da época, o homem negro teve e ainda tem sua história e importância negadas. O escravizado era tratado como animal ou ferramenta de trabalho e, sua importância para a história do Brasil como um todo foi abafada pelos documentos, relatos históricos e literatura da época, como que numa tentativa de se apagar a brutalidade daqueles séculos, quando o africano, arrancado de sua terra natal para ser

explorado e trabalhar até a morte, era a força motriz de tudo o que existia nas terras que hoje chamamos Brasil.

Apesar de decretado o fim da escravidão, nada foi feito para que o ex-escravizado se inserisse na sociedade e tivesse as mínimas condições para levar uma vida digna. Recentemente uma escola de Porto Alegre lançou o dia do “E se nada der certo” e dentre as profissões escolhidas pelos alunos, estavam a de empregada doméstica, gari, ambulante, etc.; profissões discriminadas desde sempre, e desempenhadas pelos setores menos abastados da nossa sociedade. Foram essas as profissões que sobraram para os afrodescendentes, profissões estigmatizadas e na visão destes alunos, e acredito que infelizmente, na visão da maioria da população, consideradas como pouco dignas ou inferiores.

Ainda há muito caminho para que se faça ouvir a real história do Brasil, a importância que tiveram os africanos e seus descendentes, escravizados, para a construção do país como um todo, bem como de que maneira a instituição escravagista foi fundamental para moldar a sociedade, em caráter econômico, social, ideológico, linguístico-linguageiro, nos quais estamos inseridos. Fica aqui uma pequena contribuição sobre a escravidão e a tentativa, de caráter exploratório, de se fazer uma reconstrução da sócio-história do português brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **Os africanos e as falas africanas no Brasil**. In GALVES, Charlotte, GARMES, Helder e RIBEIRO, Fernanda Rosa, "África-Brasil: caminhos da língua portuguesa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 15-26.

AUROUX, Sylvain, ORLANDI, Eni Puccinelli. Introduction. In: AUROUX, Sylvain., ORLANDI, Eni Puccinelli. MAZIERE, Francine. (orgs). **L'hyperlangue brésilienne**. LANGAGES n° 130, junho 1998, pp. 68-83.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7° ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

BLANCHET, Philippe. Contacts, continuum, hétérogénéité, polynomie, organisation «chaotique», pratiques sociales, interventions ... quels modèles ? : pour une (socio)linguistique de la «complexité» , **Cahiers de sociolinguistique** 2003/1 (n° 8), p. 279308.

BONVINI, Emilio. Lusotropicalisme et langues africaines au Brésil. **Lusotopie**, p. 285295, 1997.

BONVINI, Emilio. PETTER, Margarida Taddoni. Portugais du Brésil et langues africaines. In: AUROUX, Sylvain., ORLANDI, Eni Puccinelli. MAZIERE, Francine. (orgs). **L'hyperlangue brésilienne**. LANGAGES n° 130, junho 1998, pp. 68-83.

BONVINI, Emilio. **Línguas africanas e português falado no Brasil**. In: FIORIN, José Luiz (Org.); PETTER, Margarida (Org.): África no Brasil: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

BORGES, Luiz Carlos; HORTA NUNES, José. La langue générale et la grammatisation des langues indiennes. In: **Langages**. 32e année, n°130, p. 52-67, 1998.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BOUTET, Josiane. Contacts de langues et problème de la délimitation des langues. In: **Langage et société**, n°41, Contacts de langues : quels modèles. p. 21-22, 1987.

BOUTET, Josiane. Pratiques langagières; formation langagière. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU D. **Dictionnaire d'analyse du discours**, Paris, Seuil.

BRANCA-ROSOFF, Sonia. Sociolinguistique historique et analyse du discours du côté de l'histoire: un chantier commun?, **Langage et société**, n° 121-122, p. 163-176, 2007.

CAMBOM, Emmanuelle ; LÉGLISE, Isabelle. Pratiques langagières et registres discursifs: interrogation de deux cadres en sociologie du langage. **Langage et société**, n° 124, p. 15-38, 2008.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

CANUT, Cécile. Pour une nouvelle approche des pratiques langagières. **Cahiers d'études africaines**, p. 163-164, 2001.

CARBONI, Florence. Vozes do silêncio. **Organon**. Porto Alegre, n° 47, jul./dez., p.851 27, 2009.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mario. A linguagem escravizada: língua, história e poder. **REA**, ano 2, n° 22, mar. 2003.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **Signo e luta de classes: por uma epistemologia da representação no Brasil escravista**. In FONSECA, Rodrigo Oliveira. A Conjuração Baiana e os desafios da igualdade no Brasil: História e discurso. Salvador: Pedro e João, 2016.

CARBONI, Florence; PORTO, Débora Luciene; BARILI, Camila; MELEU, Suélen Martins. O plurilinguismo na história do Brasil: considerações exploratórias. **Organon**. Porto Alegre, n° 62, jan/jul, p.149-167, 2017.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1975.

CONRAD, Robert. **Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

CONSEIL DE L'EUROPE, **Cadre Européen Commun de Référence pour les langues: apprendre, enseigner, évaluer**, Paris, Didier, 2001.

COUTO, Jorge. O Brasil Pombalino. **Revista Camões**, n° 15/16, pp. 53-74, 2003. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/revistas-e-periodicos/revista-camoes/revista-no15-16-marques-de-pombal.html>>. Acesso em: dez. 2017.

ELIA, Sílvio. **A unidade lingüística do Brasil: Condicionamentos geoeconômicos**. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

FRANCHI, E. **E as crianças eram difíceis... A redação na escola.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48° ed. São Paulo: Global, 2003[1900-1967].

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial.** 3° ed. São Paulo: Ática, 1980.

GUY, Gregory. **Linguistic Variation in Brazilian Portuguese:** Aspects of Phonology, Syntax and Language History. Ph D. Dissertation. University of Pennsylvania. Ann Arbor: University Microfilms International, 1981.

GUY, Gregory. **On the Nature and Origins of Popular Brazilian Portuguese. Estudios sobre Español de América y Lingüística Afroamericana.** Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, p. 227-245, 1989.

HOLM, John. **Creole Influence on Popular Brazilian Portuguese.** In: GILBERT, G. (ed.). *Pidgin and Creole Languages.* Honolulu: University of Hawaii Press, p. 406-429, 1987.

HOLM, John. **Popular Brazilian Portuguese: a Semi-Creole.** In: D'ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain (eds.). *Actas do Coloquio sobre "Crioulos de base lexical portuguesa"*. Lisboa: Edições Colibri, p. 37-66, 1992.

HOUAISS, Antônio. **O Português no Brasil:** pequena enciclopédia da cultura brasileira. Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.

LUCCHESI, Dante. **Africanos, crioulos e a língua portuguesa.** In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional.* Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. p.151-180.

LUCCHESI, Dante. **História do contato entre línguas no Brasil.** In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). *O português afro-brasileiro.* Salvador: EDUFBA, pp. 101-024, 2009.

MACEDO, José Rivair. **História da África.** São Paulo: Contexto, 2013.

MAESTRI, Mário. **O escravismo no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 1994.

MAESTRI, Mario. **História da África negra pré-colonial.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 2008.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Edição Rivendo Castigat Mores (Versão para pdf e E-book), fev., 2005 [1848].

MELLO, Arnon de. **Portugal e as colônias da África**. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1974.

MENDONÇA, Renato. **O português do Brasil: origens, evolução, tendências**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1936.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil** / Renato Mendonça, apresentação de Alberto da Costa e Silva, prefácio de Yeda Pessoa de Castro. — Brasília : FUNAG, 2012 [1933].

MOFFET, Jean-Denis; DEMALSY, Annick. **Les compétences et la maîtrise du français au collégial: étude descriptive**. Disponível em: <[http://www.cegep-imouski.qc.ca/sites/default/files/les\\_compетенces\\_et\\_la\\_maitrise\\_du\\_francais\\_au\\_collegial\\_e\\_tude\\_descriptive.pdf](http://www.cegep-imouski.qc.ca/sites/default/files/les_compетенces_et_la_maitrise_du_francais_au_collegial_e_tude_descriptive.pdf)>. Acesso em: dez. 2017.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli; GUIMARÃES, Eduardo. La formation d'un espace de production linguistique. La Grammaire au Brésil. In: **Langages**, 32e année, n°130, p. 827, 1998.

PASAMAR, Concepción Martínez. El desarrollo de la competencia sociolingüística y cultural a través de la publicidad audiovisual. **Actas del XVI Congreso Internacional de Ásele**, 2005.

PEIXOTO DE BRITO. **Considerações geraes sobre a emancipação dos escravos no Imperio do Brazil e indicação dos meios para realisa-la**. Lisboa, 1870.

PEREIRA, Dulce. **Crioulos de base portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho. 2007.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. Dimensão dos Aportes Africanos no Brasil. **Afro-Asia (UFBA)**, Salvador, v. 16, p. 24-35, 1995.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. **Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos**. In: MELLO, Linalda de Arruda (org.). Sociedade, cultura e língua: Ensaios de sócio e etnolingüística. João Pessoa: Shorin, 1990. p. 91-113.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. **O português do Brasil, uma intromissão nessa história**. In: GALVES, Charlotte, GARMES, Helder e RIBEIRO, Fernanda Rosa, "África-Brasil: caminhos da língua portuguesa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 175-183.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas africanas no Brasil. **Gragoatá**, n. 19, p. 193-217, 2. sem. 2005.

RAIMUNDO, Jacques. **O elemento afro-negro na língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Renascença, 1933.

RODRIGUES, José Honório. **A rebeldia negra e a abolição**. In: História e historiografia. Petrópolis, 1970.

RODRIGUES, Aryon D. As línguas gerais Sul-Americanas. **PAPIA**, p. 6-18, 1996.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010 [1932]. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: fev. 2016.

RUEST, Colette. **Vous avez dit compétences langagières?** Définitions de concepts et de notions autour des compétences langagières. Disponível em: <[http://www.lareussite.info/wp-content/uploads/2017/03/2013\\_04\\_cruest\\_definitions-concepts-notions-competences-langagieres.pdf](http://www.lareussite.info/wp-content/uploads/2017/03/2013_04_cruest_definitions-concepts-notions-competences-langagieres.pdf)>. Acesso em: dez. 2017.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Sobre as origens estruturais do português brasileiro: criouliização ou mudança natural?. **Papia**, Brasília, v. 11, p. 41-50, 2001.

SILVA NETO, Serafim. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e da Cultura, 1963.

SILVA, Rosa Virginia Mattos e. **Um ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

UNESCO. **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII** / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília : UNESCO, 2010

VOLOCHINOV; Valentin Nikolaevich. **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Paulo: Pedro & João editores, 2013.

## **PUBLICAÇÕES ACERCA DA ESCRAVIDÃO**

### *Descrições linguísticas, gramáticas e dicionários*

- 1697 – Arte da língua de Angola, Pedro Dias.
- 1741 – Obra nova de língua geral de mina, Antonio da Costa Peixoto.
- 1880 – História da literatura Brasileira, Silvio Romero.
- 1880 – Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro, Antônio Joaquim de Macedo Soares.
- 1880 – Sobre as palavras africanas introduzidas no português do Brasil, Macedo Soares.
- 1888 – Dicionário brasileiro da língua portuguesa, Antônio Joaquim de Macedo Soares.
- 1888 – Poesia popular do Brazil, Silvio Romero.
- 1889 – Dicionário de vocábulos brasileiros, Visconde de Beaurepaire-Rohan.
- 1889 – Dicionário gramatical, João Ribeiro.
- 1897 – Cantos populares do Brasil, Silvio Romero.
- 1932 – Os africanos no Brasil, Nina Rodrigues.
- 1933 – Casa-Grande & Senzala, Gilberto Freyre.
- 1933 – O elemento afro-negro na língua portuguesa, Jacques Raimundo.
- 1933 – A língua nacional: notas aproveitáveis, João Ribeiro.
- 1933 – A influência africana no português do Brasil, Renato Mendonça.
- 1936 – Os africanismos do dialeto gaúcho, Dante de Laytano.
- 1936 – Sobrados e Mocambo, Gilberto Freyre.
- 1936 – O português do Brasil (Origens, evolução, tendências), Renato Mendonça.



*Literatura*

- 1874 – A mão e a luva, Machado de Assis.
- 1876 – Helena, Machado de Assis.
- 1888 – A carne, Júlio Ribeiro.
- 1942 – A aculturação negra no Brasil, Arthur Ramos.
- 1951 – O garimpeiro, Bernardo Guimarães.
- 1964 – As minas de prata, José de Alencar.
- 1977 – A luneta mágica, Joaquim Manoel de Macedo.
- 1977 – Motta Coqueiro ou a pena de morte, José do Patrocínio.
- 1977 – Casa de Pensão, Aluísio Azevedo.
- 1981 – O cabeleira, Franklin Távora.
- 1981 – A pata da gazela, José de Alencar.
- 1982 – O tronco do Ipê, José de Alencar.
- 1982 – O Mulato, Aluísio Azevedo.
- 1983 – O bom-crioulo, Adolfo Caminha.
- 1983 – Iaiá Garcia, Machado de Assis.
- 1983 – Ressureição, Machado de Assis.
- 1985 – Cinco minutos: a viuvinha, José de Alencar.
- 1986 – Inocência, Visconde de Taunay.
- 1869 – Navio Negreiro, Castro Alves.
- 1868 – Vozes d'África, Castro Alves.
- 1986 – Senhora, José de Alencar.
- 1987 – O moço loiro, Joaquim Manoel de Macedo.
- 1990 – Memórias de um Sargento de Milícias, Manuel Antônio de Almeida.

1990 – Memórias Póstumas de Brás Cubas, Machado de Assis.

1990 – A escrava Isaura, Bernardo Guimarães.

1990 – A moreninha, Joaquim Manoel de Macedo.

1991 – As vítimas-algozes: quadros da escravidão, Joaquim Manoel de Macedo.

1991 – O cortiço, Aluísio Azevedo.

## **CRONOLOGIA HISTÓRICA DO BRASIL**

1500 – Data da chamada descoberta do Brasil.

1530 – A Coroa Lusitana lança o sistema de capitanias hereditárias. Início das plantações açucareiras.

1532 – São trazidos os primeiros africanos para a escravidão, mas a mão de obra escravizada é formada, sobretudo, por indígenas.

1570 – Com o extermínio dos nativos, africanos são introduzidos nas capitanias açucareiras em grande quantidade.

1600 – A mão de obra escravizada africana supera a indígena.

1694-95 – Descobre-se ouro nas Minas Gerais. Destruição da confederação do Quilombo de Palmares

1755 – Marquês de Pombal proíbe escravização de nativos.

1758 – Marquês de Pombal proíbe o uso da língua de base tupi, tornando obrigatório o uso do português como língua única.

1798 – Conjuração Baiana.

1808 – Vinda da Família Real para o Brasil. As cidades se desenvolvem. Promove-se a vinda de imigrantes europeus para o Brasil, no intuito de criar uma população livre, que trabalhasse para abastecer as cidades em gêneros alimentícios, que fornecesse filhos para as forças armadas, e constituísse um contraponto com a população escravizada (branqueamento da população). Abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional. O Brasil transforma-se na capital do império lusitano, transferia-se para a colônia o centro das decisões antes monopolizadas por Lisboa.

1810 – A partir desta data, Inglaterra negocia uma série de tratados com os governos de Portugal e do Brasil para pôr fim à instituição escravista.

1815 – Brasil foi promovido a Reino Unido ao de Portugal e Algarve, passando as principais capitanias à situação de províncias.

1816 – Como parte da política de modernização da ex-colônia, chegava ao Brasil a missão cultural francesa, com pintores, músicos, artífices, arquitetos.

1817 – Revolução Pernambucana – primeiro grande movimento republicano no Brasil. Almejava independência ou autonomia federativa de Pernambuco, contra o centralismo absoluto do Sudeste. De 1817 à 1820, as exportações de café têm aumento considerável (o café começa a ser cultivado para consumo, no início do séc. XIX).

1820 – Crise da produção açucareira nacional, com posterior desenvolvimento da cafeicultura.

1821 – Chegava ao Rio de Janeiro ordens para que Dom João voltasse ao Reino (Portugal). Temendo que com Dom João em Portugal, o Brasil escapasse das mãos lusitanas, o soberano nomeou Dom Pedro chefe do governo provisório do Brasil.

1822 – Independência do Brasil. Algumas senzalas se agitam; cativos esperam ser libertados.

1826 – Dom Pedro I, sofrendo pressões por parte da Inglaterra precisava que a mão-de-obra africana se mantivesse na África para explorar matérias-primas que suprissem a Revolução Industrial – subscreve uma convenção com o governo inglês que punha fim ao tráfico negreiro em direção ao Brasil, três anos após a ratificação do documento.

1830 – Tratado [23/11/1826] determina fim do tráfico internacional (o tráfico continua ilegal até 1850).

1831 – Governo regencial decreta liberdade dos africanos que entrassem no Brasil. Dom Pedro, diante do fracasso de sua administração autoritária e após ter perdido apoio dos grandes comerciantes e plantadores escravistas, abdica em favor de seu filho – Dom Pedro II.

1833 – Marco inicial da literatura brasileira, com Domingos José Gonçalves de Magalhães, na obra “Carta ao meu amigo C.B. Monteiro”. A partir desta data, são criadas faculdades, institutos históricos, o teatro nacional, etc.

1835 – Conservadores no poder apoiam o prosseguimento do contrabando de africanos para o Brasil. Em janeiro, ocorre a insurreição escrava em Salvador. Data também de movimentos provinciais que chegaram a ameaçar a unidade do país e hegemonia do Sudeste: a Cabanagem, a Balaiada, e a Revolução Farroupilha.

1836 – Nasce o romantismo no Brasil, com a obra do autor Domingos José Gonçalves de Magalhães, “Suspiros Poéticos e Saudades”, aderindo ideais românticos e nacionalistas.

1848 – Revolução Praieira, em Pernambuco, foi o último movimento liberal anticoncentralista ocorrido no Brasil.

1850 – Em setembro, sob pressão inglesa, a Lei Eusébio de Queirós põe fim definitivo ao tráfico negro no Brasil.

1855 – Se iniciam as construções de estradas de ferro.

1860 – As transformações estruturais e a pressão pública internacional determinam o nascimento das primeiras correntes de opinião antiescravista no Brasil – Era do emancipacionismo.

1862-1865 – Questão Christie - Uma série de conflitos entre Brasil e Reino Unido faz com que esses primeiros cortem relações com a Grã-Bretanha. Os países voltam a ser parceiros diplomáticos apenas em 1865, quando o governo inglês apresenta desculpas formais ao imperador brasileiro.

1863 - Evolução de revoltas servis no Rio Grande do Sul. Cativos reivindicam emancipação e iniciam insurreições.

1865 – Com 16 anos, Castro Alves escreve poesias a sobre escravidão. Nasce forte movimento contra a escravidão. Também nesse ano, são planejadas insurreições servis no Rio Grande do Sul, com a ajuda e orientação do Partido Blanco, em guerra no Uruguai. O Brasil era aliado do Partido Colorado.

1870 – cidades brasileiras vivem um radical processo de desescravização, resultado do fim do tráfico, que fez com que os escravizados da cidade, fossem levados para as plantações, devido à escassez de mão de obra. Com isso, as cidades se veem obrigadas a modernizar-se. Ano também que marca a criação das primeiras colônias de imigrantes, no Rio Grande do Sul.

1871 – Em setembro, a Lei Rio Branco, ou Lei do Ventre Livre, “liberta” os filhos de escravizadas. No entanto, eles tinham de trabalhar até os 21 anos, para os senhores.

1875 – Bernardo Guimarães publica “A escrava Isaura”.

1879 – Se inicia o movimento abolicionista.

1885 – Para combater o abolicionismo, o Governo aprova “liberdade” de cativos com mais de 60 anos, que devem trabalhar mais cinco anos para indenizar os senhores – decreto da Lei Saraiva-Cotegipe.

1886 – Imigrantes entram, em grande quantidade, em São Paulo. Abolicionistas radicais paulistas incitam escravizados a abandonar fazendas.

1887 – No primeiro semestre, numerosos escravizados fogem das fazendas. Em outubro, 150 escravizados armados fogem de fazenda paulista, derrotam a polícia.

1888 - Em 13 de maio, a regente imperial sanciona a Lei Áurea, que abole a escravatura, quando a escravidão praticamente não mais existia